

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SABRINA BORGES RAMOS DE CARVALHO

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: estudo de caso na UFMS e UFSC
(2019-2022).

Campo Grande/MS
2024

SABRINA BORGES RAMOS DE CARVALHO

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: estudo de caso na UFMS e UFSC
(2019-2022).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Faculdade de Educação, *campus* Campo Grande, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: História, Políticas, Educação

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito.

Campo Grande/MS

2024

Sabrina Borges Ramos de Carvalho

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: Estudo de caso na UFMS e UFSC
(2019-2022).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul – *Campus* Campo Grande como requisito final para
a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação

Campo Grande, MS, 01 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito (Presidente)
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Membro titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Santa Maria

Prof.^a Dr.^a Giselle Cristina Martins Real (Membro Titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal da Grande Dourados

Profa.^a Dr.^a Hellen Jaqueline Marques (Membro Titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Carina Elisabeth Maciel (Membro Titular)
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Este trabalho é dedicado à Deus Criador, Jesus, aos meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro eu agradeço à minha orientadora, a professora Dra. Silvia Helena Andrade de Brito, e aos meus coorientadores na Alemanha, professor Dr. Georg Krücken (INCHER-Kassel) e professor Dr. Dr. Ulrich Teichler (sim ele é considerado Dr. duas vezes na Alemanha), por toda ajuda até a etapa da qualificação. Uma homenagem especial ao professor Dr. Georg Krücken, ao finalizar a entrega da tese ele faleceu. Foi uma honra imensa poder conhecê-lo e que nosso contato foi eternizado em minhas memórias, imensa gratidão pela oportunidade.

Agradeço especialmente às professoras doutoras: Luciane Stallivieri e Terezinha Bazé. Aos professores doutores: Alexandre Marino Costa e Renê Birochi. Ao magnífico reitor Marcelo Turine e vice-reitora Camila Ítavo (atual reitora 2024-2028), ambos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Ao magnífico reitor Irineu Manoel de Souza da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sem vocês eu não teria chegado tão longe, além das fronteiras do Brasil e do conhecimento.

Agradeço aos meus preciosos colegas de trabalho: Allan Andrade, Claudete Cameschi, Élide Corveloni, Fabiana Campos, Fabrício Ono, Fernando Rodrigues, Fernando Souza, Frederico Gradella, Giselle Reis, Gislene Porangaba, Gleice Nogueira, Helder Luna, Josué Bispo, Kaelly Virginia, Kelcilene Gracia, Mauro da Silva, Patrícia Garcia, Priscila Balderrama, Regina de Souza, Rosimeire Almeida, Sirlei Tisott e Vitor Oliveira. Sem vocês eu não teria visto a luz, em meio a escuridão.

Agradeço também aos meus amigos, ao pessoal do administrativo pela valorosa ajuda burocrática; Liliane Bittencourt (PPGEdu UFMS), Sabina Koga (UFMS), Susanne Koch (INCHER - Universität Kassel). Aos meus colegas do doutorado Dinter em Mineiros/GO.

Os agradecimentos também são para as professoras Doutoras, gentilmente, aceitaram fazer parte da minha banca de qualificação e ou de defesa: Carina Elisabeth Maciel, Fabiany de Cássia Tavares da Silva, Giselle Cristina Martins Real, Hellen Jaqueline Marques, Margarita Victoria Rodrigues e Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

Agradeço imensamente a todos que confiaram em mim e de alguma forma contribuíram para minha jornada acadêmica, profissional e pessoal.

“Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros já foram” (BELL, Graham).

RESUMO

Esta tese, produzida como parte das atividades previstas num curso de doutorado que surgiu a partir de um Processo de Cooperação Interinstitucional (PAC) entre o Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) e a UFMS, foi produzida no interior da linha de pesquisa “História, políticas, educação” do PPGEdU/FAED/UFMS – Campo Grande. Inicialmente, frise-se que a internacionalização envolve trocas internacionais relacionadas às políticas públicas de educação, sendo um processo de relações universitárias além das nações. Na educação superior é uma estratégia institucional para o desenvolvimento, incentivo e compartilhamento da ciência no mundo globalizado, ademais ela é moldada pelo nível de relação que os programas desenvolvidos para internacionalização têm com o mercado e a sociedade. Consciente disso, o problema de pesquisa sustenta-se no fato de não haver uma política clara de internacionalização para a educação superior no Brasil, a partir de diretrizes emanadas pelo governo federal. Assim, este estudo busca analisar as políticas públicas educacionais do processo de internacionalização promovidas em duas universidades federais brasileiras (UFSC e UFMS). A escolha temporal (2019-2022) se deve ao fato das mudanças nos parâmetros políticos, sociais e educacionais em relação à atuação do Estado, conformando-se assim num momento particular, como o foram outras gestões. Nossa tese é que somente a existência de editais para internacionalização não são suficientes para que se constitua uma política federal consolidada. Para esta finalidade, a pesquisa utiliza abordagem teórico-metodológica com base nas teorias de Knight e De Wit sobre internacionalização da educação superior, e como procedimento o estudo a partir de caso. Sua proposta de coleta de dados é por meio de múltiplas fontes – revisão de literatura, observação participante e entrevistas, estas últimas realizadas com o setor de relações internacionais e pró-reitorias das duas universidades selecionadas, no período de maio até outubro de 2023. A análise de dados se deu por meio da análise de conteúdo. A partir dos resultados da pesquisa, verificou-se que a política de internacionalização teve um grande impulso devido a editais governamentais, tais como o Ciências sem Fronteiras; o PEC-G e PEC-PG e o Capes-PrInt. Conclui-se, apesar disso, que não há uma política pública educacional para internacionalização estabelecida no Brasil. Por isso, ambas as universidades efetivaram e aproveitaram os editais governamentais de fomento para internacionalização, para estruturar e firmar sua própria política institucional de internacionalização. Ademais, elas implementaram ações para fortalecer essa política pública educacional. Outros resultados da tese foram o de propiciar conhecimento sobre a dinâmica do processo de internacionalização das universidades estudadas. Isso torna possível compartilhar conhecimentos comuns a todas as instituições federais, de forma que haja troca de exemplos de internacionalização, com visibilidade para as ações, resultados, contribuição teórica e análise para as demais instituições.

Palavras-chave: Estratégias de Internacionalização. Internacionalização da Educação Superior. Políticas Públicas de Internacionalização. Universidades Federais Brasileiras.

ABSTRACT

This thesis, produced as part of the activities foreseen in a doctoral course that emerged from an Interinstitutional Cooperation Process (PAC) between the Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) and UFMS, was produced within the line of research “History, policies, education” of PPGEdU/FAED/UFMS – Campo Grande. Initially, it should be noted that internationalization involves international exchanges related to public education policies, being a process of university relations beyond nations. In higher education, it is an institutional strategy for developing, encouraging, and sharing science in the globalized world. Furthermore, it is shaped by the level of relationship that programs developed for internationalization have with the market and society. Aware of this, the research problem is built on the fact that there is no clear internationalization policy for higher education in Brazil, grounded on guidelines issued by the federal government. Therefore, this study seeks to analyze the public education policies of the internationalization process promoted in two Brazilian federal universities (UFSC and UFMS). The temporal choice (2019-2022) is due to changes in political, social, and educational parameters concerning State action, thus conforming to a particular moment, as were other administrations. Our thesis is the existence of internationalization notices is insufficient to establish a consolidated federal policy. For this purpose, the research has a theoretical-methodological approach, based on Knight, De Wit, and Teichler’s theories on the internationalization of higher education, with a case study as a procedure. The proposal for data collection is through multiple sources – literature review, participant observation, and interviews, the last ones conducted with the international relations department and vice-rectors of the two selected universities, from May to October 2023. Based on data collection, it was found that the internationalization policy had a major boost due to government notices, such as the Science Without Borders Program; the PEC-G and PEC-PG programs; and the Capes-PrInt program. However, it was concluded that no public policy for internationalization established in Brazil. Therefore, both universities accomplished and took advantage of government notices for internationalization funding to structure and state their own institutional internationalization policy. In addition, they implemented actions to strengthen this public educational policy. Other results of the thesis were to provide knowledge about the dynamics of the internationalization process of the universities studied. This makes it possible to share common knowledge with all federal institutions, but in such a way that there is an exchange of examples of internationalization, with visibility for the actions, results, theoretical contribution, and analysis of the other institutions.

Keywords: Brazilian Federal Universities. Internationalization Strategies. Internationalization of Higher Education. Public Policies for Internationalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução das pesquisas usando o descritor “Internacionalização da Educação Superior”.....	26
Figura 2 – Coleta primária - entrevistas	51
Figura 3 – Programas governamentais fomento à internacionalização brasileira	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Justificativas do estudo da tese.....	21
Quadro 2 – DADOS UFSC E UFMS.....	23
Quadro 3 - Resumo metodológico do estado do conhecimento do tema	27
Quadro 4 – Teses e dissertações – Estudos de caso	31
Quadro 5 - Teses e dissertações – Programas	32
Quadro 6 – Teses e dissertações – Grandes Temas.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contagem dos trabalhos em plataformas e respectivos anos.....	28
Tabela 2 – Contagem das citações e publicações dos trabalhos nos respectivos anos	34
Tabela 3 – Abordagens de modelos de internacionalização da educação superior..	36
Tabela 4 – Lista de autores sobre internacionalização no JSIE	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

Andifes Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ARWU Academic Rankings of World Universities

BSB Balanced Scorecard

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

Capes-PrInt Programa Institucional de Internacionalização

CI Comprehensive Internationalization

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CsF Ciência sem Fronteiras

DAAD *Deutscher Akademischer Austauschdienst* Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão

EC *European Commission* - Comissão Europeia

ERASMUS Esquema de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários

EU European Union - União Europeia

FAPESC Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

FUNDECT Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul

GIIES Grupo de Pesquisa Gestão da Internacionalização das Instituições de Ensino Superior

IAU International Association of Universities - Associação Nacional de Universidades

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES Instituição de Ensino Superior

IFES's Instituições Federais da Educação Superior

IIES Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior

INCHER-Kassel - Centro Internacional de Estudos em Educação Superior

MEC Ministério da Educação

MERCOSUL Mercado Comum do Sul

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU Organização das Nações Unidas – *United Nations (UN)*

PAPRI Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PEB Políticas Externas Brasileiras

PEC-G Programa Estudante-Convênio de Graduação

PEC-PG Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação

PNE Plano Nacional de Educação

PNPG Plano Nacional de Pós-Graduação

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Prograd Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFSC

Promisaes Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

Propesq Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da UFSC

Propg Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFSC

P&D Pesquisa e Desenvolvimento

QeS *World University Rankings*

RUF *Ranking* Universitário Folha

SI Sistemas de Inovação

SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINTER Secretaria de Relações Internacionais da UFSC

SNI Sistema Nacional de Inovação

SWOT Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats

THE Times Higher Education World University Rankings

TI Tecnologia da Informação

TQM *Total Quality Management* – Gestão da Qualidade Total

UNESCO *United Nations for Education, Science and Culture Organization* - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

UFMS Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UNIFIMES Centro Universitário de Mineiros

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UniKassel – Universidade de Kassel

WoS *Web of Science*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Apresentação do objeto	15
1.2	O estado do conhecimento	25
1.2.1	<i>Primeira etapa – plataformas nacionais</i>	27
1.2.2	<i>Segunda etapa – plataforma internacional.....</i>	30
1.3	Problema de pesquisa e tese norteadora do trabalho.....	40
1.4	Objetivos	44
1.4.1	<i>Objetivo geral</i>	44
1.4.2	<i>Objetivos específicos</i>	44
1.5	Metodologia	45
1.5.1	<i>Abordagem teórico-metodológica.....</i>	45
1.5.2	<i>Procedimentos metodológicos</i>	47
1.5.3	<i>A coleta de dados empíricos.....</i>	49
2.	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	54
2.1	O surgimento do termo e do processo	54
2.2	Inserção da internacionalização na educação superior.....	60
2.2.1	<i>No mundo</i>	60
2.2.2	<i>No Brasil</i>	74
2.3	Políticas públicas educacionais para internacionalização da educação superior	81
2.3.1	<i>No mundo.....</i>	82
2.3.2	<i>No Brasil</i>	84
3	O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	90
3.1	UFSC: Ações do seu processo de internacionalização.....	90
3.1.1	<i>Histórico universitário</i>	90

3.1.2	<i>O desenvolvimento da internacionalização</i>	92
3.1.3	<i>Obstáculos históricos e atuais da internacionalização.....</i>	94
3.1.4	<i>Riscos e benefícios da internacionalização.....</i>	96
3.2	UFSC: Políticas do seu processo de internacionalização	98
3.2.1	<i>Políticas de internacionalização na UFSC.....</i>	98
3.2.2	<i>Capes-PrInt</i>	102
3.2.3	<i>Outras políticas governamentais para internacionalização.....</i>	103
3.2.4	<i>Políticas e práticas para corpo docente e administrativo</i>	105
3.3	UFSC: Síntese.....	107
4	O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	113
4.1	UFMS: Ações do seu processo de internacionalização	113
4.1.1	<i>Histórico universitário.....</i>	113
4.1.2	<i>O desenvolvimento da internacionalização</i>	115
4.1.3	<i>Obstáculos históricos e atuais; riscos e benefícios da internacionalização ...</i>	117
4.2	UFMS: Políticas do seu processo de internacionalização	119
4.2.1	<i>Políticas de internacionalização na UFMS</i>	119
4.2.2	<i>Capes-PrInt</i>	123
4.2.3	<i>Outras políticas governamentais para internacionalização.....</i>	125
4.2.4	<i>Políticas e práticas para o corpo docente e administrativo</i>	128
4.3	UFMS: Síntese.....	130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	REFERÊNCIAS	142
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTE DO SETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PRÓ- REITORIAS – UFSC E UFMS	154
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	156

APÊNDICE C – ESTRUTURA ATUAL DAS UNIVERSIDADES INVESTIGADAS	
.....	158
APÊNDICE D – A ESTADIA NA UNIVERSIDADE DE KASSEL (ALEMANHA) E	
SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENTENDIMENTO ACERCA DA	
INTERNACIONALIZAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO	161

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução há seis pilares para apresentar o objeto da tese. O primeiro trata do próprio objeto, sua justificativa e originalidade, bem como as universidades públicas que são o *loci* dessa pesquisa; no segundo o estado do conhecimento; no terceiro o problema de pesquisa e tese norteadora do trabalho; no quarto os objetivos; no quinto apresenta-se a metodologia, que inclui dois momentos: o primeiro, a perspectiva teórico-metodológica utilizada para a análise dos dados coletados; e o segundo, os procedimentos metodológicos, incluindo-se aí a coleta dos dados. Em seguida, por último, finaliza-se o trabalho com a estrutura organizacional do texto.

1.1 Apresentação do objeto

As políticas educacionais em vigência no Brasil necessitam ser discutidas quanto à sua incidência na constituição das desigualdades educativas na nossa sociedade, como aponta Libâneo (2016). Nesse âmbito, defender o acesso aos conhecimentos culturais e científicos tendo como meio de promoção a ampliação e o desenvolvimento das práticas institucionais, é uma forma de superação das desigualdades educativas em nosso país.

A internacionalização dentro das políticas públicas educacionais é um movimento inserido no contexto da globalização, e envolve ações de políticas públicas vitais para as universidades, especialmente as federais, com regulação de acordos de cooperação nas diversas áreas da ciência. Não há como tratar da educação superior nesta segunda década do século XXI sem considerar-se a internacionalização.

É um tema que precisa ser ampliado e mais bem compreendido nos estudos das políticas educacionais, inserindo-se a visão de que a educação não pode ser pensada como se estivesse à parte na vida social, porque existe uma conexão estreita entre o conhecimento e as relações de produção materiais desenvolvidas historicamente pelas formações socioeconômicas (LIBÂNEO, 2016; FERREIRA JR.; BITTAR, 2008).

Esse é um dos motivos fundamentais em função do qual o objeto desta tese engloba a análise das políticas voltadas à internacionalização da educação superior no Brasil, centrando as reflexões no estudo de duas Instituições Federais de Educação Superior (IFES's), a saber, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Ora, a internacionalização é muitas vezes confundida com globalização, sendo uma dinâmica que entrelaça forças econômicas, políticas e sociais mundiais (ALTBACH, 2004;

ALTBACH; KNIGHT, 2007). A saber que, a partir da segunda metade do século XX, este fenômeno aproximou as economias mundiais. Principalmente, pós Segunda Guerra Mundial trouxe avanços tecnológicos antes inimagináveis e, por meio dele, inúmeras mudanças sociais e econômicas (DIAS; GOMES, 2021).

Essa nova fase alavancou um novo momento da história do capitalismo, permitindo o acesso a novos mercados e novas fontes de receitas. Dessa forma, as organizações e as suas práticas sofreram e foram perpassadas por transformações contínuas, o que por sua vez, também, levaram à expansão do processo de internacionalização das organizações (STOCKER; ABIB, 2019).

Pensando em termos mais gerais, a definição de internacionalização mais encontrada na educação superior trata “[de] o processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global aos propósitos, às funções primárias e à entrega da educação pós-secundária (KNIGHT, 2004, p.11; DE WIT *et al.* 2015, p. 38, tradução nossa).

E este movimento, no século XXI, impulsiona a educação superior para um maior envolvimento internacional. O capital mundial investiu pesadamente em indústrias do conhecimento em todo o mundo, incluindo a educação superior. Isso refletiu no surgimento de sociedades voltadas para a necessidade de conhecimento diferenciado para a economia crescer, que por fim sustentam o ciclo dos elementos necessários à globalização e fundamentam as análises para as conjunturas seguintes (ALTBACH, 2004; ALTBAACH; KNIGHT, 2007).

Com a intensificação da globalização econômica, existe uma preocupação com a educação de nível superior, a qual se fundamenta em documentos de políticas educacionais nacionais, como diretrizes, programas, projetos de lei, entre outros. O ambiente educacional é influenciado por organismos internacionais que atuam no âmbito das políticas sociais, especialmente da educação, como Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (LIBÂNEO, 2016).

Esse é o contexto no qual as universidades estão inseridas, local/meio onde, de um lado, recebem as pressões da globalização e mercado, assim são criadas as políticas educacionais. Por outro lado, deve ofertar conhecimento e permitir a preparação do futuro profissional. Para fins de desenvolvimento desta tese é mostrado como as universidades em estudo pensaram integralmente e institucionalizaram a internacionalização da educação superior no quadriênio 2019-2022, frente à necessidade de estarem inseridas na dimensão global das inter-relações

entre os países, e ofertar a internacionalização a todos os participantes atingidos pela universidade.

Nesse sentido, dois elementos conjunturais serão importantes a se considerar no momento histórico em questão: a Pandemia de Covid-19, que trouxe mudanças às relações de internacionalização, assim como teve impacto na educação superior e nas pessoas diretamente envolvidas na situação, inclusive a assim chamada “internacionalização em casa”¹.

E o segundo elemento, as políticas educacionais indutoras do Ministério da Educação (MEC) nessa direção, considerando-se as particularidades da gestão Bolsonaro (2019-2022) e como tratou determinados programas, por exemplo, o Capes-PrInt² (CARVALHO, STALLIVIERI; 2022). Ainda relacionado a esse segundo elemento relacionar-se-ão as singularidades das IFES retratadas, e seu movimento histórico em termos de internacionalização.

Assim, esta tese justifica-se pelo processo de internacionalização estar vinculado à crescente importância da universidade no fortalecimento das economias nacionais e no desenvolvimento tecnológico e científico, bem como de suas relações internacionais que criam diretrizes para as políticas de internacionalização acadêmica como mecanismo essencial, não somente para formação de discentes e docentes, como também para a busca de solução para impasses educacionais (KRAWCZYK, 2008; SANTOS, 2016; STALLIVIERI, 2017).

O contexto da internacionalização na educação superior se insere pela globalização como processo primordial que engloba impactos em diversos setores da economia: verdade seja que a educação resulta em um deles, visto que o sistema acadêmico internacional sofre pressão para se adaptar a essa nova circunstância. Assim as universidades, abarcadas por ambientes internacionais, recebem os impactos do ambiente globalizado. Ignorar é um risco para a sobrevivência da instituição, pois a difusão da propriedade intelectual deve seguir os padrões mundiais (MOROSINI, 2006; SGUISSARDI, 2005). Mediante o contexto contemporâneo, o estudo sobre internacionalização da educação superior revela seu significado e visa contribuir para aprendizado nas IFES's brasileiras.

¹ A internacionalização em casa (*internationalization at home – IaH*) é a integração intencional de dimensões internacionais e interculturais no currículo formal e informal, para todos os alunos, e em ambientes domésticos (DE WIT *et al.*, 2015), por meio do uso das tecnologias digitais.

² Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt), implantado em 2018, trouxe para o Brasil uma das estratégias para a internacionalização das IES, ao selecionar projetos para receberem recursos para missões de trabalho no exterior, bolsas no país e no exterior e outras ações de custeio (CCS/CAPES, 2017).

Claramente a relevância social e institucional deste estudo demonstra que as universidades devem definir uma política interna bem direcionada para estabelecer uma conexão congruente com seu ambiente. Devem se tornar o parâmetro de monitoração das tendências científicas, industriais e tecnológicas. E a pesquisa se intitula como elemento chave para o desenvolvimento do país (RODRIGUES; TONTINI, 2007; MARINONI; DE WIT, 2019), bem como novos processos como a internacionalização em casa e do currículo são meios de preparar graduados e pós-graduados para viver e trabalhar em um mundo globalizado, pela incorporação de dimensões internacionais, interculturais e/ou globais no conteúdo do currículo (de WIT *et al.*, 2015).

Neste sentido, esta tese espera dar visibilidade dos fatores estratégicos que possam contribuir para a consolidação de políticas de internacionalização, ao trazer as políticas nacionais em confrontação com as políticas institucionais e seus engendramentos. Sendo assim, sua importância – conforme Roesch (2009) - é melhorar seu processo ou políticas, através da apresentação e análise da internacionalização – um dos objetivos específicos contemplados aqui.

A consolidação de estratégias claras, como viabilidade e integração dos profissionais estrangeiros nas instituições de destino; facilidade no estabelecimento da rede de professores no mundo; recursos financeiros e humanos disponíveis e focados nesta política pública; diminuição das barreiras linguísticas; sensibilização de professores, discentes e servidores para a importância desta questão; fomento de oportunidades de mobilidade; formação de parcerias, convênios e programas de cooperação; expansão de oportunidades de trabalhos para egressos; incentivo à cultura solidária institucional; apoio necessário ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão³ e por último a avaliação das ações de cooperação (STALLIVIERI, 2017; PESSONI, 2018; CARVALHO; ARAÚJO, 2020).

Um fator ressaltado por Duarte *et al.* (2012) refere à exportação de modelos educacionais para países periféricos, e a internacionalização assume a conotação política de colaboração acadêmico-científica internacional, como meio de controle e expansão do poder político-econômico. A cooperação educacional, exemplificada por meio de bolsas de estudo ou programas de treinamento, viabiliza a política externa por meio de projetos governamentais. Segundo os autores, a globalização econômica, política e cultural atrai contribuições para

³ Essas três atividades específicas são desenvolvidas pela universidade, de modo articuladas entre si e prioritariamente, devido a diversas circunstâncias histórico-sociais as quais lhe são impostas (SEVERINO, 2013). A quarta missão da universidade seria a internacionalização universitária na sociedade do conhecimento (PEREIRA; HEINZLE, 2017).

investimentos, comércio, conhecimento, tecnologia, ideia e gente entre os países; portanto, há maior visibilidade e foco para a internacionalização das IES, por meio do interesse dos acadêmicos e do governo.

O processo enfatiza a importância de novos estudos que ganhem notoriedade e visibilidade para a realidade contemporânea, entendendo e apontando lacunas teóricas⁴ nos exemplos práticos pesquisados e que podem trazer avanço teórico-metodológico para o contexto de internacionalização da educação superior. A fundamentação desta tese segue o estado do conhecimento, mapeamento teórico-metodológico e o entrelaçamento das leituras com os dados levantados no trabalho de campo.

A internacionalização da educação superior, conforme defini Marinoni (2019), é um fenômeno importante e de grande interesse, não somente para as instituições de educação superior, outrossim, é um processo intencional desenvolvido por IES no qual suas implicações vão além do domínio da educação superior e afetam a sociedade em geral. Nessa linha, o autor ressalta que a internacionalização é uma das quatro prioridades estratégicas da Associação Nacional de Universidades (IAU), e seu objetivo é promover a internacionalização inclusiva, justa e ética. Dessa forma, a IAU busca promovê-la para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, pesquisa e serviço à sociedade das IES. O contexto do autor citado conflui para a relevância social da pesquisa.

Outro fato que mostra a importância da internacionalização são os dados apresentados por Marinoni (2019) na quinta pesquisa global da IAU baseada na resposta de 907 IES em 126 países em todo o mundo. A pesquisa indica que dois terços dos entrevistados considera a internacionalização no grau de alta importância, um quarto considera nível médio e um percentual muito baixo, apenas 5%, indica com pouca ou nenhuma importância à liderança das IES. A UNESCO (1998) já mencionava que as instituições de ensino, principalmente de nível superior, deveriam começar a repensar suas estruturas acadêmicas, linguísticas, culturais e administrativas e se preparar para o fortalecimento das tendências de internacionalização. Reafirma-se aqui, destarte, a relevância institucional e acadêmica desta tese.

Além disso, o cumprimento dos requisitos dos *rankings* atrai os melhores bolsistas e consequentemente prêmios Nobel, por este motivo, a tendência das IES em se internacionalizarem por meio de planos estratégicos para atingir os níveis desses sistemas de classificação nacionais e internacionais. Segundo a literatura, as principais ferramentas são três

⁴ Apontada no item 1.4 no Estado do Conhecimento.

rankings internacionais: *Academic Rankings of World Universities* (ARWU), *World University Rankings* (QeS) e *Times Higher Education World University Rankings* (THE). Cada *ranking* adota sua metodologia e classifica as universidades de acordo com seus critérios, tendo sido incluído o item “internacionalização” (LEAL; STALLIVIERI; MORAES, 2018; CARVALHO; ARAÚJO, 2020). Segundo a autora Thiengo (2018), a crescente competitividade são algumas das possíveis consequências da transformação das universidades de classe mundial⁵.

Em entrevista com autora Jane Knight por Souza, Abba e Streck (2020), ela menciona que algumas IES se internacionalizam por seus benefícios econômicos e comerciais, outros pelos propósitos de influência geopolítica, outras ainda veem a internacionalização como uma forma de elevar seu perfil nos *rankings*⁶. A autora é referência no tema de internacionalização desde que trouxe sua definição há mais de 25 anos, e ela é referência neste trabalho.

Estudos anteriores, na literatura de Proctor (2016; 2018), mostraram que a pesquisa em educação internacional está concentrada em um pequeno número de países e em uma gama restrita de tópicos. Por exemplo, está predominantemente focada no mundo anglófono e se concentra em torno de estudantes e suas mobilidades. O autor cita que de uma perspectiva geográfica, a análise demonstrou que os seis países ou regiões mais populares para investigações foram Austrália, Estados Unidos, Reino Unido, China, Europa e Canadá⁷. Pouco menos de 10% da pesquisa, durante esse mesmo período, foi centrada na África, Oriente Médio, América Latina e o Caribe em conjunto.

Em síntese, o tema a ser estudado apresenta conceitos relevantes que permitem viabilizar a pesquisa, através das duas universidades pesquisadas⁸ que convergem para o foco em implementação dos seus processos de internacionalização. Enfatize-se ainda que esta tese se dedica ao contexto nacional. Os autores Kosmützky e Krücken (2015) definem como locais os indivíduos com profunda experiência em seu próprio país. Segue abaixo o quadro resumo das justificativas do estudo desta tese.

⁵ O tema Universidade de Classe Mundial (UCM) é abordado nos itens 1.5.2, 2.1 e 2.2.1.

⁶ O tema *ranking* é abordado nesta introdução tão somente para situar os posicionamentos em rankings das universidades estudadas.

⁷ Não há a citação da Alemanha, associado ao fato de não fazer parte do mundo anglófono, apesar de estar localizada na Europa.

⁸ As características de cada universidade seguem nas seções 3 e 4.

Quadro 1 – Justificativas do estudo da tese

OPORTUNIDADE	• Facilidade acesso informações; • compartilhar com outras Federais; • aperfeiçoar estudo sobre políticas.
VIABILIDADE	• Aceite CEP na UFMS. Doutorado na UFMS e UFSC, sanduíche na UniKassel (Alemanha).
RELEVÂNCIA	• UFSC e UFMS - devido sua influência e representatividade no país e no mundo. • Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
ORIGINALIDADE	• Preenchimento lacuna TEÓRICA na área.

Fonte: CARVALHO (2024).

Apesar de se deter sobre o *locus* nacional, esta investigação parte da elaboração do estado do conhecimento no contexto nacional e internacional. No levantamento em questão ficou constatado que não há trabalhos que tragam as políticas do processo de internacionalização na educação superior, dentro do contexto Brasil – UFSC e UFMS - no período de 2019-2022. Outrossim, há uma lacuna na literatura internacional, pois não foram encontrados estudos que se utilizam concomitantemente dos modelos de estratégias organizacionais e programáticas e de *comprehensive internationalization*⁹, para análise do processo de internacionalização da educação superior em universidades de contextos diversificados.

Ao identificar os processos de internacionalização nas universidades mencionadas, significa a possibilidade de entender como ocorre o fenômeno em ambos os contextos nacionais. Essa perspectiva amplia os horizontes de visualização dos processos; e a junção dos modelos *comprehensive internationalization* de Hudzik (2011, 2015), Aerden (2014) e de Wit *et al.* (2015) com as estratégias programáticas e organizacionais de Knight (2004), permitem atingir o último objetivo específico que é a análise da implementação das políticas pelos indicadores destes modelos.

⁹ O termo *comprehensive internationalization* que na tradução nossa para “internacionalização abrangente” é usado para descrever esforços para integrar estrategicamente características internacionais, interculturais e globais nos valores, processos e resultados do ensino superior (Hudzik, 2015).

A apresentação de justificativas quanto à oportunidade é inserida neste contexto, o de não haver intenção de realizar dado estudo, mas que se faz oportuno devido a um outro fator determinante (ROESCH, 2005). Por fim, a originalidade do estudo se justifica e a oportunidade se pelo fato de a pesquisadora ter vivido em ambos os contextos pesquisados, há a facilidade no acesso aos dados. A viabilidade da pesquisa e relevância pessoal se dá pela autoridade proporcionada como pesquisadora das universidades estudadas: assim, há interesse das partes envolvidas em colaborar¹⁰, e os dados estão disponíveis para serem coletados, o que são requisitos mencionados por Roesch (2005).

A oportunidade de tratar as políticas de internacionalização da educação superior contribui para o desenvolvimento das universidades federais pesquisadas e para as IES como um todo. O significado se faz mediante a globalização ter tornado a internacionalização obrigatória, no cumprimento da missão das IES, visando atingir seus objetivos globais como as Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS¹¹) da Organização das Nações Unidas (ONU). A pesquisa é considerada original¹², devido à falta de estudos que tratam a internacionalização em duas universidades em contextos diferentes – neste caso, as universidades mencionadas.

Por fim, a tese justifica sua oportunidade de estudo, juntamente com as políticas de internacionalização da educação superior, o qual é enfatizado a partir dos anos 1990 e descrito por Leal (2020, p. 41) “como um fenômeno que se integra à estrutura do capitalismo como sistema social histórico e reflete interesses coloniais”.

Espera-se, com a conclusão desta pesquisa e consequentemente com a apresentação desta tese, trazer os resultados dos benefícios diretos aos participantes e a instituições de educação superior participantes; e benefícios indiretos à população em geral. Projeção para que o estudo contribua para o desenvolvimento e fortalecimento das relações internacionais na IES.

¹⁰ A pesquisadora recebeu os termos de autorização da UFSC e da UFMS, confirmando o interesse, disponibilidade e acesso aos dados a serem coletados, de acordo com estudo proposto. Informações submetidas ao Comitê de Ética (CEP UFMS) e aprovado em 03 de abril de 2023.

¹¹ ODS em inglês: Sustainable Development Goals (SDGs). Liderado pela ONU o conceito de desenvolvimento sustentável para o mundo, resumido nas ODS. A educação superior destaca no eixo 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (ODS4). Contudo, as demais também interferem na educação, elas são: acabar com pobreza (ODS1); garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar (ODS3); alcançar a igualdade de gênero (ODS5); promover crescimento econômico sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho digno (ODS8); para reduzir as desigualdades dentro e entre países (ODS10); garantir o consumo e a produção sustentáveis (ODS12); para combater as alterações climáticas e seus impactos (ODS13); e promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis (ODS16) (UNESCO, 2022; UN, 2024).

¹² O requisito novidade é confirmado na pesquisa descrita no item 1.2 O Estado do Conhecimento.

O propósito é servir para difundir o conhecimento da problemática detectada na pesquisa, e determinadas ações para modificá-las, como os meios de solução, tendo como desfecho uma maior publicidade do assunto na esfera acadêmica.

Como já mencionado, o objeto investigado nesta tese são os processos de internacionalização da educação superior no contexto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Para uma melhor visualização dos dados gerais das universidades pesquisadas – UFSC e UFMS – foi elaborado o quadro abaixo.

Quadro 2 – DADOS UFSC E UFMS

DADOS	UFSC	UFMS
Fundação	18 dez 1960	1962
Posição geográfica	Sul do Brasil e no Litoral	Centro Oeste e divisa com Paraguai e Bolívia
Campi (exceto sede central)	4	9
Comunidade acadêmica (aproximada)	50 mil	25 mil
Servidores (docentes e técnicos)	5.971	3.345
Estudantes	48.081 (2022)	37.522 (2023)
Orçamento	R\$ 1.921.781.402,00	R\$ 1.114.799.722,00
Internacionalização	• RI (hoje Sinter) desde 1972; • 11ª no <i>THE</i> da América Latina edição 2021; <i>QS</i>, <i>RUF</i>.	• RI (hoje Serin na Aginova) desde 2017; • <i>Rankings: THE, QS, GreenMetric World University.</i>

Fonte: UFMS e UFSC (2024).

Organização: CARVALHO (2024).

A UFSC se apresenta como um ambiente propício de pesquisa, devido não só ao acesso privilegiado aos dados e aos indivíduos da instituição¹³. Contudo, há fatores da relevância da escolha pela UFSC, por exemplo, ela está ranqueada na 11ª no *Times Higher Education (THE)*¹⁴ da América Latina, edição de 2021, onde um dos itens avaliados é sua perspectiva internacional, sendo considerada também a quinta melhor instituição federal brasileira, destacando-se nos indicadores de ensino, pesquisa e citações (SINTER, 2022b).

Outros destaques da UFSC são para a área de produção e publicações deste tema de tese, além de sua classificação na área de conhecimento de humanidades, no mesmo sentido, e

¹³ A pesquisadora é aluna do doutorado em Administração (PPGAdm) na UFSC desde 2020. Fato este que facilita a obtenção e acesso aos dados disponíveis, devido a inserção do ambiente de estudo e pesquisa.

¹⁴ *Times Higher Education* é um dos três rankings internacionais mais relevantes, conforme apresentado na justificativa.

que justifica a pertinência da escolha do local de pesquisa. Neste sentido, a A *Quacquarelli Symonds* (QS)¹⁵ lança a sua 12ª edição do *QS World University Rankings by Subject*: uma análise comparativa independente sobre o desempenho de 1.543 instituições, em relação a 51 cursos das 5 grandes áreas do conhecimento. A UFSC foi classificada em 3 das 5 áreas do conhecimento, entre elas Artes e humanidades.

Classificada como a oitava melhor universidade federal brasileira no item de internacionalização e a sétima melhor do país, considerando-se as instituições públicas e privadas do Brasil, de acordo com o Ranking Universitário Folha (RUF) de 2019, ademais, a UFSC está em 10º lugar em citações internacionais por docente (RUF, 2019). O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSC (2020-2024) define a internacionalização como um de seus valores como área transversal que se relaciona entre as sete áreas de sua atuação acadêmica (UFSC, 2022a).

A UFMS, por sua vez, foi avaliada como a IES com maior impacto na *web* em Mato Grosso do Sul, no *Ranking Web Universities*¹⁶, o segundo lugar no Centro-Oeste e a 27ª posição no Brasil. Em 2022, a UFMS se destacou como uma das 100 melhores universidades da América Latina pela publicação inglesa *THE*, além de estar elencada entre as 46 melhores universidades do Brasil pelo *QS World University Rankings*¹⁷ e entre as 30 melhores IES do Brasil, ocupando a 20ª posição entre 40 Universidades Federais citadas pelo *Center for World University Rankings*. Ademais, a UFMS teve crescimento da produção científica e se destacou entre as 13 IES brasileiras de Ensino e Pesquisa que receberam o Prêmio Capes-Elsevier 2022 (UFMS, 2023a)¹⁸.

Quanto à sustentabilidade, a UFMS recebeu o 5º lugar no país e esteve entre as 140 universidades mais sustentáveis do mundo, segundo o *UI GreenMetric World University Rankings*, sendo também a única universidade brasileira a receber o Prêmio Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) de Melhores Práticas de Sustentabilidade (UFMS, 2023a). Ela também se destacou em *ranking* internacional por promover as mulheres e meninas e garantir acesso à energia acessível, a publicação inglesa *Times Higher Education Impact* de 2024

¹⁵ *QS World University Rankings* é um dos três *rankings* internacionais mais relevantes, conforme apresentado na justificativa.

¹⁶ Os dados são do *Webometrics Ranking of World Universities* 2023, que avalia 31 mil instituições em mais de 200 países.

¹⁷ Cf. nota 14.

¹⁸ Outro dado relevante a se destacar na UFMS é que entre seus nove *campi*, dois se situam em regiões fronteiriças internacionais: o de Ponta Porã (fronteira Brasil/Paraguai); e o de Corumbá (fronteira Brasil/Bolívia). Além disso, na região do município de Porto Murtinho, também em Mato Grosso do Sul, está em andamento o projeto Rota Bioceânica, visando facilitar o acesso de mercadorias e pessoas entre os dois oceanos que banham o continente, o Atlântico e o Pacífico.

classifica o desempenho das universidades do mundo inteiro em relação aos ODS (UFMS, 2024). No quesito do tema de pesquisa aqui apresentado, a UFMS possui um Comitê de Internacionalização instituído em 2021, no qual uma das principais competências é incentivar ações de modo a oportunizar a todos a inclusão no processo de internacionalização (UFMS, 2023).

Em síntese, os dados das universidades mencionadas trazem suas relevâncias institucionais, acadêmicas, científicas, nacionais e regionais. A UFSC se localiza no litoral, por outro lado a UFMS se localiza na divisa com Paraguai e Bolívia. Ressalva para o quesito que ambas possuem o processo de internacionalização entre seus focos institucionais, o que conflui para a escolha de ambas as universidades para a pesquisa e coleta de dados nesta tese.

1.2 O estado do conhecimento

Nesta seção, realizou-se uma pesquisa sobre a produção científica nos artigos em periódicos, livros, teses e dissertações, os quais têm como objeto de estudo as políticas de internacionalização da educação superior. De acordo com Morosini (2015, p. 102), esta reflexão “[...] é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, ao agregar periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

O estado de conhecimento, conforme Morosini, Nascimento e Nez (2021), estruturou-se nas fases metodológicas especificadas: escolha das fontes de produção científica internacional aqui apresentada e a nacional¹⁹ - para melhor embasamento da pesquisa; seleção dos descritores de busca; leitura dos resumos apresentados nos bancos de dados; seleção e identificação e seleção de fontes que constituem a bibliografia sistematizada e organização por categorias. Esta foi a sequência utilizada e mencionada por Morosini, Nascimento e Nez (2021), e que a partir das considerações acerca do campo e do tema de pesquisa, culminaram para a delimitação e escolha dos caminhos a serem utilizados nesta tese.

Este levantamento tem como função identificar a exploração do tema no Brasil e no mundo, com o objetivo de mapear essas produções para analisar o escopo que a temática

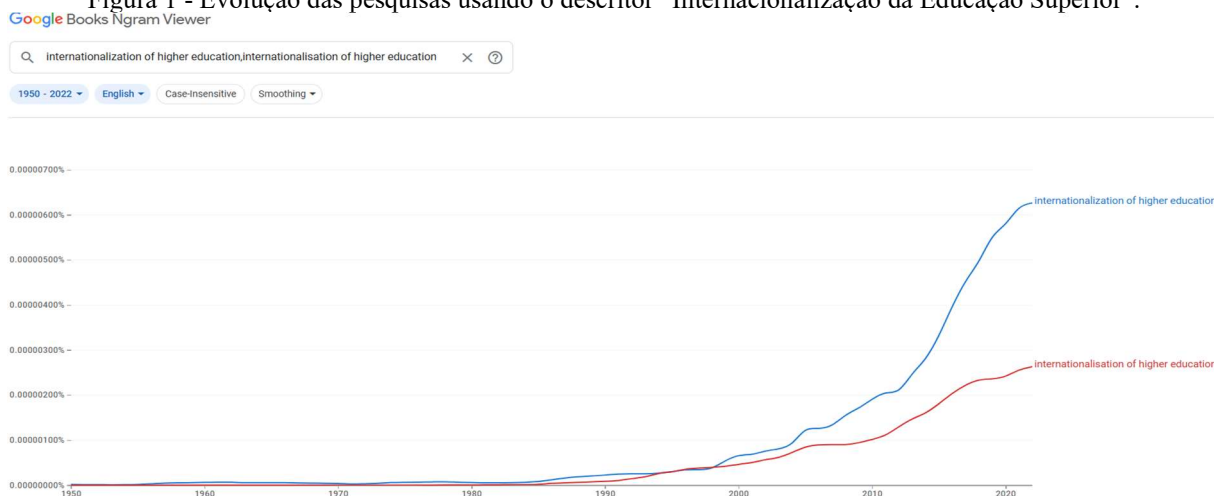
¹⁹ Foi feito um estudo nas plataformas brasileiras Capes, OASISBR e BDTD, no período de 2010 até 2019. A princípio surgiram 287 trabalhos, dos quais 22 foram considerados condizente com o foco da pesquisa. Esse trabalho foi apresentado na Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação) em 2021 (CARVALHO, BRITO; 2021).

desempenha no cenário acadêmico atual e em níveis global, regional e institucional. Nesta etapa de elaboração do estado do conhecimento, realizou-se buscas em relatório de pesquisas que apresentam a temática estudada, com espaço temporal pré-definido dos últimos dez anos (2013 a 2022), buscando trazer discussões mais atuais sobre o tema. O objeto de estudo é representado pelos periódicos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e de Humanidades. As buscas foram por materiais científicos indexados na base de dados *Web of Science (WoS)*. Esse tipo de pesquisa consiste na coleta, por meio de critérios de triagem, do tema ou conteúdo a ser investigado (LAKATOS e MARCONI, 2010).

A pesquisa seguiu com a revisão da literatura, na forma de levantamento de produção, com aprofundamento da discussão sobre os conceitos teóricos propostos para pesquisa. Através das análises dos estudos realizados no Brasil sobre as políticas educacionais de internacionalização nas IES, foi possível compreender cronologicamente as políticas sobre o tema, bem como os avanços históricos no campo da gestão educacional. Em outras palavras, intentou-se mapear e compreender as produções sobre a temática no cenário acadêmico atual.

Ressalva sobre a atualidade do tema é que não foram encontrados muitos trabalhos anteriores a este recorte temporal. Para complementar a visibilidade do tema foi feito a busca no website *Google Books Ngram View* (2023). Neste site foi possível verificar que a partir da década de 1980 há o surgimento do tema “Internacionalização da Educação Superior”, e que uma frequência maior é atingida a partir de 2010, além de uma tendência de crescimento e conforme pode se observar pela figura 1:

Figura 1 - Evolução das pesquisas usando o descritor “Internacionalização da Educação Superior”.



Fonte: Google Books Ngram Viewer (2024).

Organização: CARVALHO (2024).

As consultas realizadas embasaram-se em levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações sobre as produções acadêmicas, para posterior análises e considerações, com critérios (buscadores) adequados que permitiram uma aproximação com os interesses da pesquisa em questão. O resumo das consultas aparece na sequência, contudo elas foram realizadas em dois momentos distintos (2020 e 2023), mas a meta em comum foi descobrir os autores seminais do tema estudado.

O primeiro levantamento bibliográfico foi realizado em bases nacionais, devido a necessidade de descobrir se havia estudos sobre as políticas de internacionalização em universidades brasileiras, principalmente no que tange a UFSC e a UFMS. A segunda fase foi em plataforma internacional, razão de fazer o levantamento de quais estratégias as universidades no mundo utilizam para o processo de internacionalização. O intuito foi utilizar os modelos estratégicos para embasar a investigação metodológica nas universidades estudadas – tema das perguntas das entrevistas.

Quadro 3 - Resumo metodológico do estado do conhecimento do tema

QUADRO METODOLÓGICO	
Tema	ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Área de estudo	Todas.
Idioma	Todos.
Período	01/jan/201 até 31/dez/2022.
Descritores nos títulos e palavras-chaves	1) <i>Internationalization higher education</i> ; 2) <i>Strategies</i> ; 3) <i>Strategy</i> ; 4) Internacionalização; 5) Universidade; 6) Educação Superior
Base de dados	1) <i>Web of Science (WoS)</i> ; 2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); 3) Catálogo de Teses Capes/MEC (Capes), 4) Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (OASISBR).

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse quadro inicial engloba as duas etapas da pesquisa, com os descritores utilizados em inglês e português, conforme a amplitude de cada plataforma. Na sequência há descrições de ambas as etapas para utilização nesta tese.

1.2.1 Primeira etapa – plataformas nacionais

Na primeira etapa de elaboração do estado do conhecimento, realizou-se buscas em relatório de pesquisas (teses e dissertações), que apresentam a temática estudada. As

plataformas escolhidas; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (OASISBR) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES/MEC, seguem os critérios da qualidade e a confiabilidade atribuída às mesmas no cenário científico e acadêmico brasileiro.

Primeiramente foram utilizados os seguintes descritores que, combinados entre si, serviram de base para o levantamento da produção bibliográfica sobre o tema estudado: 1) internacionalização; 2) Universidade; 3) Educação Superior. O total resultou em quantidade menor de trabalhos, devido aos trabalhos repetidos e/ou com temas divergentes dos descritores. A maioria são trabalhos com temas muito direcionados e pouco se fala sobre internacionalização. Como exemplo de trabalhos excluídos estão aqueles focados em: mobilidade; universidades; avaliações; programas específicos; cursos específicos; estudos de casos específicos e projetos específicos. Devido a esse resultado, secundariamente, foram utilizados os descritores: 4) Políticas Públicas; 5) Pós-Graduação, e que combinados entre si permitiram um resultado mais aprimorado. Seguem os dados na tabela 1.

Tabela 1 – Contagem dos trabalhos em plataformas e respectivos anos

Plataforma /Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
BDTD	2	3	1	9	5	11	4	4	3	1	43
Catálogo Capes	0	0	1	0	4	0	19	7	25	14	70
OASISBR	0	0	1	0	0	1	4	13	9	2	30

Fonte: CARVALHO (2023).

Em função da especificidade dos assuntos a serem pesquisados, bem como a percepção da grande quantidade de trabalhos sobre o tema, optou-se pela busca avançada. Os descritores utilizados e combinados entre si foram internacionalização + universidade + educação superior e; internacionalização + universidade + educação superior + políticas públicas + pós-graduação. O filtro do período temporal auxiliou a busca nas plataformas, mesmo assim elas traziam uma grande quantidade de resultados, a maioria fora do contexto. Da leitura de seus resumos, o total de trabalhos que se mostraram relevante para o estudo foram sendo filtrados.

Esses foram para a segunda fase na divisão dos 03 grandes grupos – os quais foram nomeados devido três características que mais se destacaram. Os trabalhos encontrados foram divididos nos grupos: estudo de caso (procedimento metodológico amplamente utilizado), programas (no título já é mencionado a escolha do programa institucional que é analisado), e,

por último, grandes temas (o que não se encaixa nos outros dois grupos e que possui pesquisa na área de políticas públicas e internacionalização).

O site da Capes foi o primeiro a ser consultado, devido às especificidades em sua forma de busca. As buscas no site de “catálogos teses e dissertações da Capes” possui a opção de busca avançada com descritor por inteiro e foi utilizada internacionalização da educação superior. Outrossim há especificidades como: tipo (dissertação e tese), ano, autor, orientador, banca, área, entre outros – foram utilizados o tipo e o ano. Essa plataforma foi a que mais se obteve resultados, devido sua amplitude de informações de cada trabalho.

A segunda plataforma na qual realizaram-se as buscas foi a BDTD, que tem um sistema de busca de fácil utilização. A busca na plataforma pode ser feita de forma simples, colocando os descritores de maneira individual no buscador, o que traz um número maior de resultados ou de forma avançada, cruzando os descritores entre si, utilizada normalmente quando os assuntos pesquisados possuem um vasto acervo, já que o entrecruzamento dos descritores na busca avançada tende a trazer menos trabalhos. Houve uma seleção para trabalhos repetidos da plataforma BDTD e Capes, ou excluídos por não serem pertinentes ao tema.

A última plataforma a ser pesquisada foi o OASISBR. A escolha por esta plataforma se deu inicialmente pelo fato de sua busca ocorrer em 504 bases (periódicos), o que facilita o trabalho do pesquisador, podendo condensar as buscas de artigos científicos, dissertações, teses e livros, uma vez que entre as bases disponíveis no OASISBR estão o Portal de Periódicos CAPES/MEC, entre eles SciELO e DOAJ. Ela possui forma de busca simples e avançada. A opção foi pela busca avançada, visto que a possibilidade de buscas e detalhamento nesta modalidade é maior. Dentro da opção de busca avançada optou-se por selecionar os filtros disponíveis: anos, descritores, tipo, pois a possibilidade de seleção é ampliada com esses filtros, sendo que os trabalhos que surgiram são mais compatíveis com o tema pesquisado.

Após a leitura de seus títulos e resumos, vários trabalhos foram filtrados e anotados em lista de Excel. Por fim, o total de trabalhos da tabela 1 foram incluídos entre os de importância para a pesquisa, independentemente da plataforma, e subsequentemente eles foram divididos novamente em 03 grupos, como citado anteriormente. Seguem os trabalhos divididos em três quadros, na sequência de grupos.

O quadro 2 mostra os trabalhos voltados para a metodologia de estudo de caso.

Já o quadro 3 mostra os trabalhos que se enquadram e tratam de algum tipo de programa.

Por último, o quadro 4 ilustra os trabalhos que se adequam ao grupo dos grandes temas, significando que essas pesquisas não se enquadram nos outros dois grupos.

Com a continuação do levantamento iniciou-se a próxima etapa, a de análise de cada grupo de trabalhos.

À guisa de conclusão, entende-se que o universo da pesquisa acadêmica tem se expandido e a cada dia novas pesquisas e bases de dados têm sido desenvolvidas. As políticas educacionais no âmbito da internacionalização apresentam-se como um tema de pesquisa que agrega para as IES. Assim o presente Estado do Conhecimento se mostrou com uma ferramenta de extrema valia para organização de ideias e conhecimento prévio de tudo que foi estudado e investigado nesta tese.

1.2.2 Segunda etapa – plataforma internacional

Na segunda etapa, a escolha da base de busca (*WoS*) foi dada em função de suas características de acesso aberto, pela disponibilidade de informação *online*, bem como pela qualidade e a confiabilidade atribuída às mesmas no cenário científico e acadêmico. Outrossim, dada sua relevância e amplitude, em termos de indexação de periódicos internacionais, que além dos próprios periódicos, também, conta com os resultados das bases *Scopus*, *ProQuest* e *Wiley* (CAPES, 2018).

Como critério de triagem inicial foi utilizado o procedimento de busca avançada do *WoS*, de forma que a seleção ficou restrita ao campo de títulos e palavras-chaves, além do período 2012 até 2022. Utilizou-se como base do processo de triagem os seguintes descritores contidos nos títulos e nas palavras-chaves, combinados entre si, serviram de base para o

Quadro 4 – Teses e dissertações – Estudos de caso

Ano	Autor	Título	Área	Instituição
2015	Patrícia Duarte Peixoto MORELLA	Tese: O processo de internacionalização no contexto da globalização: uma relação entre universidades e empresas	Educação	UNIVALI
2017	Flavia Melville PAIVA	Tese: A internacionalização da pós-graduação em educação no Brasil: mobilidade e produtividade docente (2010-2016)	Educação	UFMS
2018	Linnik Israel Lima TEIXEIRA	Dissertação: A internacionalização em instituições federais de ensino superior do Estado do Ceará na perspectiva institucional	Economia	UFC
2018	Raquel da Silva SANTOS	Dissertação: Internacionalização da educação superior no Brasil –estudo exploratório sobre a política institucional da Universidade Federal do ABC (UFABC).	Economia	UNINOVE
2019	Mateus Santos SOUZA	Dissertação: Representações sociais sobre "internacionalização": contribuição para uma política institucionalizada na universidade do estado da Bahia - UNEB	Educação e contemporaneidade	UNEB
2022	Mariana de Souza ALVES	Dissertação: Políticas de internacionalização na educação superior pública federal: estudo de caso da UFPE	Educação, Culturas e Identidades	UFRPE

Fonte: BDTD (2022, 2023); CAPES (2022, 2023); OASISBR (2022, 2023).

Organização: CARVALHO (2023).

Quadro 5 - Teses e dissertações – Programas

Ano	Autor	Título	Área	Instituição
2017	Vanessa Fernandes de Araújo VARGAS	Dissertação: Análise dos programas da Capes de concessão de bolsas de estudos para a formação doutoral no exterior: estudo de egressos.	Educação em Ciências, Química da Vida e Saúde	FURG
2018	Stella Maris Wolff da SILVA	Tese: Releitura de três programas de cooperação acadêmica internacional da Capes, e o papel da internacionalização na pós-graduação brasileira.	Educação em Ciências, Química da Vida e Saúde	FURG
2022	Mariana Santos Casimiro COSTA	Dissertação: Internacionalização do ensino superior e o programa capes- print: uma análise dos projetos institucionais de internacionalização da UFRGS e FURG sob a ótica da internacionalização abrangente'	Educação em ciências química da vida e saúde (UFSM - FURG)	UFRGS
2022	Suely Souza SANTOS	Dissertação: Internacionalização na UFBA e o Profici: um panorama sobre políticas nacionais com impactos locais	Estudos Interdisciplinares sobre a universidade	UFBA

Fonte: BDTD (2022, 2023); CAPES (2022, 2023); OASISBR (2022, 2023).

Organização: CARVALHO (2023).

Quadro 6 – Teses e dissertações – Grandes Temas

Ano	Autor	Título	Área	Instituição
2014	Milena Yumi RAMOS	Tese: Formação de doutores no país e no exterior: impactos na internacionalização da ciência brasileira	Política Científica e Tecnológica	UNICAMP
2018	Cláudia Daniele de SOUZA	Impacto de las políticas brasileñas de ciencia y tecnología en la actividad investigadora de las universidades federales: un estudio cuantitativo del período 2003-2015		Universidad Carlos III de Madrid
2018	Lara Carlette THIENGO	Tese: Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais.	Educação	UFSC
2021	Ádria Ramos Lustosa NAKAMURA	Tese: O discurso sobre a internacionalização das universidades brasileiras.	Linguística	UFSCar
2022	Celio Vieira NOGUEIRA	Tese: Política de educação superior e internacionalização: ações institucionais desenvolvidas pelas universidades federais da região centro-oeste no período de 2006 a 2020.	Educação	UFMS
2022	Orleans Silva SOUSA	Dissertação: Internacionalização da educação superior brasileira: a inserção da universidade federal do Amapá no contexto global (2013 – 2020).	Educação	Unifap

Fonte: BDTD (2022, 2023); CAPES (2022, 2023); OASISBR (2022, 2023).

Organização: CARVALHO (2023).

levantamento da produção bibliográfica sobre o tema estudado: 1) *internationalization higher education*²⁰; 2) *Strategies*; 3) *Strategy*.

O total resultou em quantidade pequena de trabalhos, a busca avançada obteve um resultado bem aprimorado. Na sequência, foi feito o *download* dos metadados dos resultados, que foram analisados e estruturados com o auxílio da opção de análise de resultados do próprio *WoS*. Com essas ferramentas foi possível realizar a tabulação, organização e estruturação dos trabalhos, em tabelas e gráficos. Seguem dados na tabela 2, mostrando a sequência histórica da produção.

Tabela 2 – Contagem das citações e publicações dos trabalhos nos respectivos anos

<i>Web of Science</i> /Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Citações	0	1	2	2	0	3	10	18	30	24	90
Publicações	0	3	2	4	1	5	12	7	4	6	44

Fonte: WOS (2023).

Organização: CARVALHO (2023).

Logo após a seleção dos trabalhos apresentados, foi feita a leitura e *download* de todos os 44 trabalhos. O total selecionado serviu para a próxima fase: a análise a fundo de cada trabalho. Na última fase, logo após a leitura, houve a percepção que há poucos trabalhos que abordam a temática das estratégias para a internacionalização da educação superior. Foram descartados 3 trabalhos, um por não se referir ao tema, outro que não foi localizado nome e autor e um por ser em idioma turco (somente o resumo estava em inglês).

Ademais, outros 14 trabalhos não foram obtidos na íntegra. Outros trabalhos foram utilizados em parte devido aos seguintes motivos: em um só havia análise de discursos estratégicos; em outro não eram mostradas as estratégias; 8 possuíam foco no estudante, ou sua mobilidade, ou sistema de aprendizado ou em idiomas. Em sua maioria, os 17 trabalhos publicados foram utilizados e possuem, de certa forma, o foco nas estratégias de internacionalização da educação superior. Há ênfase na abordagem discursiva das estratégias das universidades, e a partir deste ponto foi possível traçar um perfil e definir as trajetórias de internacionalização, ao menos, em termos de difusão de conhecimento científico em nível internacional, adotadas por esses pesquisadores.

Segue a tabela 3, a qual mostra os trabalhos selecionados no estado do conhecimento internacional. Esta etapa é para verificação das referências que os autores utilizaram ao abordarem o tema estratégia. Praticamente metade dos trabalhos internacionais foram

²⁰ Foi inserido o caractere (*) para poder aceitar ambos os formatos: *internationalization* e *internationalisation*.

descartados, devido ao fato de não apresentarem referências bibliográficas para obtenção da coleta de dados; tampouco esclarecerem sua metodologia de análise; ou até mesmo se mantiveram em discussões teóricas.

Três trabalhos nacionais foram considerados (tabela 3) e os autores internacionais selecionados possuem origem em diversos países. Todos foram aqui mencionados devido à proximidade da sua metodologia de estudo com o tema desta tese. Eles informaram as suas ferramentas ou práticas para análise da coleta de dados de suas pesquisas.

Após o levantamento dos principais aspectos conceituais, fundamentais para busca na literatura por modelos estratégicos que abordem a internacionalização da educação superior, permitiu-se trazer nesta seção para compreensão dos seus benefícios, flexibilidade e adaptações. Com o crescente aumento de estudos e pesquisas no tema internacionalização nas IES têm-se intensificado também a procura pelo entendimento do processo, ou seja, qual o modelo estratégico e padrões que os estudiosos recomendam às universidades adotarem para obterem êxito. Desses modelos os que mais se adequam, devido considerarem a indução das políticas nacionais; a inserção das IFES, com suas singularidades, em distintas regiões; suas tradições de pesquisa, ensino e extensão e, o mais importante, o que o conjunto dos atores sociais envolvidos – professores, alunos e funcionários – pensa a respeito de internacionalização, para posterior análise e interpretação desta pesquisa são o modelo de estratégias organizacionais e programáticas de Knight (2004); e o modelo do *comprehensive internationalization* de Rudzki (2011).

A escolha dos dois modelos como base teórico-metodológica para esta tese foi devido a maior amplitude de quesitos comparado com as demais abordagens listadas no item anterior, em termos de políticas públicas, grupos de pesquisa internacionalizáveis, produção etc. Na literatura estudada, em sua maioria, os modelos escolhidos foram baseados em abordagem de processos de negócios, os autores tiveram em seu estudo a abordagem voltada para IES, contudo, essas abordagens de gestão são mais amplas e próprias para organizações com fins lucrativos, voltadas para outros objetivos. Já os modelos de Knight (2004) e de Rudzki (2011) foram delineados para a internacionalização da educação superior, foco desta pesquisa e o que confirma a razão da escolha.

Tabela 3 – Abordagens de modelos de internacionalização da educação superior

ANO	ABORDAGEM/PRÁTICAS/MODELOS	MENÇÃO PELOS AUTORES EM SEUS PERIÓDICOS/ANO/PAÍS
1970	Uppsala (Johanson e Wiedersheim-Paul)	DIAS, Bruno Francisco Batista; GOMES, Josir Simeone. Internacionalização da educação superior do campo de administração, contabilidade e turismo à luz da teoria da uppsala. Humanidades & Inovação , 2021, vol. 8, no 54, p. 137-152. Brasil
1980 1990	<i>Total Quality Management (TQM)</i> (vários autores)	ANTUNES, Marina Godinho et al. The Role of TQM, innovation and internationalization strategies on the financial sustainability of higher education institutions (HEIS). In: 11th International Conference of Education, Research and Innovation . IATED Academy, 2018. p. 9778-9787. Portugal.
1992	<i>Balanced Scorecard (BSB)</i> (Kaplan e Norton)	URBANOVIČ, Jolanta; WILKINS, Stephen. Internationalisation as a strategy to improve the quality of higher education in small states: Stakeholder perspectives in Lithuania. Higher Education Policy , v. 26, n. 3, p. 373-396, 2013. Lituânia. ROCHA, Mateus de Souza. Proposta de Balanced Scorecard para auxílio ao processo de gestão estratégica da internacionalização do ensino superior: um estudo de caso em universidades públicas . 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Brasil.
1995	<i>Process Approach</i> (Knight e de Wit)	WANG, Ying-zhen. Strategies for Higher Education Internationalization in UK Based on the Process Approach-A Case Study. DEStech Transactions on Social Science, Education and Human Science , n. aems, 2017. Reino Unido. ADMASU, Ermyas; DESTA, Abiot. Internationalization of Higher Education System in Ethiopia: A Review of Education Policies and Strategies. Agathos , v. 12, n. 1, p. 139-156, 2021. Etiópia
1998	<i>Reactive and proactive model</i> (Rudzki)	MÜCKENBERGER, Everson. Processo de internacionalização do ensino superior: estudo de casos múltiplos em um sistema de ensino superior confessional internacional . 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Rocha (2016) – Brasil.
2000	<i>SWOT</i> (Mintzberg, Brown, Bush e Norberg, Lee e Ko)	NICOLAE, Florentina; STAN, Alina Costiana. Advertising Romanian Master Programs. A Case Study. Procedia-Social and Behavioral Sciences , v. 76, p. 542-547, 2013. Romênia.
2004	<i>Organizational and Programmatic Strategies</i> (Knight) ²¹	ALTINAY, Fahriye <i>et al.</i> An Evaluation of Strategies and Policies in Higher Education Management in Internationalization Process: New Pedagogy. Romanian Journal for Multidimensional Education/Revista Romaneasca pentru Educatie Multidimensionala , v. 11, n. 4, 2019. Chipre.

²¹ Este é um dos modelos analíticos selecionado e aprofundado no decorrer da tese.

2004	<i>Strategic Map</i> (Kaplan e Norton)	STANKEVIČIENĖ, Jelena; VAICIUKEVIČIŪTĖ, Agnė. Conceptual strategy map implementation for higher education institution. In: The 8th international scientific conference Business and Management 2014: selected papers, Vilnius: Technika . 2014. p. 709-716. Lituânia
2010	<i>Joint International Partners Survey (JIPS)</i> ²²	GONZÁLEZ BONILLA, Alejandra et al. Embedding internationalization in European higher education institution's strategies: easier said than done? Ene , v. 12, p. 24, 2022. Europa.
2011	<i>Comprehensive Internationalization (CI)</i> (Rudzki) ²³	MATEI, Liviu; IWINSKA, Julia. National strategies and practices in internationalisation of higher education: Lessons from a cross-country comparison. Higher education reforms in Romania , p. 205-226, 2015. Europa. CURAJ, Adrian et al. The European higher education area: Between critical reflections and future policies . Springer Nature, 2015. Teoria. BEELEN, J; JONES, E. Redefining internationalization at home. In: CURAJ, L; MATEI, R; PRICOPIE; J. SALMI; SCOTT P. (Ed.). The European higher education area: between critical reflections and future policies . Dordrecht: Springer, 2015, p. 59-72., p. 67-80.

Fonte: WOS (2023).

Organização: CARVALHO (2023).

²² O *Joint International Partners Survey (JIPS)* foi realizado por uma equipe de pesquisa multidisciplinar de especialistas em internacionalização, localizada em três Faculdades da Universidade Complutense: Serviço Social, Psicologia e Economia. Foi desenvolvido com um desenho exploratório sequencial estruturado em três etapas sucessivas, onde abordagens foram usadas com um propósito complementar, para que os resultados qualitativos ajudem a interpretar melhor os dados reunidos na fase quantitativa e os autores referências são Hesse-Biber, 2010 e McKim, 2017 (GONZÁLEZ-BONILLA *et al.*, 2022).

²³ Modelo selecionado e aprofundado no decorrer da tese.

Na pesquisa de Kosmützky e Krücken (2015), encontrou-se um aumento constante para os anos 2002-2011 - de uma participação de 2,9 a 20,5% na pesquisa internacional. Assim, eles concluem que há um crescimento na pesquisa sobre a educação superior internacional, a internacionalização e a globalização da educação superior, contudo, isso não ocorre com a pesquisa comparativa internacional, de acordo com a métrica definida no estudo. Outrossim, o estado do conhecimento obtido nas bases nacionais aborda, em sua maioria, os temas sobre estudo de casos de universidades específicas; programas específicos (como programas da Capes) e temas gerais que abarcam as políticas educacionais e institucionais. Este estudo evidenciou a falta de uma pesquisa sobre internacionalização em universidades brasileiras de regiões diferentes.

A busca na base de dados *Web of Science*, após a triagem, conforme os procedimentos metodológicos adotados, encontrou os 18 trabalhos internacionais que abordaram as estratégias de internacionalização a partir de 2013 até 2021. Os trabalhos foram utilizados no decorrer desta tese.

E, por fim, na última etapa os resultados foram analisados e interpretados como perspectiva teórica das diferentes abordagens das estratégias de internacionalização. A bibliometria das referências utilizadas nos 18 trabalhos, trouxe os autores mais citados para o tema estudado são: Knight e de Wit (1995); Chauí (2003); Knight (2004, 2006 e 2008); Altbach e Knight (2007); Kehm e Teichler (2007); Gacel e Ávila, (2008); Gacel e Ávila, (2008); Peters *et al.* (2008); Lima e Maranhão (2009); de Wit *et al.* (2013); IAU (2014 e 2019); de Wit *et al.* (2015); Hudzki (2015); OECD (2015 e 2021).; Stallivieri (2015, 2017 e 2020); Teichler (2015 e 2022) Proctor (2016); Proctor e Humbley (2018); Cotton *et al.* (2019); Marinoni e de Wit (2019); Vögtle (2019); Altbach e de Wit (2020); IAU (2021); IoC (2022)²⁴.

Ademais Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter (2018) realizaram uma pesquisa no conteúdo do *Journal of Studies in International Education* (JSIE), sobre internacionalização, com a finalidade de descobrir o desenvolvimento e tendências na área. Os artigos mais citados no JSIE fornecem informações sobre a influência e divulgação da revista para a área de pesquisa em internacionalização. Os artigos mais citados são: com 1.326 e 1.075 citações, respectivamente, os artigos de Altbach e Knight (2007) e Knight (2004)²⁵, seguidos de perto por Deardorff (2006), com 938 citações (tabela 4).

²⁴ O levantamento teórico por categorias e respectivas referências são melhor abordadas no item 1.5.3 Coleta de dados empíricos, na parte da introdução 1.5 Metodologia.

²⁵ Ambos são referências para a construção desta tese.

Tabela 4 – Lista de autores sobre internacionalização no JSIE

Top Autores na JSIE (1997-2016)²⁶	Quantidade de artigos
Knight, J. (Canadá)	8
van der Wende, M. (Holanda)	7
Teichler, U. (Alemanha) ²⁷	6
Huisman, J. (Reino Unido)	6
Huang, F. (Japão)	5
Marginson, S. (Austrália)	5
Leask, B. (Austrália)	4
Altbach, P. (Estados Unidos)	4
Wilkins, S. (Reino Unido)	4
Rauhvargers, A. (Letônia)	3
Whitsed, C. (Austrália)	3
Nyland, C. (Reino Unido)	3
de Wit, H. (Holanda)	3
Stone, N. (Austrália)	3
Pritchard, R. (Reino Unido)	3
Volet, S. (Austrália)	3
Adams, T. (Austrália)	3
Naidoo, V. (Nova Zelândia)	3
Green, W. (Austrália)	3
Bergan, S. (França)	3
Wiers-Jensen, J. (Noruega)	3

Fonte: BEDENLIER; KONDAKCI; ZAWACKI-RICHTER, 2018.

Organização: CARVALHO (2023).

Tais estudos demonstram que seus temas contribuem para uma investigação de estudo de caso para as IES e de suas estratégias. Assim, um dos elementos que motivou a pesquisa foi devido a incipiência de trabalhos internacionais e nacionais acerca das estratégias que as universidades se utilizam, assim como as referências indicam. Dessa forma, o propósito da tese está alinhado com a necessidade de levantar dados de internacionalização no contexto nacional e internacional; destarte, para atingir os objetivos e atender a questão norteadora da pesquisa, foi realizada a análise de fontes documentais coletadas em ambas as universidades.

Assim, a lacuna que levou à escolha do objeto foi evidenciada com base no estado de conhecimento apresentado, leituras sobre a produção científica no plano teórico e no empírico (teses e dissertações), obtido na primeira etapa. A sistematização e análise da produção científica sobre o tema nos últimos dez anos, auxiliou a escolha do objeto e dos caminhos metodológicos a percorrer. Neste estudo, buscou-se o levantamento do presente tema e que se mostrou como uma tendência a ser estudada, contudo, com poucos estudos realizados até a

²⁶ O artigo selecionou o mínimo de três publicações, incluindo artigos de autoria única ou múltipla.

²⁷ O pesquisador Ulrich Teichler contribui para esta tese pelo doutorado sanduíche realizado na Alemanha.

então sobre o processo de internacionalização das universidades inseridas no contexto brasileiro. Após a análise, tal fato indica a propensão e a oportunidade desta pesquisa.

1.3 Problema de pesquisa e tese norteadora do trabalho

No mundo cada vez mais interdependente, a cooperação entre nações é um recurso constante e necessário. A universidade, como fonte de saber científico e disseminação através da multiplicidade de visões do mundo, posições filosóficas e tendências políticas, tem a necessidade de implementar o seu processo de internacionalização, para acompanhar a crescente e efusiva globalização da economia, do comércio e das telecomunicações, por meio de rápidas conexões tecnológicas (AVEIRO, 2015; STALLIVIERI 2017).

O embasamento teórico sobre internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com diversidade de termos relacionados à universidade e conhecimento, globalização, transnacionalização, educação internacional, políticas educacionais, entre outros (SGUISSARDI, 2005; MOROSINI, 2006; TEICHLER, 2015).

A interdependência planetária e a globalização são os principais fenômenos do século XXI e que exigem uma reflexão abrangente – para além das áreas da educação e da cultura – sobre o papel e as estruturas das organizações internacionais (UNESCO, 2015).

Mudanças surgem sobre o papel das universidades e sua função de integrar culturas, pessoas e seus conhecimentos com o devido reconhecimento e respeito à multidisciplinaridade e diversidade, visando a expansão, qualificação e manutenção de sua atividade primordial que é o ensino, e rumo à consolidação da efetiva internacionalização institucional (LIMA; MARANHÃO, 2009; STALLIVIERI, 2017).

Ademais, a amplitude das dimensões de resultados abrange do institucional ao pessoal. No estudo de Teichler (2015), há os exemplos das visões gerais que também englobam a aprendizagem cultural; o desenvolvimento de personalidade; a compreensão internacional; a proficiência em língua estrangeira; o aprimoramento acadêmico geral e mobilidade subsequente; bem como aprimoramento de carreira. E a visão pela qual - não apenas da maioria dos ex-alunos internacionais, mas também da maioria dos professores da educação superior, outrossim da maioria dos empregadores – que acreditam que a experiência internacional traz relevante formação profissional.

No contexto da educação superior, segundo Morosini (2006), o formalismo e a dependência de políticas estatais são entraves para a autonomia no ensino. As universidades

sofrem também as determinações do mercado de trabalho e o processo de globalização está sobreposto às características da educação e às determinações advindas de organismos internacionais multilaterais.

Nesse contexto, de Wit *et al.* (2013) mencionam que educadores internacionais possuem estudos para compreender melhor os processos educacionais que examinam e, assim, aumentar sua capacidade de fazer políticas relacionadas a programas como aqueles associados ao intercâmbio e compreensão internacional. Diante do exposto, este trabalho revela seu fundamento no propósito de aprender pela análise, para assim poder compreender melhor o processo de internacionalização das duas IFES's estudadas.

Assim, como já dito, há fatores da relevância da escolha pela UFSC, por exemplo, ela está ranqueada na 11ª no *THE* da América Latina edição de 2021, no qual um dos itens avaliados é sua perspectiva internacional. Além disso, é considerada também a quinta melhor universidade federal brasileira, destacando-se nos indicadores de ensino, pesquisa e citações (SINTER, 2022). Ademais, no Brasil está em 10º lugar em citações internacionais por docente (RUF, 2022). Seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2020-2024) define a internacionalização como um de seus valores como área transversal, que se relaciona entre as sete áreas de sua atuação acadêmica (UFSC, 2022). Também é classificada como a oitava melhor universidade federal brasileira no item internacionalização e a sétima melhor do país, de acordo com o Ranking Universitário Folha (RUF) de 2019.

A UFMS foi escolhida não só pela relevância pessoal, mas por estar classificada no *Ranking* de *Shanghai* entre as mil melhores instituições de educação superior classificadas em todo o mundo, e entre as 21 universidades brasileiras (UFMS, 2022a). Ademais, a UFMS está entre as 30 melhores Instituições de Educação Superior (IES) do país, ocupando a 27ª posição entre 56 melhores instituições brasileiras e a 20ª posição entre 40 Universidades Federais²⁸.

Ao considerar o papel que a internacionalização possui na missão ou plano estratégico de mais de 90% das IES, Marinoni (2019) acrescenta que a maioria das IES atribui um alto nível de importância à internacionalização. As universidades foco da pesquisa estão na arena pública, o que significa uma situação complexa, também no que diz respeito à internacionalização da educação superior. Devido a amplitude de oferta da educação superior, essa tese abrange os conceitos de Instituições de Educação superior (IES), contudo, a coleta de

²⁸A informação é do Center for *World University Rankings* (CWUR) (UFMS, 2022b).

dados ocorre em duas universidades federais brasileiras: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). As universidades foram escolhidas por possuírem seus planos para internacionalização elencados no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nesse sentido, a busca é compreender e conhecer as políticas adotadas nas universidades, por meio dos modelos mencionados.

A metodologia proposta aqui não é uma pesquisa com análise comparada, uma vez que a escolha das universidades - dentro do contexto nacional - deu-se a partir da intenção de captar o movimento das tendências globais e suas manifestações locais. No que se refere às ações e políticas públicas de internacionalização, constitui-se como tese o fato de não haver uma política clara de internacionalização para a educação superior no Brasil, a partir de diretrizes emanadas pelo governo federal. Ao contrário, o que tem ocorrido, a partir da formulação de programas específicos, ora mais abrangentes (como foi o Ciências sem Fronteiras), ora dirigidos a uma parcela específica do público abrangido pela educação superior (como no caso do Capes PrInt), a problemática de pesquisa indica que cada universidade vai definindo seu processo próprio de internacionalização, conforme sua necessidade e possibilidades.

Detalhando melhor, a internacionalização acadêmica no Brasil é algo novo, apesar do reconhecimento de sua importância, e não é só uma questão da vida acadêmica, ou seja, ela deve estar contemplada no âmbito das políticas e decisões estratégicas das IES, com metas evidentes. Este processo está vinculado à crescente importância da universidade no fortalecimento das economias nacionais e no desenvolvimento tecnológico e científico. Destarte, as relações internacionais brasileiras que criam diretrizes para as políticas de internacionalização acadêmica no Brasil são um mecanismo essencial, não somente para formação de discentes e docentes, como também para a busca de solução para impasses brasileiros, a exemplo da cura de doenças endêmicas como a dengue, a criação de plataformas digitais acessíveis e compatíveis com as necessidades educacionais do país, entre outros; e comum à humanidade, como o são a luta contra o câncer (KRAWCZYK, 2008; SANTOS, 2016; STALLIVIERI, 2017) e contra a recente pandemia provocada pelo coronavírus.

Diante do exposto, se faz condizente perguntar se há uma política clara e estabelecida pelo governo federal em relação à internacionalização da educação superior. Num segundo momento, se as universidades possuem delimitado uma política interna bem direcionada, a fim de estabelecer uma congruente ligação da política governamental com sua política institucional de internacionalização – do externo para o interno.

Assim, o sentido da discussão foi de contextualizar a ideia de que educação não é um conceito isolado e que, sendo parte integrante de um todo maior, depende também dos demais itens ou pilares para se realizar. Portanto, o foco aqui está voltado para discutir a questão dos aspectos do processo que culminam na educação brasileira. A questão corrobora com o que os autores Knight (2004) e Elkin, Devjee e Farnsworth (2005) sinalizam, se propondo a problematizar o sentido da internacionalização no dia a dia das duas instituições.

Concluimos que temos a situação-problema do trabalho apresentada através da tese fundamentada no processo de internacionalização até agora observado, que impulsiona o crescimento, para o alcance dos objetivos institucionais das universidades brasileiras e utilizou a metodologia do estudo de caso.

Diante do exposto, Sguissardi (2005) pergunta ainda se há um modelo global de universidade pautada nos organismos multilaterais e quais as experiências neste campo nos países centrais; não somente, quais os impactos de uma nova configuração social no contexto da globalização para o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil.

Assim, considerando que o atual panorama político do país impacta diretamente nas gestões universitárias brasileiras e que

O regime de contingenciamento mudou a fisionomia de muitos projetos em desenvolvimento e de ações futuras, [...] “para garantir a sustentabilidade financeira das IES, faz-se necessário encontrar um modelo institucional diferente, cujo foco gerencial esteja alicerçado no fortalecimento das relações institucionais”. (UFMS, 2018, p.1).

Para compreender esses processos, o estudo aqui apresentado apresenta como tese que as IES nacionais estão em fase de estruturação no processo da internacionalização, somados ao atual cenário político vivido pelo país, para o alcance de seus objetivos institucionais.

Ressalta-se que a tese visa trazer respostas para o problema detectado. A realização da pesquisa, com métricas efetivadas pelos modelos mencionados, podem dizer como estão os processos de internacionalização das IFES's analisadas. Dada a importância de se compreender como suas políticas foram implantadas, segue-se o problema de pesquisa que orienta este trabalho: *Como são as políticas educacionais do processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras estudadas?*

1.4 Objetivos

Dada a importância de se compreender as políticas da internacionalização, com o objetivo de colaborar com uma internacionalização mais abrangente, seguem-se os objetivos desta tese – geral e específicos.

1.4.1 *Objetivo geral*

Partindo-se do princípio de que uma das principais missões da universidade é a internacionalização da educação superior²⁹, o objetivo geral desta tese é analisar a dinâmica das políticas públicas educacionais do processo de internacionalização nas universidades estudadas – UFSC e UFMS. Para atender a esse objetivo, deve-se atingir os seguintes objetivos específicos:

1.4.2 *Objetivos específicos*

1. Compreender as políticas educacionais de internacionalização, a partir de uma análise crítica e reflexiva do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural engendrado a partir das influências socioeconômicas do sistema capitalista, presente na esfera da educação superior brasileira;
2. Identificar as ações do processo de internacionalização das universidades federais estudadas no Brasil, UFSC e UFMS, no período de 2019 até 2022;
3. Analisar as políticas adotadas nos processos de internacionalização das universidades estudadas, por meio dos modelos de *Comprehensive Internationalization* (HUDZIK, 2011; AERDEN, 2014; ACE, 2022) e de estratégias organizacionais e programáticas (KNIGHT, 2004).

²⁹ A pesquisa global das Associação Nacional de Universidades (IAU), em sua quinta edição em 2019, indicou que a internacionalização é definida como missão em 91% das 907 universidades pesquisadas em 126 países (MARINONI, 2019).

1.5 Metodologia

Nesta parte da introdução, apresenta-se o caminho metodológico a ser percorrido para desenvolver a presente tese, partindo dos autores-referências para tal e suas linhas de estudo.

Inicialmente, na seção 1.5.1, descreve-se a abordagem teórico-metodológica, a partir da caracterização e natureza do estudo proposto. Na sequência, na seção 1.5.2, há o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, desde a pesquisa exploratória, a partir da revisão da literatura em ‘internacionalização da educação superior’, seguida da operacionalização da pesquisa de campo, em termos de coleta de dados.

1.5.1 Abordagem teórico-metodológica

A escolha de método deve condizer com as definições científicas adotadas pelo pesquisador e, principalmente, com a sua visão acerca do objeto. Dessa forma, no escopo da tese foram discutidos alguns trabalhos que se utilizaram de diversas abordagens, e após a reconstituição estado do conhecimento foram escolhidas duas perspectivas teórico-metodológicas. O que ajudou na escolha dos modelos de *Organizational and Programmatic Strategies* (KNIGHT, 2004) e *Comprehensive Internationalization*³⁰ (HUDZIK, 2011 e 2015; de Wit *et al.*, 2015) foi por alcançar toda uma liderança institucional no contexto acadêmico: assim, os modelos estratégicos e abrangente de internacionalização foram selecionados pela sua visibilidade e visando abarcar maior quantidade de pilares institucionais.

Os modelos de estratégias organizacionais ajudam a desvendar as políticas institucionais relacionadas à rotina dos processos administrativos, voltadas para a governança, serviços, operações e recursos humanos que sustentam os processos de internacionalização nas IES. Não abarcam, dessa forma, as atividades referentes à internacionalização para o desenvolvimento de ensino e pesquisa, divididas em programas acadêmicos, pesquisa e colaboração acadêmica, relações exteriores e atividades extracurriculares.

Juntamente com o modelo de *comprehensive internationalization* (CI), trazido por Hudzki (2011 e 2015) e pelo *American Council on Education* (ACE, 2022) – Conselho

³⁰ Neste estudo opta-se por manter o nome em inglês do modelo do *comprehensive internationalization*. Contudo, em algumas literaturas a tradução é internacionalização abrangente, significando que não há uma tradução literal para o português – o que não ocorre com os modelos estratégicos de Knight. Assim, a nomenclatura do estudo aqui mantém *comprehensive internationalization*, o que mantém a fidelidade ao seu uso no contexto internacional, diminuindo o risco de perder seu significado-raiz.

Americano de Educação – estes modelos estão comprometidos em não só analisar o processo de internacionalização, mas sobretudo ajudar as universidades – e seus discentes – a ter sucesso no mundo globalizado do século XXI. A pesquisa e os programas de internacionalização da ACE são sustentados pelo *Model for Comprehensive Internationalization*, que é composto por seis áreas-alvo interconectadas para iniciativas institucionais, políticas e programas. Este modelo está definido por uma estrutura estratégica e coordenada que integra políticas, programas, iniciativas e indivíduos para tornar as universidades mais orientadas globalmente e conectadas internacionalmente.

No modelo da *comprehensive internationalization* há o compromisso de promover um engajamento global sustentável e justo, a mentalidade voltada para o crescimento organizacional. Ele enquadra a internacionalização como um processo contínuo e não como uma meta estática. Para esse fim, reconhece que todos os constituintes da universidade – alunos, professores e funcionários – são aprendizes e são fundamentais para a transformação equitativa e intercultural da instituição por meio dos seis pilares: (1) Compromisso e política institucional; (2) Liderança administrativa, estrutura e apoio ao pessoal (*staff*³¹); (3) Currículo, co-currículo e resultados da aprendizagem; (4) Práticas e políticas do corpo docente e *staff*; (5) Mobilidade estudantil; (6) Colaboração e parcerias (RUDZKI, 2011; AERDEN, 2014; STALLIVIERI; VIANNA, 2020; ACE, 2022). Note-se que serão principalmente os itens 1, 2 e 6 os que serão abordados preferencialmente neste trabalho.

Em termos de objeto, este trabalho possui fins exploratórios, descritivos e explicativos. Conforme definido por Gil (2010), a pesquisa é descritiva por retratar as características de um fenômeno, o que proporciona novas perspectivas sobre uma realidade que não é desconhecida. Por outro lado, é exploratória ao oportunizar o acesso, o mais abrangente possível, sobre o tema pesquisado e permite construir futuras hipóteses; além disso, é explicativa porque procura as razões determinantes para a existência de tais fenômenos.

Na percepção de Babbie (2020), o fenômeno social complexo deve ser compreendido de forma aprofundada e se obter a análise por diversos aspectos, por se relacionar a descoberta dos fenômenos a ele inerentes. Ademais, Godoy (2006) menciona o estudo de caso como descritivo, interpretativo e avaliativo.

A possibilidade de adquirir conhecimento pela exploração intensa de um único caso foi bem adaptada nas Ciências Sociais. Godoy (2006) defende que essa modalidade de pesquisa

³¹ O termo *staff* da língua inglesa e utilizado neste trabalho para abranger o significado de trabalhadores técnicos e administrativos, e também, pessoal administrativo.

qualitativa é muito utilizada atualmente. Yin (2015) alude para o fato que os procedimentos de pesquisa requerem que se faça um recorte de uma situação tecnicamente única, no caso da internacionalização o recorte é no *locus* a ser pesquisado, onde ocorre o fenômeno. Diante do exposto, Godoy (2006) diz que o estudo de caso é descritivo por apresentar um relato detalhado de um fenômeno social que envolve suas configurações, atividades, relações tempo/espaço e relacionamentos com outros fenômenos, sendo que o propósito é trazer vastas informações e explicações, abarcando o fenômeno estudado.

1.5.2 Procedimentos metodológicos

Em termos de modalidade do procedimento, para elaboração desta tese foi eleita o estudo de caso para melhor problematizar, conforme a pertinência do objeto. A definição da pesquisa de estudo de caso remonta aos estudos etnográficos e envolve um contexto ou cenário contemporâneo da vida real, podendo ser um indivíduo, um pequeno grupo até uma organização, no nível concreto. A escolha do caso está limitada ao tempo e lugar, sendo melhor quando desenvolvido quanto mais for delimitado, dada a sua utilidade epistemológica racional, descrita num tempo específico e que pode ser interpretada, simultaneamente, como uma estratégia de pesquisa abrangente. A coleta de dados pode ser detalhada e profunda, englobando múltiplas fontes de informação (STAKE, 2000, 2011; YIN, 2015; CRESWELL; POTH, 2018).

O objetivo de um estudo de caso, citado por Stake (2000, 2011), torna-se elucidativo quando é único e específico. O autor menciona o fato de ser intrínseco o caso particular, com sua originalidade³² que interessa e provoca curiosidade, e o fato de que pode ser um instrumento para uma percepção maior sobre aquele dado assunto ou o reexame de uma generalização. No contraponto do intrínseco e instrumental prevalece a não distinção, no qual a melhor forma é entender para depois teorizar sobre vários estudos de caso. Stake (2000) acrescenta que para entender o caso e fugir da generalização, o importante é focar em suas características.

O relevante, para Stake (2000, 2011), é decidir até onde estudar e aprofundar e para reduzir a probabilidade de má interpretação. Para tal, pesquisadores empregam vários procedimentos, sendo a coleta de dados comumente utilizada. A triangulação é o processo que

³² Na introdução, item 1.4, foi abordada a originalidade do presente estudo.

usa múltiplas percepções para esclarecer significados, pela utilização da observação e pesquisa documental, identificando diferenças de como o fenômeno é visto³³ (STAKE, 2000, 2011).

O estudo de caso qualitativo, nas literaturas de Stake (2000, 2011) e Flyvbjerg (2004), é caracterizado pelo dispêndio de boa parte do tempo no local, pessoalmente em contato com as atividades/operações do caso³⁴, para reflexão e revisão significativa dos acontecimentos. Os autores enumeram que a pesquisa qualitativa requer: observação, entrevistas, codificação, gestão de dados e interpretação. Diante do exposto, o pesquisador deve sintetizar, apanhando as críticas e as fontes dos dados de modo cético (STAKE, 2000, 2011; FLYVBJERG, 2004).

O método de estudo de caso, para Godoy (2006), deve possuir mais requisitos. Como a realização de entrevistas; a observação não participante – no caso é sempre visto pela proximidade do pesquisador com o local que o evento a ser estudado ocorre³⁵; o uso de documentos institucionais; entre outros. A descrição remete a um fenômeno bem delimitado³⁶ – um programa, por exemplo – para compreensão de um processo social em profundidade, enfatiza o seu significado para os envolvidos, ainda segundo a autora.

Por fim, Yin (2015) cita que o procedimento metodológico do estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê um conjunto de fenômenos contemporâneos dentro do seu contexto real. Na pesquisa em questão, a definição se deu pela identificação de sua razão, o local onde a internacionalização ocorre e o contexto das universidades selecionadas. Fato que Gil (2010) confirma, ao dizer que o estudo de caso consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita produzir vasto e esmiuçado conhecimento.

Para certificar a escolha metodológica para a presente tese, houve a verificação na dissertação de Pereira (2019) e de Teixeira (2018) da realização do estado de conhecimento sobre a escolha do estudo de caso para o tema de internacionalização das IES brasileiras. Pereira (2019) realizou a busca no catálogo de teses e dissertações da Capes, por trabalhos de 1996 a 2018. Pelos seus critérios de refinamento da pesquisa, ele observa que de 1996 até 2012, há ausência da temática de internacionalização na produção científica brasileira, por outro lado, há crescimento significativo entre 2013 e 2018. Entretanto, sua principal menção é que boa parte

³³ A presente pesquisa busca coletar dados de diferentes fontes, no intuito de ser fidedigno e melhor visualizar o fenômeno.

³⁴ Na prática houve o contato, devido ao Curso de Doutorado realizado na Universidade Federal de Santa Catarina. Assim é possível entender a especificidade da metodologia empregada.

³⁵ As principais fontes de coleta de dados, naturalmente, são contingentes à capacidade e facilidade de acesso a eles.

³⁶ Nesse contexto, o fenômeno da internacionalização da educação superior se delimita pelo local onde ocorre a coleta de dados - no caso as universidades pesquisadas, UFSC e UFMS.

da produção científica correspondente à internacionalização da educação superior concentra-se em análises em nível institucional, por meio de estudo de caso. Já Teixeira (2018) selecionou estudos correlatos, na literatura brasileira, sendo cinco deles na região sudeste do Brasil³⁷, que igualmente descreveram o processo de internacionalização nas IES brasileiras através do estudo de caso.

Ainda tratando da questão do estudo de caso, essa tese teve como exemplo o trabalho de Thiengo (2018) - *Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais* - como referência para o objeto aqui estudado. Ela ressalta que sua metodologia não foi proposta como uma pesquisa com análise comparada, uma vez que a escolha dos Programas H2020 (Horizonte, 2020), BRICS NU (*Network University*) e também do contexto nacional deu-se a partir da intenção de captar o movimento das tendências globais e suas manifestações locais no que se refere às Universidade de Classe Mundial (UCM), fundamentada pela compreensão de que este *corpus* teórico-empírico constitui-se como efeito-demonstração – como demonstra Guerreiro Ramos (2009) – da universalidade da problemática de pesquisa.

O *corpus* teórico-empírico, na presente tese, também possui sua revisão bibliográfica e investigação empírica, por meio da análise dos Planejamentos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e das entrevistas dos gestores, relacionados com a internacionalização na UFSC e UFMS. E, assim como na tese de Thiengo (2018), a intenção aqui também é captar as manifestações locais e regionais, ao se estudar as universidades brasileiras e a internacionalização.

1.5.3 A coleta de dados empíricos

Os dados empíricos para o trabalho foram buscados em fontes bibliográficas e documentais; e em entrevistas. Os autores Nóbrega-Therrien e Therrien (2004) definem o “estado da questão” como a construção do objeto de investigação pretendido pelo pesquisador. Já a revisão de literatura define as categorias centrais de investigação a partir de uma base teórica que sustenta a análise do estudo. Segundo a leitura de Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais como livros, teses e dissertações, periódicos e artigos científicos.

³⁷ MIURA, 2006; BATISTA, 2009; VILALTA, 2012; CHRISTINO, 2013; MUELLER, 2013.

O levantamento teórico das seções um e dois valeu-se da pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, de autores nacionais e internacionais, complementados pela pesquisa documental em legislações federais, normativas, documentos oficiais, relatórios de gestão e demais órgãos reconhecidos, tanto nacionais quanto internacionais. Destacam-se, para os seguintes temas e áreas, as suas respectivas referências:

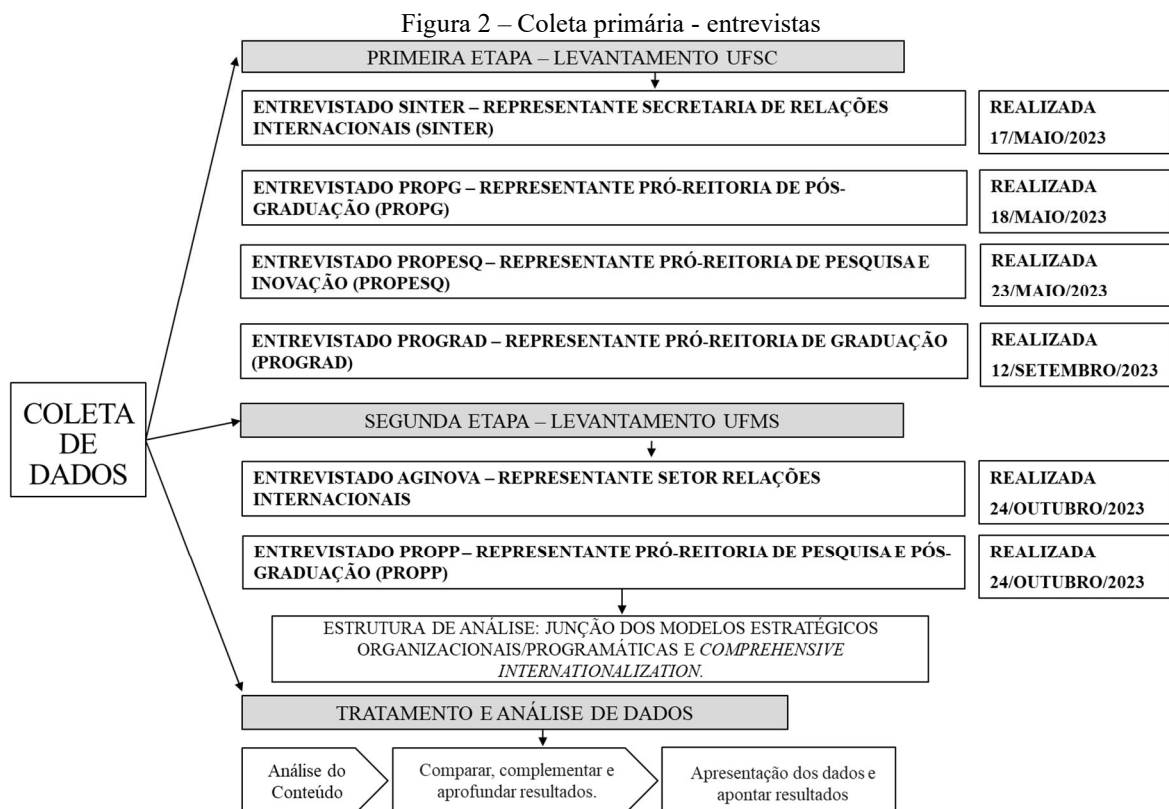
1. Sobre internacionalização da educação superior: Knight e de Wit (1995); Chauí (2003); Knight (2004, 2006 e 2008); Altbach e Knight (2007); Gacel e Ávila, (2008); Peters *et al.* (2008); Lima e Maranhão (2009); de Wit *et al.* (2013); IAU (2014 e 2019); de Wit *et al.* (2015); Stallivieri (2015 e 2020); Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter, (2018); Marinoni (2019); OECD (2015 e 2021).
2. Sobre as categorias da internacionalização da educação superior: Morosini (2006); Kehm e Teichler (2007); Hudzki (2015); Teichler (2015 e 2022) Proctor (2016); Proctor e Humbley (2018); Cotton *et al.* (2019); Marinoni e de Wit (2019); Vögtle (2019); Altbach e de Wit (2020); IAU (2021); IoC (2022).
3. Sobre os discursos dominantes: Gatti (2001); Schor (2007); Almeida (2009); Morley *et al.* (2018); Thiengo (2018); Stocker e Abib (2019); Leal (2020).
4. Sobre o surgimento do termo: Arum e Van de Water (1992); Teichler (2004, 2012, 2022, 2023); Altbach e Knight (2007); Knight (2008); de Wit *et al.* (2013).
5. Sobre a internacionalização e as políticas públicas de internacionalização no Brasil: Gouveia (2005); Brasil (2006; 2013; 2018); Aveiro (2015); Capes (2017; 2022); Miranda e Stallivieri (2017); Morosini e Nascimento (2017); Stallivieri (2017); Miranda e Bischoff (2018); Wihlborg (2018); Folha de São Paulo (2019); MEC (2019); Carvalho e Araújo (2020); Knobel *et al.* (2020); Dias e Gomes (2021).

Em síntese, esta foi a estrutura da primeira fase na construção do arcabouço teórico-analítico, partindo-se em seguida para a fase da coleta de dados empíricos por meio das entrevistas.

A coleta de dados é a fase necessária para atingir o segundo objetivo específico, e dar sequência na pesquisa nas partes de análises e resultados. Aquilo que Yin (2015) considera triangulação de dados, denota várias fontes de evidências que são conduzidas pelas proposições teóricas, posterior coleta e análise de dados. Assim, a escolha dos instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas realizadas em profundidade (CRESWELL; POTH, 2018), as quais contaram com o roteiro de entrevista (apêndice A) baseado em Miura (2006), com as devidas adaptações relacionadas ao contexto da busca. O mencionado roteiro continha

questões que envolviam as características observáveis pelos *practitioners*, sendo perspectivas teóricas com aplicações práticas, examinando algumas das questões críticas neste campo em desenvolvimento. Além disso, houve também entrevista presencial na Unesco, com sede em Paris, na *International Association of Universities* (IAU).

As entrevistas foram realizadas *in loco*, isto é, no local de trabalho dos entrevistados. Estes últimos foram divididos em duas etapas, primeiro os representantes do Setor de Relações Internacionais da UFSC, e, na sequência, da UFMS³⁸. Por serem entrevistas semiestruturadas em profundidade, foram entrevistas previamente agendadas, presenciais, seguindo as medidas restritivas de combate ao Covid-19, gravadas e posteriormente transcritas. Ademais, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como afirmado anteriormente, para esta tese, a escolha dos entrevistados foram os gestores de posições estratégicas do setor de relações internacionais (RI), das pró-reitorias de pós-graduação, graduação e pesquisa, da UFSC e da UFMS.



Organização: CARVALHO (2024).

³⁸ Foi necessária a aceitação de cada participante entrevistado, de acordo com os procedimentos da pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados as entrevistas, após prévia autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade do Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), obtida em 03 de abril de 2023.

Buscou-se em cada uma das universidades investigadas a obtenção de dados relativos as estratégias, políticas e práticas de internacionalização, conforme objetivos específicos do trabalho e demais informações descritas no decorrer da tese. Outrossim, por se tratar de uma entrevista semiestruturada, houve a complementação ou aprofundamento do assunto com novas perguntas, sempre que necessário.

Após a pesquisa documental e a realização das entrevistas, iniciou-se a abordagem do que é internacionalização em contexto da educação superior e quais os fundamentos, estratégias e atividades estão associadas ao processo.

Para a realização desta análise de dados, o problema que o estudo aborda foi respondido, após a coleta de dados, pela construção de um inventário de estratégias de ambas as instituições, com base nas entrevistas e nos documentos pesquisados. As estratégias foram consideradas como exemplos do como as universidades estão atuando para alcançar seus objetivos em termos de internacionalização. Nessa linha, a escolha metodológica de análise se faz necessária para verificar igualmente, outrossim, quais os resultados alcançados pelas IFES em estudo, e se eles estavam de acordo com seus objetivos (PDI); bem como os motivos que levaram o resultado para aquém, para além ou motivaram reformulações do inicialmente esperado. Para Pascuci *et al.* (2016), a visualização das estratégias viabiliza avaliar sua formulação, acompanhamento e implementação.

A análise de conteúdo, por Bardin (2010), foi a técnica escolhida para analisar os dados empíricos. Dessa forma, os dados das entrevistas foram associados com os conhecimentos obtidos na pesquisa bibliográfica, sendo que os fatos relatados nas transcrições são materiais que se associam e complementam com as fontes documentais e bibliográficas.

Dessa forma, a análise de conteúdo compreendeu três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2010).

Os dados coletados nas entrevistas foram separados em categorias pré-definidas, a saber e ajudaram a responder e identificar o segundo objetivo específico:

- 1) breve histórico universitário e do setor de internacionalização na UFSC e UFMS;
- 2) o desenvolvimento do processo de internacionalização na UFSC e UFMS;
- 3) obstáculos históricos e atuais da internacionalização na UFSC e UFMS;
- 4) riscos e benefícios da internacionalização na UFSC e UFMS;

Quadro 7 - Método análise de conteúdo

PRÉ-ANÁLISE	EXPLORAÇÃO DE TRATAMENTO DOS RESULTADOS	INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO
Transcrição das entrevistas.	Seleção da unidade de análise	Inferência; comparar enunciados e ações.
Leitura ‘flutuante’ das transcrições	Identificação e especificação do texto em categorias. Classificação e agrupamento dos conceitos.	Interpretação com base nos referenciais teóricos, significando a análise.

Fonte: BARDIN (2010).

Organização: CARVALHO (2023).

Os dados coletados nas entrevistas foram separados em categorias pré-definidas, a saber e ajudaram a responder e analisar o terceiro e último objetivo específico:

- 1) políticas de internacionalização na UFSC e UFMS;
- 2) Capes-PrInt;
- 3) outras políticas governamentais para internacionalização na UFSC e UFMS;
- 4) políticas e práticas para corpo docente e técnico.

Esses dados seguem nas seções: a terceira focada na UFSC e quarta focada na UFMS. Essas seções mostram os dados coletados nas entrevistas, e no final de cada uma delas é feito a síntese para comparar com as políticas institucionais e as políticas nacionais apresentadas na próxima seção, o segundo, que traz a teoria sobre o processo de internacionalização e suas políticas públicas no mundo e no Brasil. Desse modo, o intuito é responder a problemática apresentada nesta primeira seção, com base nos objetivos específicos. O primeiro objetivo específico a ser respondido na segunda seção, o segundo e terceiro objetivo específico respondido na terceira e na quarta seções.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta seção traz três pilares teóricos para a sustentação da proposta de estudo, dividido em seções. Na primeira, a 2.1, é discutida o surgimento do termo e o processo de internacionalização na educação superior e contribui para o estudo, por ser um dos elementos fundamentais do contexto teórico da tese.

Na subseção 2.2, a Inserção da Internacionalização na educação superior, caracteriza-se pela identificação do tema no contexto brasileiro. A seção 2.3 apresenta as políticas para a internacionalização no mundo e no Brasil, ela analisa as iniciativas do Estado no Brasil voltadas para o processo de internacionalização nas IES.

2.1 O surgimento do termo e do processo

O termo internacionalização na educação superior não é algo novo, pois tem sido usado durante séculos na ciência política e nas relações governamentais. Sua popularidade na educação começou a se tornar evidente a partir dos anos de 1980, e era comumente definida como um conjunto de atividades no nível institucional. Nos anos de 1990, a discussão do termo educação internacional foi buscada para se diferenciar de termos como; educação comparativa, educação global, educação multicultural, perspectiva internacional e dimensão internacional (KNIGHT, 2008).

Uma das características mais marcantes da cultura contemporânea é a compreensão do espaço – sem distâncias, nem fronteiras. Essa compreensão produz efeitos nas universidades também, a partir do incentivo no intercâmbio entre universidades do país e estrangeiras. Um exemplo da dimensão contemporânea é a Declaração de Bolonha (19 de junho de 1999) - um documento conjunto assinado pelos Ministros da Educação de 28 países europeus - que desencadeou o denominado Processo de Bolonha. A declaração marca uma mudança em relação às políticas ligadas à educação superior dos países envolvidos e estabeleceu em comum um Espaço Europeu de Educação Superior, a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas dos seus sistemas de ensino (CHAUÍ, 2003; STALLIVIERI, 2017; VÖGTLE, 2019).

A declaração teve o propósito de facilitar tanto a mobilidade intra-europeia horizontal - principalmente temporária - quanto a mobilidade vertical para dentro, sendo que esta última se

esperava que refletisse uma atratividade crescente da educação superior da Europa para alunos de outras regiões do mundo. Por fim, os ministros dos países participantes no Processo de Bolonha assinaram o Comunicado de Leuven (2009), estabelecendo como meta para o ano de 2020 de que 20% de todos os seus alunos deveriam ter experiência de mobilidade – inclusive estágios – durante o seu período de estudo (TEICHLER, 2015).

O estudo temporário em outro país tem sido enfatizado, cada vez mais, em todos os países europeus. Isso obriga a levantar questões sobre o real impacto desta extensa mobilidade temporária, visto que o estudo temporário em outro país não possui o mesmo peso nas políticas de educação superior de todos os países.

Em termos de prática e percepções, a internacionalização está mais perto da tradição bem estabelecida de cooperação internacional e mobilidade, e também, para os valores fundamentais de qualidade e excelência, enquanto a globalização se refere mais à competição, empurrando o conceito de educação superior como uma mercadoria negociável a desafiar esse conceito como um bem público (DE WIT *et al.*, 2013).

Em consonância com o desenvolvimento da redemocratização do Brasil e da globalização no contexto mundial, o país ganha projeção e tende a assumir um papel como interlocutor entre os países periféricos e os capitalistas avançando, como agente promotor da cooperação internacional (STALLIVIERI, 2002; AVEIRO, 2005). Ao trazer para o estudo as universidades brasileiras, é possível entender como funciona sua dinâmica de internacionalização e agregar conhecimento sobre as suas políticas e suas práticas.

O projeto definido em conjunto é crucial para que haja um posicionamento preciso pelas autoridades institucionais sobre a escolha das políticas de internacionalização, explicando o que esperar de cada uma das esferas institucionais: graduação, pós-graduação, extensão, pesquisa e gestão, e quem serão os agentes responsáveis pelas implementações (STALLIVIERI, 2017).

A internacionalização é promovida por discursos políticos e institucionais, com amplitude local, regional ou global. A integralização do fenômeno compreende sete áreas focos: transferência de conhecimento; mobilidade; cooperação internacional; pesquisa internacional; semelhança internacional (globalização); reputação internacional (universidade de classe mundial) e, por último, políticas, estratégias e gestão administrativa (KEHM; TEICHLER, 2007; MORLEY *et al.*, 2018; LEAL, 2020; TEICHLER, 2023).

A educação internacional é trazida para amplificar a visão do tema, ela é expressa no estudo de Arum e Van de Water em 1992, na menção de prioridade como um componente

significativo para o processo educacional na sua dimensão internacional. Os autores ainda acrescentam que em 1963 já havia uma confusão na definição da terminologia e que era um termo guarda-chuva para todas as atividades internacionais até esta data. O termo educação internacional, para Arum e Van de Water (1992), foi usado amplamente em publicações das dimensões da educação superior dos Estados Unidos nas décadas de 1950 a 1990. Nesta última, foi relatada a necessidade de haver um consenso do entendimento e definição do termo educação internacional, para seu reconhecimento e importância de sua definição correta.

Os termos na literatura para educação internacional, trazidos pelos autores Arum e Van de Water (1992), argumentavam que a definição mais geral era para definir vários tipos de relações educacionais e culturais entre nações, antes era educação formal e depois amplia-se para programas governamentais de relações culturais, promoção da compreensão mutual entre nações, assistência educacional para regiões não desenvolvidas, educação multicultural e comunicação internacional. A educação internacional, segundo os autores, traz conotações de vários tipos de relações – intelectual, cultural e educacional – entre indivíduos e grupos de uma ou mais nações, seno um composto da definição tripartite de métodos internacionais de compreensão, intercâmbio e cooperação (*international studies, international educational exchange e technical cooperation*) (ARUM; VAN DE WATER, 1992).

A pesquisa sobre internacionalização na educação superior surgiu como um termo distinto de outros, a partir da década de 1990 (KEHMM; TEICHLER, 2007; BEDENLIER; KONDAKCI; ZAWACKI-RICHTER, 2018). Por outro lado, as principais teorias da internacionalização buscavam o motivo das organizações se internacionalizarem a partir da década de 1970, segundo Dias e Gomes (2021).

Para distinguir alguns termos, o estudo de Knight (2008) menciona e difere significados, conforme enunciado no quadro 8.

O objetivo de tentar desenvolver uma definição clara e abrangente para a internacionalização é ajudar a esclarecer que não haverá uma verdadeira definição universal, embora seja importante que entendimentos comuns se apresentem nas discussões e análises, aumentando assim a atenção e o apoio dos formuladores de políticas e líderes acadêmicos (KNIGHT, 2008; DE WIT *et al.*, 2013).

Quadro 8 - Descrição dos termos sobre internacionalização na educação superior.

INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO
é um processo diferente de globalização, o qual integra as dimensões internacional, intercultural e global com o propósito das funções (ensino, pesquisa e serviço) e integração da educação superior nos níveis institucionais e nacionais.	podem incluir projetos de cooperação, acordos e redes institucionais; a dimensão internacional / intercultural do processo de ensino / aprendizagem, currículo e pesquisa; clubes e atividades extracurriculares no <i>campus</i> ; a mobilidade de acadêmicos, trabalho de campo, licenças sabáticas e trabalho de consultoria; o recrutamento de estudantes internacionais; programas de intercâmbio e semestres no exterior; dupla graduação. A dimensão internacional da educação superior inclui atividades baseadas no <i>campus</i> e iniciativas além-fronteiras.
EDUCAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
Se refere ao movimento de pessoas, conhecimento, programas, provedores, currículo etc. Para além das fronteiras nacionais ou regionais. A educação transfronteiriça (<i>Cross Border</i>) é um subconjunto da internacionalização e pode ser parte do desenvolvimento de projetos de cooperação, programas de intercâmbio acadêmico e iniciativas comerciais.	é um termo usado principalmente por ser de natureza comercial. Focaliza iniciativas de educação transfronteiriças e que podem ser com fins lucrativos ou não.

Fonte: KNIGHT (2008).

Organização: CARVALHO (2023).

Na primeira década do século XXI, vários termos emergiram, tais como educação transnacional, multinacionalização e regionalização, como já dito anteriormente. Na literatura e na prática da internacionalização da educação superior, ainda é bastante comum abordar apenas uma pequena parte do que é internacionalização ou enfatizar uma razão específica para internacionalização. A maioria dos termos utilizados são relacionados a currículo: estudos internacionais, estudos globais, educação multicultural, educação intercultural, educação para a paz etc., ou relacionado à mobilidade: estudo no exterior, educação no exterior, mobilidade acadêmica, entre outros.

A partir do século XXI, o termo relacionado com transfronteiriço (*cross-border*) na oferta de educação, como consequência do impacto da globalização na sociedade e na educação superior, surgem: educação sem fronteiras, educação além-fronteiras, educação global, educação *offshore* e comércio internacional de serviços educacionais. Entretanto, o significado que melhor se encaixa na dimensão internacional da educação superior é a que atende melhor o seu uso, conforme se adequa ao seu propósito, sem categorizá-lo (KNIGHT, 2008; DE WIT *et al.*, 2013; TEICHLER, 2022).

A internacionalização da educação superior surgiu como abordagem do contexto da globalização, situação descrita exhaustivamente por diversos autores, como Altbach e Knight (2007), Teichler (2004 e 2022) e de Wit *et al.* (2013): a complexa relação entre globalização e

internacionalização na educação superior. Os conceitos estão relacionados com as crescentes inter-relações entre as diferentes partes do mundo. Globalização é definida como a realidade moldada por uma economia mundial, cada vez mais integrada com uma rede internacional de conhecimento, onde prepondera o papel da língua inglesa. Ambos os termos se conectam ao entender que a internacionalização é definida como uma variedade de políticas e programas que universidades e governos implementam para responder à globalização.

A internacionalização é definida por trocas internacionais relacionadas à educação, segundo Altbach (2004) e Morosini (2006), sendo um processo na universidade como um todo, em todas as relações universitárias, por um lado. Por outro lado, o embasamento teórico utilizado para a construção desse projeto pressupõe que a transnacionalização universitária, resultado da globalização, traz como questão inerente este dinâmico processo de formulação de políticas educacionais públicas estatais e não estatais. Essa transnacionalização adquire *status* não só dentro do Mercado Comum do Sul (Mercosul)³⁹, mas do mesmo modo é extensível à União Europeia, Estados Unidos e demais continentes. A internacionalização na educação superior engloba políticas e programas de governo, com sistemas e subdivisões acadêmicas para lidar com a globalização. Destarte, engloba e exige iniciativa e criatividade das universidades, no novo ambiente que se forma (ALTBACH, 2004; MOROSINI, 2006).

Os autores Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter (2018) argumentam que a pesquisa sobre internacionalização teve que fazer a transição de ser predominantemente descritiva para se tornar mais analítica.

Os autores afirmam que a definição mais comumente aceita enfatiza a função docente da educação superior - não abrangendo, assim, a real amplitude de noções (TEICHLER, 2022). Em virtude dessa definição não abranger a função docente da educação superior, o autor acredita que ela não abrange a real amplitude de noções e termos. Teichler (2022) explica que a multiplicidade de políticas, estratégias e julgamentos de valor dos atores envolvidos, assim como as atividades que contemplam o fenômeno da internacionalização são muito abrangentes para mensurar um só termo que a defina.

No estudo de Altbach e Knight (2007) eles fizeram a previsão que a internacionalização continuaria sendo uma força central na educação superior, embora seus contornos não sejam claros. E enumeraram as incertezas: realidades políticas e segurança nacional – exigências de vistos e terrorismo; políticas governamentais e custo de estudo –

³⁹ Criado em 1991, seus países membros são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e a Venezuela, que passou a participar do bloco desde 2006 (RIVAS, 2011).

mudanças constantes na política de cada país; capacidade doméstica expandida – melhor oferta de ensino no país de origem; inglês – como meio de pesquisa e ensino; internacionalização do currículo – procura constante por modelos; *e-learning* – aceitação internacional da educação à distância; setor privado – provável expansão; garantia e controle de qualidade – preocupação mundial, contudo não há uma métrica comum; políticas europeias – dúvida em relação à sua abertura para o resto do mundo, ou como seus programas e práticas devem beneficiar o público em geral.

As estratégias de internacionalização são filtradas e contextualizadas pelo específico contexto interno do país, da universidade, desde o tipo de universidade até como ela é incorporada nacionalmente. As estratégias de internacionalização são moldadas de acordo com a especificidade de cada programa e por sua relação com o mercado e a sociedade. Para exemplificar, uma estratégia de internacionalização pode ser substancialmente diferente em níveis em doutorado, mestrado e graduação (DE WIT *et al.*, 2013).

A internacionalização não é um fim em si mesma. Knight (2008) argumenta, contudo que é sim um meio para um fim. Enquanto os objetivos de internacionalização e os benefícios esperados diferem de instituição para instituição e de país para país, a expectativa geral e amplamente compartilhada é que a internacionalização contribuirá para a qualidade e relevância da educação superior em um mundo mais interconectado e interdependente. Essa expectativa implica que o próprio processo de internacionalização precisa ser revisto e avaliado, na visão da autora.

Isso corrobora e enfatiza a menção do autor Teichler (2012 e 2022) sobre propostas do uso de outros termos para o significado de ‘internacionalização na educação superior’, como ‘internacionalidade – do inglês *internationality* – e que não ganhou popularidade. Em sua literatura há também a questão se é uma tendência de crescimento mais forte dos fenômenos de travessia de fronteiras (*border-crossing*) do que outras questões-chave da educação superior, se há um consenso normativo mais forte, ou se isso é uma coincidência terminológica sem significado substancial.

Finalmente, Teichler (2022) cita, primeiramente, que o termo ‘internacionalização da educação superior’ ou ‘educação internacional’ são termos guarda-chuva e sem referência a características específicas da internacionalização. Em seguida, ele acrescenta também que o termo globalização, ocasionalmente, parece ser entendido como sinônimo de internacionalização devida a esta última abordar fenômenos de passagem de fronteiras com a suposição de que as diferenças entre países e sistemas de educação superior permanecem

salientes, por outro lado aquela sugere que a passagem frequente de fronteiras é acompanhada ou até mesmo apoia a diluição das diferenças entre os países (TEICHLER, 2004). Terceiro e último, em contraste, os fenômenos transfronteiriços não são iguais em todo o mundo. A regionalização sinaliza ligações mais estreitas entre países vizinhos do que entre países distantes, o que pode ser verificado pela facilidade da travessia de fronteiras, laços pós-coloniais ou possivelmente neoimperialistas, políticas de ajuda ao desenvolvimento direcionadas, laços baseados em línguas comuns, entre outros (TEICHLER, 2022).

O item encerra com a revisão de literatura sobre o termo e processo de internacionalização por diversos autores, em sua maioria internacionais e com trabalhos dos últimos vinte anos. Em suma, o termo não é novo, contudo, houve uma maior ênfase dos anos 80 em diante, e também, uma evolução no que se entende pelo processo. Assim como, alguns discursos e amplitude foram adicionados. Não há um consenso sobre seu significado literal.

2.2 Inserção da internacionalização na educação superior

De início, é importante destacar que o item anterior discutiu o surgimento do termo e processo de internacionalização. Com base na teoria apresentada, é possível inserir a internacionalização da educação superior no mundo, para depois focar na internacionalização brasileira. Sendo assim, convém registrar que esse arcabouço teórico é alicerce para atingir o primeiro objetivo específico, eis os termos: “compreender as políticas educacionais de internacionalização, a partir de uma análise crítica e reflexiva do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural engendrado a partir das influências socioeconômicas do sistema capitalista, presente na esfera da educação superior brasileira”. Sendo assim, no último item, o 2.3, há o desfecho da discussão para atingir esse objetivo específico.

2.2.1 No mundo

As universidades, nos países desenvolvidos, têm sido instituições internacionais desde a Europa medieval, atraindo alunos e professores de vários países. A ascensão do nacionalismo e do Estado-nação após a Reforma Protestante abrangeu também a academia. Neste mesmo rol foram incluídas instituições universitárias americanas, a partir da segunda metade do século XIX.

Adiante, a emergência de um Terceiro Mundo advindo do colonialismo, em meados do século XX, estimulou o estabelecimento de universidades nacionais. Assim, a academia recuperou seu alcance e direção internacional por meio da tecnologia da informação (TI); da economia do conhecimento; de maior mobilidade para alunos, professores, programas e provedores, pressupondo que uma economia mundial integrada impulsiona a internacionalização (ALTBACH; KNIGHT, 2007).

O padrão de poder colonial, por Cardoso e Faletto (2000), demonstra o predomínio das metrópoles sobre os países latino-americanos. Primeiro Espanha e Portugal, durante o período colonial, depois a dependência da Inglaterra – pela sua hegemonia na Revolução Industrial e a necessidade de abastecimento de matérias-primas – e por último, os EUA, detentor de tecnologias e por ser mais desenvolvido, adquire o controle de outras economias. Almeida (2009) cita que esta situação histórica mundial é vista desde a Revolução Industrial, na Inglaterra, que expandiu sua produção – a partir do ponto que o comércio não mais gera riqueza – com seu protecionismo, gerando lucros e reduzindo custos.

Não obstante a relação desigual estabelecida entre os países e suas instituições educacionais, que é lembrada também para tratar especificamente da internacionalização da educação superior, Thiengo (2018) e Leal (2020) buscam distanciar suas análises das perspectivas que apenas mencionam isto como dado, sem analisarem seus determinantes – o que caracteriza a maior parte da literatura disponível sobre o tema. Esse espaçamento fica visível na menção de Thiengo (2018) sobre as críticas relacionadas à matriz empírico-analítica, concentrada no Positivismo e que eliminam debates, confrontos e questionamentos – neutralidade axiológica do método e imparcialidade do pesquisador – contudo, centrada no grau de eficiência de instrumentos e técnicas no campo social.

Num outro momento da temática de internacionalização, os autores Dias e Gomes (2021) coletam inúmeros pontos de vistas e propostas que foram desenvolvidos e organizados, basicamente, em duas grandes correntes de pensamento: econômicas e comportamentais. O contexto de internacionalização orientado sob uma racionalidade econômica tem como objetivo uma interpretação voltada para a busca de vantagens estratégicas, no sentido de maximizar o lucro, pelo intermédio da introdução em novos mercados, de forma a obter vantagens competitivas e pela redução de ineficiências operacionais (STOCKER; ABIB, 2019; DIAS; GOMES, 2021).

Já os discursos da internacionalização da educação superior são definidos por discurso político dominante para Morley *et al.* (2018), e invariavelmente apresentado como uma

intervenção política ideologicamente neutra, coerente, desincorporado e orientado para o conhecimento – um bem incondicional. A orientação positiva, na percepção de Teichler (2022), dá-se pelo impulso normativo no discurso público por mais internacionalidade e por mais mobilidade internacional de estudantes como objetivos desejáveis. Os autores Morley *et al.* (2018) acrescentam que, para alguns, a internacionalização está conceitualmente ligada à economia política do neoliberalismo e à extensão espacial do mercado, com grande risco à mercantilização e comercialização de cursos e programas.

Com base nas percepções desveladas, infere-se que a formação de um discurso consensual e hegemônico, de ordem política e acadêmica, em torno da ideia de internacionalização da educação superior é altamente funcional ao atual estágio do capitalismo global. Para Leal (2020), em última instância, é um fenômeno epistemologicamente imerso na matriz cultural do poder colonial, que se reproduz pela retórica da ‘economia global do conhecimento’, evidenciados pelo discurso de transformação da instituição universitária em uma ‘organização’ ou ‘empresa’.

A internacionalização da educação superior é muitas vezes vista como um bem incondicional, que é um das razões pelas quais é promovida através do discurso político institucional, regional e global (MORLEY *et al.*, 2018; LEAL, 2020). E os autores referências e suas citações são enumeradas com o propósito do entendimento teórico-epistemológico, discursos, planejamentos estratégicos, outrossim, confluir com mais conceitos e dinâmicas para entender o significado do tópico pesquisado.

Com base em Kehm e Teichler (2007) e Teichler (2022), há sete “significados-chave” ou áreas focos da ‘internacionalização da educação superior’, os quais foram apresentados como mais difundidos, todavia não se refere apenas à passagem de fronteiras de conhecimento e de pessoas e cooperação institucional, outrossim às percepções do cenário mundial da educação superior:

- 1) Transferência de conhecimento em todo o mundo/atraversa fronteiras (livros, mídia etc.);
- 2) Mobilidade física entre países (estudantes, pessoal acadêmico, pessoal administrativo etc.);
- 3) Cooperação e comunicação internacional (entre países, IES, acadêmicos individuais etc.);
- 4) Educação e pesquisa internacional (abordagens comparativas, aprendizagem intercultural, socialização para compreensão internacional etc.);
- 5) Semelhança internacional (convergência, globalização, *Europeanisation* etc.);
- 6) Reputação internacional ('universidades de classe mundial', 'qualidade internacional' etc.);
- 7) Políticas, estratégias e gestão administrativa. (TEICHLER, 2017)

O primeiro significado está relacionado ao conhecimento e a forma como ele é transferido. No caso, Kehm e Teichler (2007) citam que este é o tema que tem maior notoriedade e visibilidade, sendo amplamente utilizado em discursos públicos, outrossim, como a pesquisa sobre educação superior desde a década de 1980, sobretudo no século XXI, quando eventos científicos, conferências, publicações e a formação de centros de estudos sobre assuntos internacionais de educação superior se tornam mais evidentes⁴⁰. Os autores concluem que a internacionalização é um fenômeno global, o que se tornou possível devido ao acesso a uma grande quantidade de informação sobre educação superior no mundo.

No primeiro relatório global da *International Association of Universities* lançado em janeiro de 2020 (IAU, 2021) foi citado sobre a educação na era digital e sobre o atual estado de transformação em todo o mundo. Este relatório trouxe como referência que antes da Pandemia Covid-19 quase um terço (32%) das IES não ofereciam nenhum curso *online*. Em consequência da Pandemia, a necessidade de distanciamento forçou as universidades a se equiparem com tecnologias digitais, pois elas se tornaram essenciais para o aprendizado à distância.

Nesse contexto, Matthes (2022) ressalta que um dos campos estratégicos de ação é a Internacionalização por Digitalização (*Internationalization by Digitalization*). O autor alude para o fato que a digitalização irá provocar uma mudança profunda nas estruturas e processos das IES e, ao mesmo tempo, abre espaço para a ação. A digitalização não só permite aumentar a eficiência e a qualidade dos processos existentes, enquanto questões centrais como a organização dos estudos, a gestão da mobilidade estudantil e acadêmica podem ser fundamentalmente repensadas. Matthes (2022) acrescenta que essas alterações de requisitos e ajustamentos estruturais afetam e influenciarão, também, as estratégias da internacionalização das IES.

Destarte, o chamariz sempre fora a mobilidade física. No entanto, crescentes mudanças e que foram potencializadas pela Pandemia Covid-19 tornaram presente o ensino sem mobilidade física, elementos que se tornaram presentes, conforme atestam os assim denominados ‘*collaborative online international Learning*’ (COIL⁴¹); ‘educação superior

⁴⁰ Sobre os centros de estudos (*body of studies*), há na literatura de Rumbley, Altbach e Reisberg (2012), a título de exemplo, a menção da organização chamada de Centro Internacional de Estudos em Educação Superior (INCHER-Kassel) da Universidade de Kassel/Alemanha. Foi no Centro de Estudos INCHER-Kassel onde se realizou o doutorado-sanduiche da autora, via Capes, previsto em seu curso de doutoramento na UFSC (apêndice D).

⁴¹ **A Aprendizagem Internacional Online Colaborativa (COIL)** como formato de ensino-aprendizagem combina todos esses aspectos e reúne alunos e professores de diferentes países. Inserida no ensino local, a COIL

transnacional’; ‘internacionalização em casa’ *internationalization at home* (IaH); *Massive Open Online Course* (MOOCs) e ‘*Virtual Exchange*’, alguns exemplos trazidos por Stallivieri (2020) e Teichler (2022).

O segundo significado traz a mobilidade como requisito dinâmico para o desenvolvimento de atividades, conforme Teichler (2015; 2022). O uso dos termos mobilidade internacional na educação superior, mobilidade acadêmica internacional, seja referindo-se à mobilidade da profissão acadêmica ou conjuntamente à mobilidade de acadêmicos, estudantes e administradores. Outrossim, a mobilidade internacional de estudantes e docentes ressalta essa fronteira do movimento físico cruzado e é mais frequentemente abordado no discurso público sobre as características internacionais da educação superior.

A mobilidade internacional de estudantes está mais frequentemente no centro das atenções de políticas públicas, esquemas de apoio da administração, estratégias institucionais, bem como de avaliação dos respectivos processos e resultados (TEICHLER, 2015 E 2022). Esse contexto trazido por Teichler (2022) aborda que a mobilidade de curto prazo ganhou popularidade, embora em sua maioria atingisse acadêmicos individuais. Os conceitos acadêmicos, mobilidade e países estão ligados, referindo-se a atividades que exigem planejamento e gestão, por exemplo, reconhecimento e transferência de créditos na educação superior. Atualmente, houve o crescimento do rearranjo de cooperações internacionais, apoiados por equipes situadas em escritórios internacionais e institucionais nas universidades.

As reformas da educação superior realizadas em conjunto em toda a Europa, com o selo do Processo de Bolonha, como principal objetivo pretendem aumentar e melhorar a mobilidade dos estudantes internacionais. Há dois enfoques, por um lado, os estudos nos países europeus devem tornar-se mais atraentes para os estudantes de fora da Europa, acreditam ser qualitativamente superior ao estudo do país de origem. Por outro lado, a mobilidade estudantil intra-europeia deve crescer, o que ocorre com mais frequência como mobilidade de curto prazo, pode se relacionar como estágios ou outras atividades, e que, em muitos casos, não se espera que estejam em um nível acadêmico muito alto, mas oferecendo a chance de aprender com o contraste, como exemplo, programas de estudos colaborativos com componentes de mobilidade temporária intra-europeia ERASMUS⁴² (TEICHLER, 2019).

representa uma espécie de ‘internacionalização em casa’ e uma ‘ponte entre mobilidade física de entrada e saída’ e oferece a todos os alunos uma importante oportunidade de ganhar experiência internacional durante seus estudos (MATTHÉ, 2022).

⁴² O acrônimo significa Esquema de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários e foi inaugurada em 1987 para mobilidade de curto prazo dentro de Europa. O programa esteve no centro das atenções

A mobilidade internacional de graduação no Brasil, no estudo de Paiva (2017), cita o Ciências sem Fronteiras (CsF), que surgiu da parceria entre o governo federal e suas agências de fomento, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/ MEC) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ MCTI). Inicialmente, o programa foi direcionado para convênios entre o Brasil e os Estados Unidos, mas em 2011 passou a incorporar mais países. Foi uma política de incentivo como forma de centralizar a produção científica, que também atingiu a pós-graduação - docentes e discentes, mestrado, doutorado e pós-doutorado – outrossim, abarcou o desenvolvimento tecnológico, jovens talentos e pesquisadores visitantes. Contudo, não priorizou as Ciências Humanas, devido as áreas anunciadas como prioritárias nos editais do CsF - com base nas Estratégias Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação - e as não prioritárias não foram incluídas no programa.

Após o fim da crise do coronavírus, na perspectiva de Altbach e de Wit (2020), pode haver uma reestruturação dos padrões de mobilidade. Ao longo do tempo, houve mudanças nos padrões e fluxos internacionais de estudantes. Em algum momento, o Irã foi um dos principais países de envio – agora não está tanto em evidência - o Brasil e a Arábia Saudita diminuíram, enquanto o Vietnã e, até certo ponto, a Índia, aumentaram. Supõe-se que o aumento da mobilidade estudantil no futuro virá da África, principalmente da Nigéria e do Quênia. Já os padrões de destino se afastam modestamente da Europa, América do Norte, e Austrália para Ásia e Oriente Médio. Os autores mencionam que os números gerais não irão aumentar rapidamente e podem muito bem diminuir, e que os destinos preferidos podem mudar. Contudo, eles afirmam que o padrão tradicional de estudo internacional vai continuar.

O terceiro item faz referência à cooperação internacional no mundo acadêmico, nomeada por Scott (2015) de ‘internacionalização hegemônica’, de modo que um dos países cooperados ganhe financeiramente, econômica e politicamente às custas de um ou mais países. Em contraste, a compreensão internacional e cidadania global estão no topo da agenda em outros países (DE WIT *et al.* (2015); COTTON *et al.*, 2019). Apesar de políticas relacionadas à internacionalização, Huisman e Van der Wende (2005) divulgaram em seu trabalho que é possível observar um espírito de cooperação predominante em alguns países, e de competição dominante em alguns outros, até mesmo uma mistura de ambos em um terceiro grupo.

devido ao apoio financeiro aos estudantes, o qual tinha o objetivo de cobrir os custos adicionais para estudar até um ano em outro país (TEICHLER, 2019).

Não obstante, o valor da cooperação e comunicação internacional, como declarado por Altbach e de Wit (2015), seja claro, a pesquisa e a prática precisam ser questionadas de forma crítica, assim como os entendimentos e abordagens da internacionalização no que diz respeito à sua contribuição para a desigualdade e dependência entre os sistemas de educação superior e a consolidação dos sistemas ocidentais dominantes.

O quarto item introduz o conceito de educação internacional e para situar esse, se faz necessário trazer o fenômeno de internacionalização da educação superior como que impacta a sociedade em geral, conforme definido por Marinoni e de Wit (2019). Eles trazem o conceito de Jane Knight, atualizado para de Wit *et al.* (2015); “a internacionalização é um processo intencional realizada por IES para melhorar a qualidade da educação e pesquisa para todos os alunos e funcionários, e fazer uma contribuição significativa para a sociedade” (MARINONI; DE WIT, 2019, p.12).

A pesquisa de Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter (2018) aborda a crescente preocupação sobre como administrar as práticas institucionais e instrucionais de aprendizagem e ensino devido ao aumento da diversidade resultante do intercâmbio e da mobilidade de estudantes e professores. Os temas aprendizagem e internacionalização estão ligados através dos conceitos intercultural e experiências. Outrossim, os autores trazem a análise das discussões *on-line* como uma ferramenta para estudantes internacionais ganharem informações úteis sobre a organização de suas vidas, como exemplo, há as redes e amizades entre estudantes internacionais no Reino Unido, que lhes dá um apoio social e acadêmico estáveis.

O quinto significado traz a menção da semelhança internacional e surgem conceitos como internacionalização em casa ou do currículo, por exemplo. A internacionalização em casa é, para de Wit *et al.* (2015), a integração intencional de dimensões internacionais e interculturais no currículo formal e informal, para todos os alunos, e em ambientes domésticos. A definição de internacionalização do currículo é trazida pela OECD (2015) e Leask (2020), desde meados da década de 1990, como um currículo com orientação internacional em conteúdo e/ou forma, destinado a preparar os alunos para atuar com condutas profissionais e sociais em um contexto internacional e multicultural, e projetado para estudantes nacionais e/ou estrangeiros.

Já a definição de internacionalização em casa inclui processos e práticas que as IES podem adotar em todos os níveis institucionais. As autoras Muñiz e Borg (2022) acrescentam a intenção das IES serem sensíveis com as necessidades dos estudantes internacionais

marginalizados⁴³ que estão no *campus* – no sentido da inclusão e transformação dos contextos e experiências acadêmicos. Nessa mesma literatura há a definição de que internacionalização em casa se refere a inclusão, diversidade e reciprocidade na educação internacional. Ademais, a definição mais específica trazida por Knight (2004), que abrange as características de criação da cultura ou clima no *campus* que promove e apoia o entendimento internacional e intercultural e que foca nas atividades e programas bases do *campus*.

Na percepção dos autores Kehm e Teichler (2007) e Teichler (2022) esses dois conceitos estão relacionados com o aprendizado digital – *digital learning*, *open learning*, *MOOCs*, educação superior transnacional, entre outros. De forma que há um desenvolvimento bastante dinâmico das atividades reais, enquanto a mobilidade física – de estudantes e acadêmicos – esteve no centro das atenções por muito tempo, esforços para promover o aprendizado internacional sem mobilidade física se espalharam nos últimos anos, principalmente devido a Pandemia.

Um currículo internacionalizado, segundo a leitura de IoC⁴⁴ (2022), poderá proporcionar aos alunos papéis e responsabilidades sociais e culturais, bem como econômicas. Onde quer que estejam, suas vidas e seus trabalhos serão influenciados pelo ambiente global, assim, suas habilidades e conhecimentos internacionais e interculturais significam uma consciência e compromisso de se conectar positivamente com outras culturas. Ademais, surge a capacidade de se pensar no contexto institucional, local, nacional, regional e global. Como processo, a internacionalização do currículo é uma parte importante da revisão periódica e crítica do currículo. Deve incluir uma reflexão sobre o impacto e os resultados das práticas de ensino e avaliação na aprendizagem dos alunos, além de uma revisão do conteúdo e da sua pedagogia. Nesse processo é importante reconhecer os sucessos do passado, bem como imaginar novas possibilidades e se esforçar para melhorar o currículo, esse último é desafiante dada a rápida velocidade com que o mundo muda (DE WIT *et al.*, 2015; IoC, 2022)⁴⁵.

Nesse contexto, Hudzik (2015) e de Wit *et al.* (2015) trazem que a internacionalização abrangente é um compromisso, confirmado pela ação, de infundir perspectivas internacionais e

⁴³ A título de exemplo, pode-se citar os discentes indocumentados, refugiados ou apátridas, como tem ocorrido com haitianos, venezuelanos, sírios, entre outros, principalmente nas IFES que se situam em regiões de fronteira, no Brasil (REAL, 2022).

⁴⁴ Significa *Internationalisation of the curriculum*, é um site que começou como resultado da Bolsa Nacional de Ensino de Betty Leask, financiada pelo governo australiano em 2010-11, intitulada 'Internacionalização do Currículo em Ação'.

⁴⁵ No plano político, a pesquisa de Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter (2018) aborda a internacionalização - mais precisamente a europeização - como se tornando cada vez mais parte da política educacional, como por exemplo, como apontam Huisman e Van der Wende (2005), sobre o Processo de Bolonha.

comparativas em todas as missões de ensino, pesquisa e serviço da educação superior. Destarte, o autor alude que a cidadania global é uma atitude em relação aos outros e ao mundo, sustentado pelo cosmopolitismo moral e transformador de valores liberais - como tolerância, respeito e responsabilidade por si mesmo, pelos outros e pelo planeta - uma mentalidade para um pensamento maduro, crítico, ético e interconectado (DE WIT *et al.* 2015; HUDZIK, 2015).

O sexto item reproduz os aspectos da reputação internacional, os quais englobam – entre outros - a qualidade internacional e as universidades de classe mundial. Teichler (2015; 2022) aborda suposições questionáveis de alguns padrões, como: a concentração de talentos, em poucas IES de ponta, é valiosa para o país como um todo?; a qualidade de um acadêmico/unidade individual depende fortemente de outros acadêmicos/departamentos locais?; a internacionalização no topo (pós-graduação, por exemplo) é desejável?. E em outros níveis menos importantes; a subordinação é maior no ensino e na aprendizagem do que na função de pesquisa das universidades; o incentivo à imitação é maior do que uma variedade de perfis de IES; o tão comentado incentivo à competição, e não à cooperação; e por último, o que há de desencorajamento da cooperação entre instituições de diferentes qualidades e perfis.

As universidades de classe mundial, para Horta (2009), no cenário internacional, são legitimadas por tabelas universitárias mundiais que avaliam, principalmente, características de desempenho associadas às atividades de pesquisa, no entanto, elas alimentam o entusiasmo competitivo entre as universidades em nível global. A autora afirma que não há um conceito definido, contudo, a luta que a maioria das universidades europeias e asiáticas enfrentam é para melhorar suas posições nos *rankings* internacionais, os quais focam em pesquisas. A busca possui o intuito de ter seu nome ou atividade acadêmica associados a uma universidade mais bem classificada.

Dentro do contexto da garantia de qualidade internacional, a pesquisa de Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter (2018) ressalta que a internacionalização não é apenas benéfica, mas que também serve para manter, por exemplo, a dependência dos países emergentes dos principais sistemas de educação superior ou impedir a garantia de qualidade baseada em medidas localmente apropriadas, devido ao fato de se concentrarem em padrões aparentemente globais. Como exemplo trazido por Vögtle (2019), de um processo de harmonização único que ocorre fora do processo de elaboração de políticas da União Europeia, há o Processo de Bolonha. Ele visa melhorar a comparabilidade e compatibilidade das estruturas e diplomas de educação superior em toda a Europa, bem como para institucionalizar mecanismos de garantia de qualidade.

A atratividade do Processo de Bolonha se deve ao fato de que o processo se concentra principalmente sobre controle de produtos ou da entrega de produtos, deixando margem suficiente para que os Estados signatários reformem suas políticas de educação superior, de acordo com os contextos nacionais e as preferências políticas nacionais. O modelo de Bolonha pode ser chamado de estrutural - pois ele apenas prescreve a estrutura - não o seu conteúdo. Em uma implementação completa nas IES, as críticas dos sistemas de educação superior seriam comparáveis e compatíveis a uma ideia quase utópica de uma Europa sem fronteiras e mais além, com valores comuns e uma filosofia fundamental compartilhada (VÖGTLE, 2019).

O sétimo e último significado se refere as políticas e atividades, o que tradicionalmente se diferem entre países e instituições - de acordo como cada uma busca por qualidade e reputação acadêmica. Uma visão apurada da literatura disponível traz diversas definições de internacionalização da educação superior ao longo dos anos. Diversas literaturas pressupõem que dada a multiplicidade de fenômenos, bem como a diversidade de políticas, estratégias e julgamentos de valor, não há confluência para uma única definição, aceita de forma exata (ALTBACH; KNIGHT, 2007; COTTON *et al.* 2019; TEICHLER, 2022). Por exemplo, alguns países de renome acadêmico tentam atrair estudantes - tanto pós-graduandos quanto jovens acadêmicos - para ir para lá e, eventualmente, os mais brilhantes deles para permanecerem lá. O que muitas vezes é chamado de ‘ganho de cérebros’ (*brain gain*) para os países de acolhimento, obviamente é visto como ‘fuga de cérebros’ (*brain drain*) para os países de origem, ainda que estes últimos países eventualmente também possam ter alguns benefícios em termos de cooperação acadêmica, retornos tardios, entre outros – ‘circulação cerebral’ (*brain circulation*) (TEICHLER, 2022).

A literatura disponível, segundo Teichler (2022), mostra que profusas definições de internacionalização da educação superior foram apresentadas ao longo dos anos. Tal fato está relacionado à multiplicidade de fenômenos em consideração, bem como à diversidade de políticas, estratégias e julgamentos de valor dada as noções variadas e aos termos frequentemente empregados (ALTBACH E KNIGHT, 2007; COTTON *et al.*, 2019; TEICHLER, 2022). A internacionalização é um conjunto complexo de valores ligados não apenas ao crescimento econômico, outrossim à cidadania global, capital identitário transnacional, coesão social, competências interculturais e poder persuasivo (DE WIT *et al.* 2015; MORLEY *et al.*, 2018).

Segundo a leitura de Marinoni e de Wit (2019), o fenômeno deve ser sustentado por uma estratégia definida, com objetivos claros, ações, e determinadas pessoas e recursos

financeiros, enquadrados dentro de um cronograma realista, além de serem monitorados e avaliados os resultados. As IES públicas, que tradicionalmente dependem do orçamento do Estado, começaram a sentir a necessidade de recorrer a receitas próprias - face à redução constante do financiamento público nas últimas décadas – como os de honorários, contratos com empresas ou centros de pesquisa, aluguel de espaço e equipamentos, entre outras (ANTUNES *et al.*, 2018).

Aquilo que os autores Marinoni e de Wit (2019) denominam como estratégia, não se alinha com abordagem estratégica se não houver atividades para implementar, estruturas em vigor e monitoramento. O estudo de Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter (2018), considera a necessidade institucional de gerenciar a internacionalização, através de estratégias que levam em consideração os diferentes contextos institucionais.

Nesse sentido, todos os conceitos-chaves estão interligados. Consequente, ao fornecer as várias abordagens que abarcam os sete conceitos-chaves é possível fortalecer as dimensões internacionais da substância dos currículos, ensino e aprendizagem, as quais envolvem o termo de internacionalização da educação superior. É possível depreender que há fenômenos recorrentes, como a persistência em aprender com a experiência variada; melhoria da qualidade mundial, crescente compreensão internacional/intercultural, recorrência da transferência de conhecimento, contudo, há o peso relativamente menor da mobilidade na internacionalização geral e acrescentando ao fato da Pandemia; globalização e demais termos mundiais; crescente importância da cooperação internacional para além das fronteiras física e sanitárias. Fenômenos esses que desafiam a modernidade do século XXI.

Assim, a importância de estudar a internacionalização para os autores precursores como Knight (2006); De Wit (1995); De Wit *et al.* (2013; 2015); Peters *et al.* (2008) é de que a internacionalização é vista como um processo de inter-relação crucial e o objetivo, que visa tornar a educação integrada ao intercâmbio de conhecimento internacional, nacional, local e intercultural. Desse modo, na educação superior, a internacionalização representa uma estratégia eficiente para a transformação e modernização de sistemas de educação, contudo, requer uma série de desafios transculturais que necessitam atenção não só em termos de ensino, aprendizado e desenvolvimento teórico e curricular, mas também em termos de gestão institucional.

Os motivos dos pesquisadores estudarem a internacionalização é para ter parâmetros ao avaliar e promover o avanço da educação superior. A parte desafiadora de desenvolver uma definição é a necessidade de ela ser genérica o suficiente para se aplicar em muitos países,

culturas e sistemas educacionais diferentes. Os esforços são no intuito de controlar as iniciativas internacionais e assegurar que a qualidade seja parte integrante do ambiente de educação superior internacional (ALTBACH; KNIGHT, 2007; DE WIT *et al.*, 2013).

Destaque-se, em síntese, que a discussão sobre o papel que a internacionalização possui é citado na missão ou plano estratégico de mais de 90% das IES, como já dito. Em outras palavras, segundo Marinoni (2019) acrescenta, a maioria das IES atribui um alto nível de importância à internacionalização, não obstante haja desigualdade entre os graus alcançados de internacionalização, devido a pesquisa ter abrangido principalmente IES onde o nível de internacionalização já era alto. A pesquisa de Marinoni (2019) também aponta para o benefício a ser alcançado com a internacionalização global e em todas as regiões do mundo é a melhor qualidade de ensino e aprendizagem, com exceção da América do Norte. Para Marinoni e de Wit (2019), o benefício mais importante é o aumento da conscientização e envolvimento mais profundo com questões globais por parte dos alunos. Enquanto os riscos em destaque são as oportunidades serem acessíveis somente para estudantes que possuem recursos financeiros, outro fator negativo são os programas educacionais terem fins comerciais.

A promoção da internacionalização no ambiente universitário passa pela implantação e consolidação de estruturas e funções programáticas e organizacionais – esta se refere à gestão e aquela se refere às estratégias, elas que viabilizam os processos de internacionalização. As políticas institucionais devem almejar o desenvolvimento curricular, inovação educacional e pesquisa, para posteriormente integrar uma dimensão internacional, bem como os procedimentos de planejamento, orçamentação e avaliação. Os regulamentos institucionais são necessários, para estabelecer suas prioridades, desse modo as atividades internacionais são executadas de forma articulada às políticas institucionais (GACEL; ÁVILA, 2008).

A internacionalização não é um fenômeno estático, ao contrário, é um processo em constante evolução. As partes interessadas e envolvidas: organizações internacionais, governos nacionais, instituições de educação superior, faculdades e alunos, têm que entender e reagir a esse processo e definir o que se quer dele, pois não há um modelo que encaixe tudo. Ela é uma questão estratégica, no qual seu foco e escopo evoluem substancialmente e que passa de um modelo cooperativo para mais competitivo devido à globalização (DE WIT *et al.*, 2013).

Knight (2008) relata sobre um modelo para entender o complexo processo de internacionalização. É enfatizado a importância de ter uma base sólida nos aspectos conceituais da internacionalização que incluem o significado, fundamentos, abordagens e estratégias de internacionalização. Um modelo de internacionalização precisa abordar tanto os níveis

institucionais e nacionais/setoriais – os quais possuem importante influência sobre a dimensão internacional da educação superior, por meio de políticas, financiamento, programas e marcos regulatórios. No entanto, geralmente é no nível institucional de cada universidade que uma parte significativa do processo de internacionalização ocorre. Portanto, esta análise e o modelo conceitual de internacionalização usa tanto um modelo de abordagem institucional ascendente (*Bottom-up*) e nacional/setorial (*Top-down*), incluindo a relação dinâmica entre esses dois níveis.

É importante o reconhecimento que a internacionalização é um desenvolvimento relativamente recente, segundo Proctor e Humbley (2018), que apresenta novos desafios, oportunidades e imperativos para IES que, em muitos casos, operam há décadas - com seus quadros cheios de referência e sem a necessidade de considerar questões significativas de engajamento global. É certo que a internacionalização é um fenômeno que exige e exerce mudanças, ao mesmo tempo em que responde e se adapta às mudanças de realidades contextuais.

Segundo a leitura de Teichler (2022), há duas objeções em relação a tendência de se internacionalizar: primeiro, que não há crescimento consistente em todos os aspectos; segundo, que na mensagem da maioria dos debates é questionável a importância da internacionalização relacionada ao crescimento. Destarte, os três maiores benefícios da internacionalização são elencados conforme *IAU 4ª Global Survey* (2014), como o aumento da conscientização internacional dos estudantes; melhora na qualidade de ensino e aprendizagem; e fortalecimento da pesquisa e aumento da capacidade de produção de conhecimento. Comparado a *IAU 5ª Global Survey* (2019), e que cita os três maiores benefícios: ampla cooperação internacional e fortalecimento de capacidades; aprimoramento da internacionalização no currículo/internacionalização em casa; e aprimoramento do prestígio/perfil da instituição. Em cinco anos é possível verificar que a internacionalização, de estrutura de ampla meta social, mudou consideravelmente, sendo que ambos estão relacionados aos estudantes e aos aspectos institucionais.

O termo internacionalização na educação superior, para os autores Altbach e Knight (2007), foi frequentemente confundido com o termo globalização, como já afirmado. A globalização é um caminho sem volta, mas a internacionalização envolve muitas escolhas e uma resposta proativa das IES no desenvolvimento de uma perspectiva global para a

universidade. Os resultados da globalização incluem o uso do inglês⁴⁶ como língua franca para a comunicação científica, o crescente mercado de trabalho internacional para acadêmicos e cientistas, o crescimento das empresas de comunicação e sua utilização nas TI. A TI facilita a comunicação; permite o armazenamento eficiente, seleciona e dissemina o conhecimento; e permite aos fornecedores oferecerem programas acadêmicos através do *e-learning*. Isso foi um conteúdo trazido há mais de uma década, ainda que na Pandemia Covid-19 foi possível visualizar o crescente avanço do *Virtual Exchange* (Intercâmbio Virtual), conforme cita Stallivieri (2020).

Os autores Altbach e Knight (2007) acrescentam que, entre 2002 e 2007 – houve o surgimento de novos tipos de provedores, formulários de entregas e parcerias colaborativas. Juntamente com IES públicas e privadas, universidades corporativas, associações profissionais e conglomerados internacionais, esses provedores usam modos presenciais e virtuais para oferecerem educação aos alunos em seus países de origem. Essa oferta varia pelo meio de articulação, validação do estudo conjunto ou de dupla titulação, que pode incluir ou não alguma presença física. O estudo mencionado reforçou a inovação alcançada e incorporada desde então e, principalmente, o impacto universitário durante e depois da Pandemia.

As IES adotam as tecnologias digitais durante décadas, embora de forma desigual e lentamente, para suas atividades administrativas, educativas e pesquisa. Contudo, a crise da COVID-19 estimulou uma aceleração e aprofundamento de digitalização no ensino e na aprendizagem: estruturação de cursos, instrução, avaliação, aprendizagem, entre outros (OECD, 2021). Dessa forma, os aspectos da internacionalização abrangem a aquisição de conhecimentos em línguas estrangeiras, melhora do currículo com experiência internacional, compreensão transcultural, e muitos outros (DE WIT *et al.*, 2013).

Em síntese, os sete significados chaves trazem uma dimensão dos conceitos de nível mundial que abarcam a internacionalização da educação superior. Diversas ações são incorporadas e vista como parte do processo, o fenômeno é discutido globalmente e cada país se molda e fazem acordos para se inserirem no movimento de nível mundial.

⁴⁶ A ascensão do inglês como língua dominante na comunicação científica não tem precedentes, uma vez que o latim dominou a academia na Europa medieval (DE WIT, 2013).

2.2.2 No Brasil

Como já discutido, em geral as políticas de educação em internacionalização, no estudo de Wihlborg *et. al.* (2018) e especificamente na educação superior, é uma das forças mais significantes que afeta o mundo ocidental. Já no contexto europeu, o Processo de Bolonha (STALLIVIERI, 2017; WIHLBORG, 2018) representa o maior esforço ordenado para aumentar a cooperação acadêmica internacional e mobilidade. No exemplo dos Estados Unidos (EUA), as universidades empregam abordagens desenvolvidas localmente ao invés de uma posição de política educacional nacional para aumentar os empreendimentos de educação superior transfronteiriços em busca da competição global (WIHLBORG, 2018).

O envolvimento do governo é expresso por meio de políticas e programas que promovem a internacionalização, direta ou indiretamente. As IES, órgãos governamentais, pesquisadores e gestores são alguns dos atores envolvidos nesse processo (ALTBACH; KNIGHT, 2007).

A internacionalização é relevante não apenas para países desenvolvidos, mas também para países emergentes, considerando a visão de uma universidade desenvolvida. Entretanto, a noção de centros acadêmicos e periferias está presente nos estudos sobre colaboração entre países maduros e emergentes, por exemplo, como na pesquisa de Canto e Hannah (2001) sobre o Reino Unido e Brasil (BEDENLIER; KONDAKCI; ZAWACKI-RICHTER, 2018). O exemplo citado remete ao objeto de estudo desta tese, a qual traz a opção de IES em diferentes contextos regionais num mesmo país, mas que possuem a necessidade de aprenderem e compartilharem suas experiências sobre internacionalização.

A maior parte dos estudos sobre internacionalização da educação superior aporta o fenômeno para anos 1990, no caso brasileiro. É importante ressaltar, no entanto, o contexto histórico no Brasil, antes dos anos 1990, abordando o momento da criação das universidades no país, principalmente após a terceira década do século XX.

Segundo Ribeiro (1982), aborda-se que as universidades são inseridas em estruturas sociais conflituosas, pois elas estão sujeitas a expectativas antagônicas – de conservadoras e disciplinadas, até renovadoras e revolucionárias. O autor cita que após a independência da América Latina, ao passar de condição colonial à neocolonial, as universidades se modernizaram, porém cabe a universidade latino-americana o papel fundamental de contribuir com uma consciência crítica que permita alcançar uma visão das perspectivas de progresso autônomo. Apesar da diversidade apresentada por cada nação, descreve Gacel e Ávila (2008)

que as universidades latino-americanas apresentam características comuns que permitem a análise de sua problemática de uma perspectiva continental. Essas particularidades vêm de seus antecedentes históricos e determinam, em sua maioria, seu estado atual, e sua capacidade de se adaptar e responder aos desafios do século XXI.

Para Gatti (2001), o avanço da área educacional do Brasil começou no final dos anos de 1930, com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), no qual a construção do pensamento educacional encontrou espaço específico para produção, formação e estímulo. Considerado o fato que a produção de pesquisa em Educação era inexistente, nas décadas de 1940 e 1950 houve mudanças para o desenvolvimento de pesquisas no contexto de equipes fixas, publicações regulares, oferecimento de cursos para a formação de pesquisadores (contando com a participação de docentes de outras nacionalidades, especialmente latino-americanos), esses exemplos culminaram na institucionalização da pesquisa, alimentada por grupos em universidades.

Assim, com o avanço da industrialização e a complexidade da administração pública, principalmente a partir do final da década de 1940, tornou-se urgente a formação de especialistas e pesquisadores nos diversos ramos de atividade científica. Mediante este quadro situacional, em 1951 criam-se a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que, junto com o Inep, terão papéis importantes, como agências que atuam em áreas distintas, porém complementares. Por conseguinte, a aproximação do Estado com a universidade se fez através da definição de políticas públicas de fomento à pesquisa e à cooperação, que se tornam visíveis perante a produção conjunta de conhecimento, e acordos bilaterais que fomentam projetos conjuntos entre grupos brasileiros e estrangeiros (KRAWCZYK, 2008; MOROSINI, 2011).

Na década de 1960 com a implementação de programas sistemáticos de pós-graduação, o processo de desenvolvimento da área de pesquisa foi acelerado e transferido para universidades, e paralelamente os centros de pesquisas do Inep são fechados e investimentos são dirigidos aos programas de pós-graduação nas Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse período o país instalou o governo militar e tentava redirecionar as perspectivas sociopolíticas do país. Assim, as práticas políticas direcionam esforços e financiamentos no conjunto de política desenvolvimentista, por exemplo, formação de recursos humanos, enfoques de planejamento dos custos, da eficiência e das técnicas e tecnologias no ensino (GATTI, 2001).

No ensaio de Ramalho (2006), foi após o Parecer Sucupira, já em plena ditadura militar, que se criou o primeiro curso de pós-graduação em educação no Brasil, na Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-RJ, no ano de 1966. A partir daí iniciou-se um longo processo para se instalar e regulamentar cursos e programas. Durante todo o percurso, tratou-se com processos contraditórios, com avanços e retrocessos, para que se construísse a cultura acadêmica até então inexistente (RAMALHO, 2006).

Com a expansão da educação superior, no contexto da ditadura civil-militar, alguns cursos de mestrado e doutorado surgem, consolidam-se e aprimoram metodologias na década de 1970, com variadas problemáticas de estudo, tais como: currículos, caracterização de redes e recursos educativos, avaliação de programas, relações entre educação e profissionalização, características dos alunos, estratégias de ensino, entre outros. No início da década de 1980 segue-se um período de transição, de lutas sociais e políticas, e a grande fonte de produção da pesquisa educacional se inspira em teorias marxistas.

A partir do final da década de 1970, houve papel marcante na integração e intercâmbio de pesquisadores e na disseminação da pesquisa educacional e demais questões pertinentes. Nas décadas de 1980 e 1990 assentaram-se críticas relativas à questão de teoria e método para que fossem mais consistentes e abarcassem a complexidade das questões educacionais, ademais com estímulos específicos à pesquisa e com avaliações periódicas, a redefinição das exigências para as carreiras docentes universitárias trazendo alterações efetivas no quadro institucional.

Já no início dos anos 1990, há uma maior diversificação de trabalhos, e descortinam-se no final do período, grupos sólidos de investigação em: alfabetização e linguagem, aprendizagem escolar, formação de professores, desde a educação infantil até a educação de adultos, gestão escolar, avaliação educacional, história da educação e políticas educacionais (GATTI, 2001).

Nesse mesmo contexto, Gouveia (2005) faz um levantamento das pesquisas realizadas no Brasil e embora se tenha constatado uma evolução nas pesquisas nas últimas décadas, a autora faz algumas críticas a projetos desenvolvidos em instituições governamentais, por pesquisadores, pois há investimento financeiro, entretanto, são “projetos que se multiplicam erraticamente, sem que até agora tenhamos uma ideia clara a respeito do que se sabe sobre educação no Brasil” (GOUVEIA, 2005, p. 145). Contudo, Gatti (2010) ressalta que o problema das pesquisas no Brasil é o da preparação de pesquisadores. Estes, além de um bom curso de graduação devem ter uma boa preparação, a qual advém somente em nível de pós-graduação.

Diante das reflexões expostas anteriormente, por Gatti (2010) e Gouveia (2005), entende-se que a pesquisa educacional trouxe impactos sociais imprescindíveis, contribuindo para o desenvolvimento, reforma e inovações no sistema educacional; infere-se ainda que essa

produção é socializada em uma temporalidade histórica e em um processo peculiar de disseminação. Entretanto, para se produzir pesquisa, na esfera acadêmica, é necessário a utilização de métodos específicos, assim como a preocupação com a validade, rigor e consistência metodológica, e cuidados com a criação ou desenvolvimento de novos conhecimentos sobre os temas em estudo. Dessa forma, pesquisar é uma busca premeditada, a qual requer suporte teórico, metodológico, cuidado crítico e articulação com a problemática.

Os órgãos brasileiros que estão relacionados com a internacionalização da educação superior são os Ministérios da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério das Relações Exteriores (MRE), desmembrando para as agências de fomento e de cooperação internacional, Capes e CNPq. Na legislação brasileira há a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia e o Plano Nacional de Pós-Graduação (MIRANDA; STALLIVIERI, 2017).

Como já dito, para estas mudanças, foi fundamental o papel desempenhado pelo CNPq, que está incorporado no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), e desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação; e tem como missão fomentar a pesquisa científica e tecnológica, além de incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa, assim como os pesquisadores brasileiros pela pares das áreas científicas no âmbito internacional (CNPq, 2017).

Outro organismo importante é a Capes, que subsidia o Ministério da Educação (MEC) na formulação de políticas nacionais para as áreas de educação básica, educação à distância e principalmente para a pós-graduação, desempenhando papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação, *locus* fundamental para a formação de quadros e para a pesquisa científica no país. A Capes vem atuando no apoio ao estabelecimento de parcerias entre universidades e institutos de pesquisa, sendo uma de suas grandes linhas de ação a cooperação científica e internacional, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico dos países receptores. Como o Brasil é um importante provedor de quadros especializados na cooperação internacional em crescimento, a Capes tem relevante papel na modalidade educacional, baseada num conjunto estruturado de programas nessa direção. Enfatize-se, todavia, que a cooperação brasileira é destacada pela descentralização da atuação dos órgãos educacionais (AVEIRO, 2015; CAPES, 2017a).

Atualmente, o principal programa voltado à internacionalização, que conta com a participação da Capes é o Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt). Esse

programa,

Instituído pela portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, o Programa Institucional de Internacionalização das IES e de Institutos de Pesquisa do Brasil (CAPES/PrInt) tem como objetivo fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização de instituições, estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com foco no aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação, ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação, promover a mobilidade de docentes e de discentes, incentivar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional, além de integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização. (CCS/CAPES, 2017a, p.1).

Como a cooperação internacional na pós-graduação é gerida no Brasil principalmente pela Capes, ela valida que os principais atores da área de ciência, tecnologia, inovação e educação superior no Brasil devem assumir o protagonismo no processo de internacionalização da pesquisa brasileira. Conclui-se que é dado o estímulo no sentido de que as instituições definam, a partir da indução dos órgãos gestores, Capes e CNPq, a sua própria estratégia de internacionalização nas áreas temáticas elegidas, para se tornarem prioritárias nesse campo (CCS/CAPES, 2017a).

A internacionalização, no Brasil, conforme Morosini e Nascimento (2017), insere-se como critério primordial para a avaliação da qualidade em programas de pós-graduação de excelência. A tendência é para que a internacionalização se torne critério de qualidade na avaliação de instituições e cursos de graduação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), assim como, as determinações de estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014), no que se refere à internacionalização da pesquisa e pós-graduação no incentivo para atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

Nestes termos, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CCS/CAPES, 2017) entende a internacionalização nas IES brasileiras como um processo necessário e inerente aos desafios de uma sociedade globalizada. A Capes reafirma sua constituição na integração de dimensões internacionais, intercultural ou global na finalidade, funções e financiamento de políticas públicas para a educação superior, com especial atenção à pós-graduação. Por conseguinte, está entre seus objetivos contribuir para que o Brasil realize as suas potencialidades no que se refere à qualidade das pesquisas realizadas em âmbito nacional e a interface entre produção científica e inovação tecnológica, com inserção internacional.

Correlato a este contexto há a necessidade de o país possuir uma política pública, por atuação do Estado ou originadas por forças sociais, a qual indique um conjunto de ações a serem

seguidas pelas IES brasileiras. Para o estabelecimento das políticas públicas de internacionalização convém seguir parâmetros como identidade, institucionalidade, visibilidade, referência e sustentabilidade (MIRANDA; STALLIVIERI, 2017).

As iniciativas, contudo, no Brasil – onde a redemocratização induziu o país a projetar-se internacionalmente e a assumir relevante papel de interlocutor entre as grandes e pequenas potências como agente promotor da colaboração internacional (AVEIRO, 2015; STALLIVIERI, 2017) – adquiriram conotações mais expressivas na gestão universitária pública federal a partir de 2012, com o programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e, sobretudo, em 2018, com o Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt). Este último programa impulsionou o desenvolvimento de planos institucionais de inserção internacional e a adequação de estruturas para atender às iniciativas propostas (LEAL, 2020; KNOBEL *et al.*, 2020).

A comissão de acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020 – instituída por meio da Portaria CAPES Nº 106, de 17 de julho de 2012, entende que a temática da internacionalização evoluiu acima das expectativas, mediante investimentos, e principalmente em função do lançamento pelo Governo Federal do Ciências sem Fronteiras (CsF), no sentido de dar maior ênfase à internacionalização, por exemplo, mediante projetos cooperados com instituições internacionais (BRASIL, 2013). Considerando apenas os resultados do programa CsF, foram concedidas 104 mil bolsas durante o seu período de vigência, a um custo total de 13,2 bilhões de Reais (DIAS; GOMES, 2021).

Na CAPES e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) fica evidente o impacto na própria estrutura organizacional, com a ampliação de suas áreas de atuação na temática da internacionalização, nas duas Diretorias envolvidas em ambas as agências. Antes do Programa CsF, a CAPES já previa no seu no Planejamento Estratégico de 2010, como um dos focos centrais, a promoção da internacionalização da Educação Superior brasileira. Em 2012, no contexto do CsF, é criada a nova estrutura na Diretoria de Relações Internacionais (DRI), com significativo aumento, tanto de pessoal como de atribuições e orçamento (passando de aproximadamente 100 milhões de reais em 2010 para 900 milhões de reais em 2012). Este aumento teve reflexos não somente no CsF, em seu primeiro ano efetivo, como também na ampliação de projetos de pesquisa internacionais, na expansão da cooperação sul-sul, nos eventos internacionais e nas publicações conjuntas (BRASIL, 2013, p. 49).

O desenvolvimento de pesquisas e mobilidade de alunos e professores forçam as IES buscarem a consolidação da política de internacionalização e assim, Santos (2016) menciona que o ensino, a pesquisa e a extensão são fortalecidas em conjunto com a todos os participantes

atingidos pela universidade, outrossim a junção de atividades que tornam o processo dinâmico e a complementaridade das razões acadêmicas e econômicas.

Além dos já citados CsF e Capes-PrInt, o Governo Federal lançou em 17 de julho de 2019, o programa “Future-se”, que buscava fortalecer a autonomia administrativa, financeira e de gestão das universidades e institutos federais. O programa se dividia em três eixos e um deles era a internacionalização, composto por ações como: estimular o intercâmbio de pesquisa para estudantes e professores; revalidar diplomas estrangeiros de acordo com critérios do Ministério da Educação (MEC); facilitar acesso de disciplinas em plataformas *online*; firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de artigos e periódicos fora do país; e possibilitar oferta de bolsas para estudantes brasileiros (MEC, 2019). O processo de internacionalização acadêmica corrobora estrategicamente para a qualidade e melhoria nas pesquisas, expansão de conhecimento, e consequentemente, as produções (CARVALHO; ARAÚJO, 2020; DIAS; GOMES, 2021).

Destaque para os posicionamentos de Morosini e Nascimento (2017), citando que há inúmeros desafios que as IES devem enfrentar para equalizar a internacionalização em todas as regiões brasileiras, de forma que essas instituições busquem se integrar e juntas irem muito além dos interesses políticos, econômicos e comerciais. As políticas das IES afetam e são afetadas pela dimensão internacional da educação em nível nacional e institucional. Ainda assim, os padrões mundiais estabeleceram hierarquias entre as diferentes IES públicas e determinaram a extensão do financiamento e dos recursos concedidos a essas instituições. Os autores apontam ainda para as desigualdades entre as diferentes instituições públicas, e algumas consideradas como instituições públicas de elite, enquanto outras são consideradas de baixa qualidade e baixo *status*.

A desigualdade também é vista dentro do Brasil. O mesmo estudo dos autores Morosini e Nascimento (2017) aponta, em relação à internacionalização das IES brasileiras, *rankings* que têm sugerido que no Sul e Sudeste do Brasil a internacionalização é mais robusta em comparação com outras regiões (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). O *Ranking* Universitário Folha (RUF) foi mencionado devido à sua influência e representatividade no país e por ter em sua composição avaliativa um item específico relativo à internacionalização.

Nesse sentido, segundo a autora Thiengo (2018), “Os *rankings* acadêmicos produzem um referencial de comparação que ignora a diversidade de contextos políticos, sociais, econômicos e sobretudo históricos das diferentes universidades [...] ou o nível de financiamento de que dispõem, bem como a sua natureza, pública, privada ou confessional” (THIENGO, 2018,

p. 197).

Na análise do contexto em que as IES estão inseridas é possível verificar a dialética que, no posicionamento de Thiengo (2018), remete as universidades inseridas na arena pública, o que não significa um espaço plano e homogêneo. Envolve situações de prova, momentos de incertezas e indeterminação, de contradições. A concepção de Estado ampliado remete ao entendimento da unidade dialética entre Estado e sociedade civil, arena de relações antagônicas e disputas por hegemonia, no conflito versus consenso pelos sistemas de controle e conformidade.

Em síntese, a internacionalização das IES federais no Brasil segue as políticas públicas como incentivo de fomento, conforme mencionado sobre Capes-PrInt e CsF. Este último teve como objetivo fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições. Entretanto, o que foi visto é que por meio desses editais, principalmente do Capes-PrInt, houve uma imediata necessidade de as universidades terem sua política de internacionalização estruturada. Isso incentivou e deu mais visibilidade para a efetiva internacionalização nas universidades federais brasileiras (CARVALHO; ARAÚJO, 2020).

2.3 Políticas públicas educacionais para internacionalização da educação superior

Neste último item da segunda seção, discute-se as políticas educacionais brasileiras para a internacionalização universitária. Juntamente com o que foi apresentado nos itens anteriores e necessário para entender o contexto do processo e aqui apresentar as políticas públicas educacionais no mundo e depois com foco no Brasil. Tais discussões permitem ao final desse item e desta seção poder atingir ao primeiro objetivo específico. As políticas públicas são apresentadas pela sua relevância e cronologia, contudo a prioridade da discussão está centrada nas políticas oficiais e nos programas delas decorrentes, que foram implementados no período de 2019 a 2022. A análise alcança, também, as ações institucionais realizadas pelos órgãos do governo federal em momentos anteriores a esse período, de modo a compreender as ações implementadas pelas agências de fomento e regulação da graduação, da pós-graduação e da pesquisa com as instituições universitárias, enquanto foco nas ações dos organismos governamentais nacionais e internacionais até a data da elaboração desta tese.

2.3.1 *No mundo*

Pensando em termos mundiais, o estudo de Maldaner (2006) traz uma ressalva para a defesa da soberania nacional que pressupõe o desenvolvimento econômico e social, o que implica atenção especial à educação e à busca do conhecimento: nenhum país pode abdicar de esforços nacionais em uma área tão crucial quanto a da ciência, tecnologia e inovação. Assim sendo, o conceito de soberania como um instrumento de poder sobre o território e os recursos naturais têm um forte viés relacionado com a transnacionalização das relações econômicas, sociais, culturais, políticas, científicas e tecnológicas (SCHOR, 2007).

Dessa forma, a soberania de uma país se constrói a partir de um projeto de desenvolvimento composto por, pelo menos, três pilares inter-relacionados: educação, tecnologia e poupança (CHANG, 2004; MALDANER, 2006). Trazido pelos autores Cario e Bittencourt (2016), o posicionamento é de que a capacidade das nações de criar forças produtivas é decisiva e derivada dos esforços para a promoção da educação e da moralidade - elevação do poder da mente humana - e assegurar segurança pública. Uma nação próspera depende não só de atitudes do governo, mas também do posicionamento das pessoas.

A economia global é identificada pela sua independência, regionalização e segmentação excludente. Diferentes ministérios e órgãos compostos por níveis administrativos que se estendem do sistema até as instituições educacionais de graduação e pós-graduação corporificam o aparato governamental, com suas políticas educacionais como parte do conjunto de políticas públicas sociais no movimento de regulação da educação. A universidade se encontra entre o Estado e suas políticas públicas, e a globalização e internacionalização são os desafios impostos, ao mesmo tempo que se impõem, sobretudo a partir dos anos 1990, com inúmeras restrições financeiras e econômicas, com períodos de maior ou menor disposição de recursos para as instituições (FRANCO; MOROSINI, 2005; CABRAL NETO; CASTRO, 2012).

Na continuação do contexto, no período atual do século XXI, as mudanças sociais, culturais e econômicas solicitam dos gestores um olhar diferenciado para com a administração pública nos requisitos de análise e implementação global pela inovação. Já as políticas educacionais estão intrinsicamente ligadas às decisões do governo que têm incidência no ambiente de ensino e de aprendizagem, além da gestão. As reformas que atingem as universidades são consequências das influências das ações internacionais e principalmente das políticas dos órgãos multilaterais internacionais, bem como dos poderes governamentais

nacionais e regionais, interagindo com e sobre as IES, o que resulta na construção de políticas educacionais e a internacionalização das IES (KRAWCZYK, 2008; PUIATI; SANDRI, 2008).

A apresentação do modelo do *Comprehensive Internationalization (CI)* por Hudzik (2011); Beelen e Jones (2015), ACE (2022), enfatiza a importância do alcance institucional da internacionalização, e por abranger a ética e valores institucionais, abraçando sua liderança, governança, corpo docente, discente e todas as unidades de serviço e apoio acadêmico, é que se opta nesta pesquisa por essa categoria de análise⁴⁷. Assim como são utilizados os modelos organizacional e programático da Knight (2004), os quais se referem tanto a programas, quanto iniciativas organizacionais em nível institucional. Estratégias que trazem noção de planejamento e integração, para depois introduzirem os termos políticas e programas. Por isso a escolha de ambos os modelos como levantamento de dados e categoria de análise.

Os modelos aqui apresentados também são compatíveis para a análise do processo de Bolonha, pois em suas políticas e ferramentas possuem viés parecidos no que tange a alguns aspectos. Entre eles, a analogia do processo de Bolonha ao modelo teórico do CI é que ambos são abrangentes. No caso de Bolonha, estava vigente em quatro países em 1998, passando para 48 membros até 2019 – considerando a pesquisa de 20 anos do processo de Bolonha no estudo de Vögtle (2019). Bolonha enfatiza as questões políticas da educação superior, o que se relaciona ao item 1 do modelo apresentado, sobre os sete itens-chaves da internacionalização.

Nessa percepção, os objetivos acordados em conjunto pelo processo de Bolonha são monitorados e promovidos por meio de comunicação, medidas de *benchmarking* e troca de informações dentro de redes políticas transnacionais, incluindo reuniões ministeriais regulares, grupos de acompanhamento, comitês nacionais e grupos nacionais que apoiam os ministérios responsáveis (VÖGTLE, 2019). Essas ações, no modelo citado, se promovem pela liderança administrativa, que aborda a instituição de um comitê para monitoramento das ações internacionais.

Na sequência, os modelos abordam os programas, práticas, serviços, colaborações, e principalmente, mobilidades, as quais Bolonha com seus Ministros da Educação concordaram com medidas que visam uma convergência estrutural de programas acadêmicos – pois ele apenas prescreve a estrutura, não o conteúdo, dos programas de educação superior e sua oferta. Os governos não são responsáveis pelas formas como as instituições ensinam, os pesquisadores

⁴⁷ Este um conceito imperativo e não possibilidade desejável, na literatura de Hudzik (2011). O modelo também é ancorado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Sustainable Development Goals (SDGs) da Organização das Nações Unidas (ONU) ou (United Nations – UN).

trabalham, os alunos aprendem ou os empregadores recrutam (VÖGTLE, 2019). Esses itens trazem a necessidade de políticas com ações estratégicas e atores envolvidos para haver a efetiva internacionalização; da mesma forma que, no Processo de Bolonha, acorda-se com os envolvidos, lançam-se diretrizes, sendo que cada país atua conforme sua autonomia e suas regras.

A justificativa de trazer o modelo proposto se alinha com o que há de mais atual, para que haja viabilidade na aplicação dos conceitos nas IES públicas. Da mesma forma que o processo de Bolonha se estende a 48 países signatários, e cada um molda suas ações conforme sua realidade, o levantamento aqui serve para visualizar as políticas educacionais de internacionalização no mundo, para que se possa, em seguida, aprofundar nas políticas públicas brasileiras de internacionalização, com menção para o período compreendido de 2019 até 2022.

2.3.2 No Brasil

Partindo do pressuposto que a educação pública abarca um complexo de ações e práticas mantidas e ofertadas pelo Estado, culminando para o campo da noção de que é importante engajar o público, e ampliar a participação da sociedade civil nas políticas públicas, em especial, da educação, discute-se a questão da internacionalização no Brasil.

A internacionalização na educação superior pós-1990 é trazida por Paiva (2014) através dos programas abaixo citados e além do CsF já mencionado anteriormente:

O governo federal brasileiro tem oferecido oportunidades de mobilidade internacional para alunos estrangeiros em nosso país e de nossos acadêmicos e pós-graduandos em outros países. Após 1990, ocorreram alguns programas, como o Programa Promisae em 2003, que foi criado para apoiar o já existente Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G); em 2006 o Programa Estudante-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG); a criação da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) em 2008; dentro do Setor Educacional do Mercosul - Mercosul Educativo, em 2010 o Programa de Mobilidade Mercosul (PMM) e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB) (PAIVA, 2014, p. 6).

Dessa forma, a diplomacia ministerial do Itamaraty, por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), passou a ter uma abertura maior na política externa brasileira à sociedade civil, para se adequarem com a nova ordem de transparência das políticas públicas nacionais. O nível de participação e influência em política externa está de acordo com o assunto a ser tratado. O assunto educação é influenciado por fatores como oferta e interesse de outros atores como ONGs e multinacionais, além da participação efetiva da opinião pública. Há também a participação da opinião pública estrangeira, essa realidade dá origem a nova forma de exercício de poder, denominada *soft power* (poder suave). As ciências, além da cultura e das

artes ganhou visibilidade por atrair investimentos estrangeiros, assim pode haver cooperação entre Estados e seus povos (MIRANDA, BISCHOFF; 2018).

Os autores Miranda e Bischoff (2018) trazem que o MEC e MCTI foram os principais responsáveis por definições de ações e programas para internacionalização. Já o Itamaraty possui uma presença mais modesta, uma vez que embora ele seja o gestor da Política Externa Brasileira (PEB), deveria estar mais integrado com os órgãos educacionais. O MEC e o MCTI não possuem autonomia para interferir na PEB, contudo, eles são consultados quando o assunto é educação. Eles exercem uma diplomacia educacional em determinados programas, todavia, sem agenda própria de política externa. Como exemplo, o Itamaraty coordenou ações de cooperação educacional nos Programas PEC-G e PEC-PG.

O Programa de Estudantes-Convênio (PEC) foi criado pelo governo brasileiro em 1965 e em 2025 completará 60 anos de vigência. Seus objetivos são fortalecer laços com nações amigas; cooperar na formação de recursos humanos nos países participantes; contribuir para a internacionalização do ensino superior brasileiro e expandir o horizonte cultural dos estudantes brasileiros. O MRE é responsável pelo ingresso dos países no programa, assim como oferecer alguns cuidados com questões migratórias. Destarte, o MEC é responsável pelo ingresso das IES no programa, captar vagas e publicar editais de processo seletivo, distribuir os recursos para o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) entre as IES federais participantes do PEC-G. Já as IES são responsáveis por oferecer vagas, acolher estudantes, entre outras ações. O PEC-G e o Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira - PEC-PLE são modalidades do programa PEC.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelo MRE e MEC, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares. O PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, os selecionados são preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os países participantes do PEC-G são 11 da América do Sul; 15 da América do Norte, Central e do Caribe; 29 da África, 9 da Ásia e 7 da Europa (PEC-G, 2024).

Nesse diapasão, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), foi criado oficialmente em 1981. Ele oferece bolsas de estudo para discentes de países com os quais

o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* em IES brasileiras. O PEC-PG é uma política gerenciada em parceria por três órgãos: pelo MRE, por meio da Divisão de Temas Educacionais (DTED); pelo MEC, por meio da Capes e pelo MCTI, por meio do CNPq. Ao longo dos últimos 20 anos, o programa selecionou mais de 3.000 estudantes de pós-graduação. O edital de seleção informa quais países podem participar, bem como todas as regras (PEC-PG, 2024).

A contextualização histórica da rede dirigida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)⁴⁸, começa em 2005 quando então a sua Comissão de Relações Internacionais atuou no contato com entidades representativas de universidades de outros países e, também, no esforço de institucionalização da internacionalização. Sua gestão 2006/2007 teve a internacionalização como relevante, devido aos novos tempos comprovarem não só a necessidade, mas também a eficácia dos processos de integração entre países, formando blocos de inteligência concisos e mais fortes de forma geral. O processo de mudança socioeconômico, cultural e tecnológico em desenvolvimento, nas últimas décadas em todo o planeta, exigiu cada vez mais, níveis elevados de educação para atuar no mundo globalizado, sem fronteiras e centrado no conhecimento (ANDIFES, 2018).

Entre 2006 e 2007, já havia um movimento crescente em relação ao que hoje pode-se considerar uma das prioridades no crescimento da educação mundial, a internacionalização. Importante lembrar que o Brasil já àquela época vinha desempenhando papel precursor, de forma particular, no âmbito do MERCOSUL, mas também com países de outros continentes, sendo que a internacionalização emergiu das instâncias econômicas e políticas, para depois ir para o âmbito universitário. Nesse ínterim, a formação de blocos econômicos passou a exigir, também, um espaço comum de educação, de modo que fosse possível a livre circulação de serviços e capitais educacionais e, por conseguinte, a necessidade de compatibilizar as qualificações, os sistemas educativos e de desenvolver padrões educacionais equivalentes (ANDIFES, 2018).

Em maio de 2010, a Andifes aprova o documento elaborado pela Comissão de Relações Internacionais intitulado “Internacionalização das atividades acadêmicas das Instituições Federais de Ensino Superior”, contendo um diagnóstico da situação da internacionalização das IFES e sete propostas em diferentes eixos de atuação. Em abril do mesmo ano, outro documento

⁴⁸ A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) teve um livro sobre a própria Associação e os rumos das Universidades Federais nos últimos 20 anos. O material reuniu textos exclusivos dos ex-presidentes da Andifes, com relatos sobre o contexto nacional do ensino superior público em cada gestão, ao seu tempo, desde 1992 até 2011 (ANDIFES, 2018).

foi elaborado sobre “Programa de Mobilidade Internacional de Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior”. O ambiente nacional era favorável à implantação dessa política. O Brasil adquire um espaço de destaque em nível internacional e suas universidades precisam participar no contexto global. Na sequência das propostas elaboradas pela Andifes, é lançado o Programa Ciência sem fronteiras (CsF), anteriormente citado (ANDIFES, 2018).

O CsF foi lançado pelo MEC e teve uma expressão ativa junto ao Itamaraty como parte da PEB do período – a de levar 101 mil estudantes brasileiros para estudar no exterior no período de 2011 a 2014. O programa determinava áreas acadêmicas prioritárias de estudo, as quais o Brasil apresentava maior déficit, e os estudantes receberiam auxílios financeiros para estudar por períodos médios de um ano, em países como Alemanha, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Inglaterra, entre outros (MIRANDA, BISCHOFF; 2018).

O desenvolvimento de pesquisas e mobilidade de alunos e professores forçam as IES a buscarem a consolidação da política de internacionalização. Em função disso, Santos (2016) menciona que o ensino, a pesquisa e a extensão são fortalecidas, outrossim, a junção de atividades que torna o processo dinâmico e complementaridade das razões acadêmicas e econômicas. Ao falar em extensão, para Matiello e Toledo (2020), ela possui a atribuição de conectar a universidade com os sujeitos que a compõem, por meio de projetos que os beneficiem. Além dessa união, no entanto, ela é capaz de expandir horizontes e aliada à internacionalização, há a interligação da universidade com a sociedade como um todo.

Nesse diapasão, especificamente no governo Bolsonaro, a Capes (2022), por meio da Portaria n. 127, de 2022, institui o Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras (PAPRI). O PAPRI, no seu artigo segundo menciona que o foco é na pós-graduação *stricto sensu*. Conclui-se que em suas métricas no caso do ensino e extensão não são claras, contudo, o nível a ser priorizado é o da pós-graduação e, consequentemente, a pesquisa. Por outro lado, há um avanço e uma estrutura de fundamentação das políticas públicas de internacionalização da educação superior. E não só em programas isolados, como antes o CsF e o Capes-PrInt. Contudo, esse programa não teve sequência, devido não ter tido oferta de modalidade e bolsas, tampouco inscrições, conforme informações na sua portaria e site.

Nessa perspectiva, especificamente no governo Lula, a Capes assina em 27 de junho de 2024, os acordos de cooperação técnica com as fundações de apoio à pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), Goiás (Fappeg), Mato Grosso (Fapemat) e Mato Grosso do Sul (Fundect). A

parceria é resultado do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Sendo assim, a CAPES investirá até R\$ 47 milhões no programa, com a concessão 336 bolsas de doutorado, pós-doutorado e professor visitante no Brasil e no exterior, além de recursos de custeio. As fundações estaduais entrarão com contrapartidas de, pelo menos, 30% do valor total das bolsas solicitadas, podendo atingir R\$ 19 milhões (CAPES, 2024a).

Os investimentos destinados à região Centro-Oeste se referem a projetos de pesquisa em três eixos estratégicos: Bioeconomia, Biotecnologia e Biodiversidade, conduzidos pelos cursos de pós-graduação das instituições da região. O programa visa apoiar a formação voltada à pesquisa, ao desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, e à inovação sustentáveis. A parceria da CAPES com as fundações estaduais é fundamental para o desenvolvimento das diferentes regiões do País, assim como a proteção dos biomas brasileiros, incluindo as questões sociais. Essa pesquisa possui esta finalidade e pode servir de modelo para outras partes do Brasil, como a Amazônia e o Semiárido brasileiro (CAPES, 2024a).

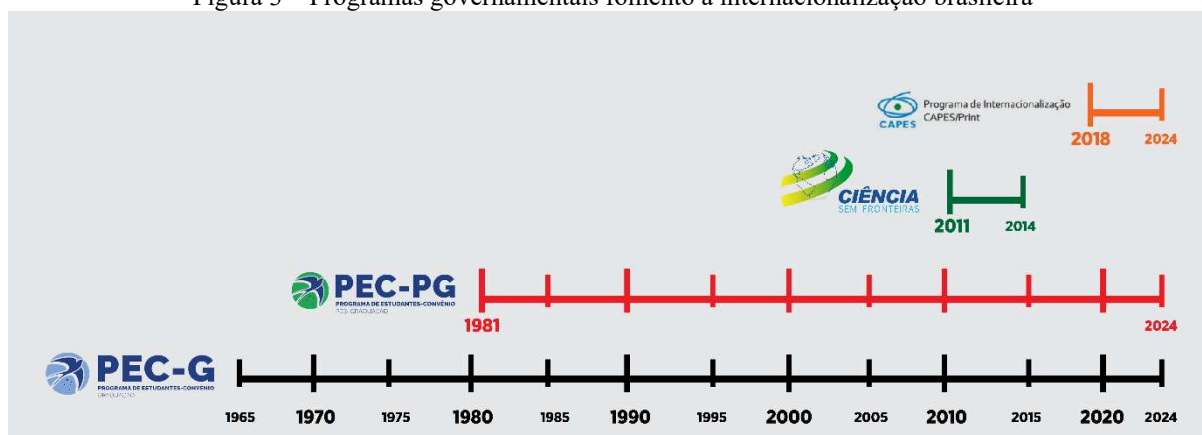
Alguns dos objetivos da iniciativa na região Centro-Oeste, que terá duração de cinco anos (2024-2027), são reduzir as desigualdades regionais, criar redes científicas, promover a internacionalização e aumentar a interação entre setores acadêmicos e empresariais. Foram selecionados 16 projetos, sendo quatro de cada unidade federativa do Centro-Oeste. Os projetos apresentados são resultados do diálogo com a pós-graduação para trazer as estratégias de que cada estado precisa. O Programa com o Centro-Oeste é a quarta ação da CAPES com as fundações estaduais firmada nos últimos quatro anos, desde 2020. Foram dois editais de Parcerias Estratégicas nos Estados, envolvendo todas as unidades da federação do País, e uma seleção de projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira. Nessas três iniciativas, estão sendo concedidas cerca de 4 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, para 180 projetos (CAPES, 2024a).

A última política de apoio à internacionalização que temos, até o fechamento deste estudo no segundo semestre de 2024, são as seleções para a contratação de oito consultores que deverão auxiliar a Capes em ações de internacionalização voltadas para a pós-graduação e a formação de professores da educação básica do Brasil. Um dos editais busca selecionar dois consultores para elaborar métodos e técnicas para ordenar e normatizar a disseminação e o acesso às informações, no que tange aos programas e ações de cooperação internacional. Em outro edital serão selecionados três consultores, dois para realizar estudos sobre a metodologia dos instrumentos de monitoramento adotada pela Capes nos programas de fomento à internacionalização da pós-graduação, e outro para validar os instrumentos, procedimentos e

mecanismos técnicos de monitoramento, por meio de aplicação experimental. No último edital serão selecionados outros três consultores para esses cargos e os três vão atuar na realização de diagnósticos sobre cooperação internacional e concessão de bolsas no exterior em ações de formação de professores da educação básica (CAPES, 2024).

À guisa de conclusão para este item, resume-se na apresentação os programas brasileiros destacados, os quais estão relacionados com o processo de internacionalização da educação superior. Segue abaixo a figura que ilustra os programas ao longo do tempo.

Figura 3 – Programas governamentais fomento à internacionalização brasileira



Fonte: CAPES (2017, 2023); MIRANDA, BISCHOFF (2018); PEC-G (2024); PEC-PG (2024).

Organização: CARVALHO (2024).

Os programas governamentais acima são os mais citados na literatura e por isso foram detalhados neste item. Nos anos de 2019 até 2022, do governo Bolsonaro, pode-se observar o lançamento do programa Papri, o qual não houve sequência nas ofertas e abertura de editais, tampouco continuidade. Nesse governo, houve uma continuação de pelo menos três programas de fomento para a internacionalização advindo de governos anteriores, a ser observado na figura 3.

Esta segunda seção trouxe o primeiro item com o surgimento do fenômeno e literatura internacional e nacional e assim reafirmou-se aqui a escolha de De Wit (2013; 2015); Hudzik (2011; 2015) e Knight; (2004; 2008); para o entendimento desta tese. Assim como, o segundo item com a inserção da internacionalização no mundo, para depois detalhar o viés brasileiro, e na terceira subseção as políticas públicas educacionais para internacionalização mundial e nacional.

3 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

A presente seção abrange três subseções principais, com base na coleta de dados primários e na primeira fase do levantamento de dados, a qual serve de ambientação do objeto de tese, para a posterior apresentação e síntese da análise de resultados na segunda subseção. As coletas primárias foram entrevistas semiestruturadas baseada no roteiro inspirados nos modelos de internacionalização universitária que servem de eixo para a análise. Os entrevistados da UFSC foram um representante de cada setor: do escritório de relações internacionais (Sinter), da pró-reitoria de pesquisa (Propesq), da pró-reitoria de pós-graduação (Propg) e da pró-reitoria de graduação (Prograd). Os dados dessa seção também se fundamentam na coleta realizada por meio da consulta a sites eletrônicos, estatutos e regimentos da UFSC. Além da observação não participante, a qual facilitou acesso a dados nas duas universidades.

3.1 UFSC: Ações do seu processo de internacionalização

Com esta subseção espera-se atingir o segundo objetivo específico desta tese, respectivamente: “Identificar as ações do processo de internacionalização das universidades federais estudadas no Brasil, UFSC e UFMS, no período de 2019 até 2022”. Ela é composta de três itens, focados somente na UFSC.

3.1.1 *Histórico universitário*

A UFSC é uma universidade federal brasileira, criada por meio da Lei n.º 3849, de 18 de dezembro de 1960, com sua central em Florianópolis, e seus cinco *campi* nas cidades de Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville. Antes da criação e constituição de sua infraestrutura física, dois nomes pioneiros participaram na história da instituição: os professores Henrique da Silva Fontes (1885-1966) e João David Ferreira Lima (1910-2001). Fontes, que foi o fundador da Faculdade Catarinense de Filosofia, engendrou o projeto da Cidade Universitária, a ser implantada em terras do governo estadual (UFSC, 2022).

O professor e desembargador Henrique Fontes esteve à frente das negociações com o governo do Estado para a cessão do terreno da Fazenda Modelo Assis Brasil. Também desenvolveu o projeto em parceria com os professores da Universidade de São Paulo (USP), Hélio de Queiroz Duarte e Ernesto Roberto de Carvalho Mange. O olhar de Fontes para aquele amplo espaço doado para a construção do campus universitário vislumbrava o desenvolvimento futuro da instituição, da região e da economia local. O projeto, com as peculiaridades da época, oferecia escolas e institutos, ensino e pesquisa, cultura, recreação e convivência a alunos e funcionários. Outra personagem importante na fundação da UFSC foi João David Ferreira Lima, nomeado o primeiro reitor em 16 de setembro de 1961. Permaneceu nesse cargo até 24 de outubro de 1972 e o acompanharam dois vice-reitores, Luiz Osvaldo D'Acâmpora (1962) e Roberto Mündel de Lacerda (1968). Ferreira Lima presidiu a sessão inaugural da Universidade, em 12 de março de 1962, ocorrida no Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), no Centro de Florianópolis. Quando a questão da localização chegou ao Conselho Universitário, no fim da década de 1960, mesmo sendo contra, desempatou a votação em favor da sede ser construída no bairro Trindade, que hoje leva seu nome. Também esteve presente na nomeação dos primeiros servidores com o presidente JK (UFSC, 2022).

Com uma história de 60 anos, a UFSC possui a missão de produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico e nesse intuito oferece diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Congrega mais de 5.600 servidores - 2.495 docentes e 3.129 técnicos-administrativos em Educação (TAEs). Em relação aos estudantes, há 1.190 na educação básica, aproximadamente 30 mil matriculados em 120 cursos de graduação (107 presenciais e 13 a distância), acima de 8 mil estudantes nos cursos *stricto sensu* (65 mestrados acadêmicos e 21 profissionais, e 56 doutorados) e, por último, 2 mil estudantes nos programas *lato sensu* (sete especializações) (UFSC, 2022).

A coleta de dados da UFSC ocorreu na Secretaria de Relações Internacionais (SINTER), na Pró-Reitoria de Pós-Graduação (Propg), na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesq) e na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).

A Sinter é um órgão executivo integrante da administração central da UFSC, diretamente vinculado ao Gabinete da Reitoria (GR). Seus objetivos fundamentais são promover a interação com organismos e IES internacionais, pesquisa, inovação tecnológica e conservatórios artísticos; apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, científica e cultural; outrossim, viabilizar o intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos (SINTER, 2022).

A Sinter tem como missão coordenar, desenvolver e expandir o processo de internacionalização da UFSC, com a finalidade de ajudar na formação de cidadãos com competências globais capazes de impactar positivamente a sociedade, colaborando para a visibilidade e inserção internacional da UFSC, em um contexto de inclusão e excelência. A sua visão é ser reconhecida pela sua excelência no processo de internacionalização da educação

superior. A Sinter possui seus valores definidos por: compromisso ético com a IES nacionais e internacionais, respeito pelas diferenças culturais, étnicas e socioeconômicas e, por último, competência e inovação (SINTER, 2022a).

Na fala do entrevistado da Sinter, há trinta anos havia um escritório internacional com uma funcionária e um professor, para receber pesquisadores e estudantes do exterior. A estrutura de 2023 é composta por quinze servidores, com política de internacionalização e inclusive políticas de línguas. Nesse ínterim, muitas ações de internacionalização foram assumidas por outros setores, a exemplo do CsF⁴⁹, a assumido pela Pró-reitoria de Graduação (Prograd). Com o edital Capes-PrInt, parte de internacionalização fica na Propg.

O entrevistado da Propesq enfatiza que evidentemente as hierarquias estão postas, e o fato de a Sinter ser uma secretaria não a coloca no nível de uma pró-reitora, nem no nível do reitor. Há hierarquias que são fixadas até pela distribuição de Eads, mas a respeito disso a horizontalidade é discutida e posta e respeitada a sua interlocução. O secretário da Sinter tem voz em todas as gestões, ele fala da política de pesquisa, estratégia, relação com o professor universitário, todos os tópicos fundamentais do colegiado da gestão estão ao alcance do secretário. O colegiado da gestão é composto pelo reitor, vice-reitora, pelos pró-reitores e secretários, esse é o desenho número um do colegiado. Há um nível dois do colegiado, o qual seria o segundo escalão, no qual estão os superintendentes e diretores. Dois formatos, o mais restrito e estratégico; e o mais largo e mais aberto para gestão.

3.1.2 O desenvolvimento da internacionalização

Conforme obtido com os entrevistados, eles são unânimes em afirmar que a internacionalização surge como demanda principal dos professores, a partir da oportunidade que daqueles que fazem ou fizeram pesquisa com universidades ou pesquisadores no exterior. Assim, o interesse se expande para seus orientandos e a rede é criada. Dessa forma, o desenvolvimento da internacionalização ocorre ao dar suporte para as ações de internacionalização das unidades-fim. Exemplos dados pelo entrevistado Sinter: acordos de duplo diploma, ofertas de serviços burocráticos para mobilidade do estudante, assim como há uma ajuda com o processo perante a Polícia Federal, para o estrangeiro se regularizar no Brasil.

A demanda, segundo o entrevistado da Prograd: “parte dos estudantes, porque os intercâmbios são sempre muito procurados e atrativos. Os estudantes sempre têm esse desejo”.

⁴⁹ Mais informações nas seções 2.2 e 2.3.

Os cursos também possuem essa demanda para poder qualificar, aumentar a pesquisa e troca de conhecimentos e saberes. Além disso, há demanda de vários setores, e da administração central. Ele acrescenta: “queremos qualificar nosso ensino, nossa pesquisa, ações conjuntas, entre outros. Os impactos são em várias camadas, não é exclusiva de um setor”. Infere-se embora haja demanda dos estudantes de graduação e pós-graduação, o entrevistado em questão aqui possui o foco nos estudantes de graduação.

O entrevistado Propesq enfatiza que a demanda em primeiro plano é de quem financia, em segundo plano de quem executa. Então, a universidade recebe pesquisadores estrangeiros que querem cooperar com a pesquisadores da UFSC. Eles querem saber as áreas de *know-how* e especialidades. Ademais, os pesquisadores brasileiros também querem cooperar com organizações internacionais. Em síntese, os entrevistados possuem pontos de vista diversos, de acordo com o público com o qual eles possuem mais contato: sendo assim, apontam para demandas diversas, que existiriam entre professores, estudantes e financiadores.

A política de internacionalização é centralizada na Sinter. Mas as ações de internacionalização são descentralizadas nos departamentos, nos centros, nas outras unidades etc. O entrevistado da Propg acrescenta que quem lidera a internacionalização na UFSC são a Sinter, a Propg e a Propesq. Como a demanda não é centralizada, há uma boa articulação entre os setores e, quando necessário, é discutido cada caso. Já o entrevistado da Propesq enfatiza que é descentralizada e democrática, porque ela comporta os fluxos de diálogo e respeito mútuo. Ele alude: “essa questão é fundamental, a questão democrática como uma experiência civilizadora, no sentido do respeito, no acolhimento e na valorização das diferenças, como elemento chave da relação”.

Na fala do entrevistado da Propg, hoje há mais de 360 IES vinculadas só com o Capes-PrInt (porque quem administra os convênios é a Sinter). As IES se mostram abertas para receber os alunos e se comprometem a não cobrar nenhuma taxa do aluno. O professor ou aluno já tem um contato com alguma instituição e dessa forma a demanda é mais pessoal do que institucional. Exemplo: há estudantes da Alemanha, mas não vieram via convênio. Na sequência, há uma manifestação de interesse institucional e menciona que não há contrapartida de valores para os estudantes. Há bastante valorização do convênio Sul-Sul. Exemplo: os dois editais Angola e Timor Leste, vêm com bolsas internacionais. A cotutela é um contrato específico com a IES, a qual buscamos fortalecer e resulta em uma dupla titulação. Contudo, o processo depende da regra da IES estrangeira, o período mínimo são 6 meses e o processo é feito pela Propg.

A referência de internacionalização é a Sinter para o entrevistado Prograd. Ademais, as coordenações de cursos são muito ativas, por estarem em contato direto com os estudantes. Sobre os acordos de dupla diplomação, são as coordenações de cursos que fazem o estudo para verificar a compatibilidade. Essas coordenações que fazem o pedido do acordo de dupla diplomação. Elas possuem um papel muito ativo, por exemplo, elas acompanham os estudantes do PEC-G. Esses são estudantes de convênios com países de língua portuguesa, mas essas coordenações acompanham esses estudantes, porque eles ficam a graduação inteira e criam vínculos. Dessa forma, os acordos de dupla diplomação, geralmente, são frutos de convênios ou de uma aproximação entre as universidades ou professores. Frutos de boas relações da pós-graduação ou pesquisa, acaba se materializando como fruto na graduação também. Sendo uma forma já bem estabelecida ou produção colaborativa, resulta nesse processo.

O entrevistado da Sinter acrescenta que as avaliações das ações são pelos *rankings* e algumas métricas de avaliações da universidade. Há o acompanhamento via demanda, conforme exemplifica o entrevistado Propg sobre os estudantes que vieram do Timor Leste, contudo, para os estudantes que retornam ao seu país não há acompanhamento.

Na visão do entrevistado da Propesq, a internacionalização é uma prioridade, porque não tem mais como fazer uma pesquisa só no Brasil. A UFSC, na condição de universidade brasileira, tem que fazer circular no país esse conhecimento que vai ser disseminado nos canais científicos, sobretudo em inglês e em publicações para especialistas fora do Brasil. O desafio é trazer o conhecimento para um nível mais simples e internacional.

3.1.3 Obstáculos históricos e atuais da internacionalização

De acordo com o entrevistado da Sinter, a experiência de internacionalização na UFSC está restrita a uma minoria. Aproximadamente 70% da sua comunidade universitária não teve contato com alguma ação de internacionalização. Exemplo pode ser desde uma aula dada por professor estrangeiro, até oportunidades de mobilidade internacional.

Ele cita também o obstáculo pela busca no entrosamento entre os setores. Exemplo: foi feito um convênio da UFSC com a Angola, a Sinter não foi envolvida no começo. Angola é o país que mais tem pedido de visto para o Brasil, sendo um país que possui muitas fraudes de documentação. Dos quinze estudantes que eram para vir, só vieram três. Nessa etapa, o setor conveniente comunicou a Sinter e assim foi percebido que o melhor é trabalhar em conjunto. O entrevistado adiciona ainda que há uma boa relação entre os setores Prograd, Propesq e

principalmente Propg. Às vezes até a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) interfere, por haver estudantes que vêm pela Unila⁵⁰ e a UFSC oferece uma bolsa melhor; dessa forma, foram definidos critérios para minimizar conflitos entre estudantes. Com a política do Brasil de receber refugiados, há essa interação entre os setores da universidade, como Prae e a Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (Proafe).

O entrevistado da Propg continua sua fala sobre o obstáculo institucional, o qual não possui recursos próprios para abrir editais abrangendo amplas ações de internacionalização. Contudo, não há como essas ações fiquem órfãs, sem um programa para dar continuidade, como é o caso do Capes-Print, que tem uma data final definida, outubro de 2024, a qual foi prorrogada devido a pandemia. A maior preocupação é que todos os editais sejam atendidos e não se devolva nada.

O entrevistado Propg alude que o importante é que fiquem claras as vantagens para a UFSC. Como o CsF que não ficou claro o retorno, mas que foi um marco para o início do processo de internacionalização. Por envolver orçamento público há que se comprovar os benefícios de uma política pública, a partir do seu lançamento e não só vontade política. Ele enfatiza que as publicações não são um retorno, deve haver uma avaliação e mensuração.

Já No edital Capes-PrInt o retorno é que pode haver um compartilhamento de conhecimento, mas não é nada obrigatório.

Em síntese, para o entrevistado da Propesq, a internacionalização possui seus desafios próprios, eles são grandes e há obstáculos também, mas só se vai enfrentá-los se houver a internacionalização. Sem a internacionalização, não há pesquisa de qualidade e o universo circunscrito é limitado. Ele enfatiza: “eu não vejo problema em uma universidade federal ser conhecida apenas na sua comunidade, atendê-la propriamente e não ter pretensões internacionais. Porém a UFSC quer ser internacional, temos que fazer frente a este desafio e no balanço final há mais benefícios do que riscos”. Ele cita o exemplo que a UFSC só conseguiu ter 15 milhões de reais, em um prédio de hidrogênio verde dado pelo governo alemão, porque possui 25 anos de pesquisa de ponta na área energia renovável. A UFSC só conseguiu 16 milhões de reais para concluir o Centro de Inovação, Pesquisa, Empreendedorismo e

⁵⁰ “A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) é um órgão de natureza jurídica autárquica, vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Ela surgiu em 2007, pela Comissão de Implantação com a proposta de criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional” (UNILA, 2024).

Tecnologia da Universidade Federal de Santa Catarina (InPETU)⁵¹ – um prédio que está sendo construído no Sapiens Parque – isso porque possui 20 anos de relação com a Petrobrás.

3.1.4 *Riscos e benefícios da internacionalização*

Para o entrevistado da Sinter, um dos benefícios é participar dos rankings que possuem a internacionalização como prioridade, como exemplo é o *ranking* THE⁵². Por outro lado, ele diz que em relação ao risco há a questão do *brain drain*, o qual está relacionado com a questão política do país e não com internacionalização. Em outros termos, se o governo investir em ciência e tecnologia, com boas ofertas de empregos e bolsas nas universidades, isso pode resultar na permanência de brasileiros no país.

Na fala do entrevistado da Sinter o risco financeiro é mais de não receber financiamento externo, porque o orçamento anual da Sinter é pequeno, mesmo contando com outras verbas, exemplo: Idiomas sem Fronteiras (IsF) 150 mil Reais por ano (cursos para promover cursos de línguas que viabilizem a mobilidade acadêmica). Por outro lado, há acordos no qual vêm a verba, e é dinheiro de uso da universidade.

Outros recursos podem vir de convênios com instituições internacionais de grande porte. Ele cita o exemplo de acordo feito com uma empresa petrolífera da Noruega, devido a uma lei que toda empresa que perfura petróleo no Brasil deve dar uma contrapartida para o país. Contudo o petróleo gera muito dinheiro, e essas oportunidades vem da internacionalização e são patrocinadas pela Sinter e a universidade que se beneficia. Por isso que os reitores e toda a UFSC devem saber da importância da internacionalização.

Conforme a entrevista na Propp, o risco financeiro é quando os estudantes vêm e não possuem recursos suficientes, e eles vêm com a intenção de angariar fundos no Brasil. Ou o contrário, os estudantes brasileiros buscam recursos no Brasil, quando estão no exterior, sendo que no Brasil há muitos serviços gratuitos, como exemplo o sistema de saúde. No exterior, há que se fazer o seguro saúde, na maioria dos casos. Portanto, o risco seria mais do estudante, nesse caso. Ele finaliza dizendo que há riscos, mas não é deixando de ter oportunidades do

⁵¹ O InPETU hub é uma comunidade, física e virtual, que tem por objetivos: promover a cultura inovadora e empreendedora; desenvolver pesquisas tecnológicas voltadas à inovação; e desenvolver e ativar o Ecossistema de Pesquisa e Inovação da região e assim fazer conexões para gerar e escalar negócios inovadores com alto potencial de crescimento (INPETU, 2024).

⁵² Vide nota 12.

desenvolvimento que irá resolver, e confirma que não há uma métrica estabelecida, sendo difícil mensurar benefícios.

Na fala do entrevistado da Propesq, sempre há risco em toda relação institucional. Principalmente no contexto de disputa cultural entre os conhecimentos que se opõem ao conhecimento científico. O momento científico racional, a informação de qualidade do jornalismo, a informação normativa da ordem do direito da política, a informação da investigação da ordem da ciência, todas essas formas de conhecimento têm sido atacadas pelo pensamento mágico, por modos de entender o mundo que se rivalizam com essas formas de conhecimento racional. O primeiro risco diz respeito a essa disputa com o processo de conhecimento. Há uma militância anticientífica, que atravessa todas as redes científicas do mundo. É contra esse fundamentalismo que nós trabalhamos cotidianamente.

Em segundo plano, para o entrevistado da Propesq, está em como mitigar os muitos riscos relacionados a uma produção científica que é cada vez mais internacional. A primeira zona de risco tem a ver com a *Open Science*, na qual prevalecem políticas de acesso aberto e contrárias a políticas de acesso fechado e remuneração das revistas, por exemplo. Esse acesso fechado, da ciência privada, com remuneração, lida contra os predadores, então é uma agenda complexa essa da *Open Science*, e todos os *hackers* que entram no circuito, operando para quebrar os direitos de acesso privado. Há também o tema das questões de imagem, o qual tem a ver com os diferentes portes das instituições. A UFSC, não apenas como uma universidade grande, teme se relacionar com universidade de menor porte e que podem ter riscos institucionais. Como assegurar que uma universidade de grande porte, como a UFSC, atue com relação a consistência/segurança da operacionalização que possam ocorrer? O entrevistado alude para o fato que as condições de oferta e operacionais da UFSC estão longe das ideais.

Na fala do entrevistado da Prograd, há o respeito às nacionalidades, trocas, diferentes perspectivas, há muito mais benefícios. Os recursos são restritos, geralmente são recursos vinculados, e a política já é específica para atender. Ele disse não visualizar riscos, mas é necessário atenção aos trâmites e acolhimento dos estudantes, para evitar falta de informação e evitar reclamações. Deve haver uma acolhida de forma organizada e próxima, de forma a fortalecer e potencializar essa cooperação.

3.2 UFSC: Políticas do seu processo de internacionalização

Com esta seção espera-se atingir o terceiro objetivo específico desta tese, respectivamente: “Analisar as políticas adotadas nos processos de internacionalização das universidades estudadas, por meio dos modelos de *Comprehensive Internationalization* (HUDZIK, 2011; AERDEN, 2014; ACE, 2022) e de estratégias organizacionais e programáticas (KNIGHT, 2004)”. Ela é composta de quatro itens, focados somente na UFSC.

3.2.1 Políticas de internacionalização na UFSC

Na visão do entrevistado da Sinter, as diretrizes das políticas de internacionalização da UFSC buscam excelência acadêmica, por meio de trocas na mobilidade acadêmica e professores, aperfeiçoamento de processos e outras realidades. Ele enfatiza que o intuito maior é universalizar o acesso à internacionalização, sendo possível na solidariedade com outros países, como aqueles que possuem realidade parecida com a do Brasil, por exemplo, na Cooperação sul-sul. Dessa forma, a internacionalização na UFSC não é só para quem tem condições econômicas, mas o escritório trabalha para poder oferecer a maior quantidade possível de oportunidades.

A política da Prograd com a internacionalização é dividida em duas interfaces, de acordo com o entrevistado dessa pró-reitoria: uma de cooperação com a Sinter em relação ao vínculo acadêmico dos estudantes; e outra como parte do currículo, em relação aos acordos de dupla diplomação. As diretrizes dessa política seria também incentivar a cooperação sul-sul, há um convênio grande com as instituições de Montevideo, universidades da América do Sul. Há também uma iniciativa por parte da Sinter de realizar convênios, principalmente com universidades africanas e sul global. Apesar que receber estudantes da Europa é algo mais consolidado. Essa seria uma diretriz principal para além do que já está consolidado. Ademais, há uma recente ação da tradução do histórico escolar para o inglês.

Conforme o entrevistado da Propesq: “a política de internacionalização é vista como resultado, condição ou forma de implementar a política de pesquisa e inovação na UFSC”. Essa política foca na geração de oportunidades, na qual vários pesquisadores possam aprender a dialogar com outras áreas. Segundo ele: “os grandes problemas da humanidade não serão resolvidos somente com especialidades”. O outro foco é direcionado para as oportunidades de

recursos, isto porque, ainda conforme o entrevistado Propesq, “Viemos de oito anos sem investimentos em pesquisa, então podemos ganhar ao compartilhar os casos que temos”. Há a questão e a responsabilidade por manter esses recursos, ao buscar financiamentos para que as necessidades operacionais sejam supridas.

Ainda na fala do entrevistado Propesq, há a questão da produção de igualdade, “[...] de modo que as desigualdades da sociedade refletem no meio científico, nas hierarquias e estruturas do mundo científico – como exemplo [um objetivo] seria aumentar o número de pessoas negras entre os docentes. Sobretudo investir na igualdade entre homens e mulheres professores”. Hoje há 45% de mulheres professoras e nos projetos financiados acima de 1 milhão de Reais, a UFSC possui somente 15% desses projetos. Ele resume a produção de igualdade cujo “intuito é triplicar a presença desses investimentos das mulheres na universidade e sendo uma maneira de dar apoio e visibilidade ao trabalho delas”.

Dessa forma, o entrevistado da Propesq informa como ocorre a internacionalização na UFSC. Por exemplo: temos uma reunião com a Fapesc para saber como ela vai dar suporte aos contatos feitos no ano passado com as universidades de Japão e Singapura. Todavia, já existem projetos para se conectar com eles, mas precisa de dinheiro e aportes de 100 ou 150 mil para fazer missões. Mandar uma equipe e trazer uma equipe, para poder fazermos avançar na cooperação bilateral.

À medida que a universidade cresce, na fala do entrevistado Propesq, as áreas de pesquisa e inovação tem que ter uma atenção autônoma, separada da pós-graduação. “Nós temos um colegiado no Brasil que é o colégio de pró-reitores de pesquisa e inovação. Esse colegiado será ascendido no próximo período, porque senão a temática de pós-graduação domina o restante. Caso contrário o debate de pesquisa e inovação fica secundário”.

Conforme obtido em entrevista na Propesq, ele resume a política sendo operacionalizada com chamadas públicas de projetos, depois pela articulação e conexão dos projetos e principais fontes de financiamentos. Isso para poder conectar o suporte institucional permanente aos eventos.

A análise dos dados partiu das informações disponibilizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI⁵³ - da UFSC para o período de 2015 a 2019 e que neste caso específico trata-se de

⁵³ Para estabelecer a política da internacionalização, torna-se primordial a análise da atual conjuntura da instituição incluindo visão, missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O MEC estabeleceu pelo Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006, sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de

um documento e instrumento de planejamento, a ser considerado dentro da gestão estratégica, que caracteriza a identidade institucional. Nele estão definidas a missão e a visão de futuro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas para o alcance de seus objetivos e metas (PDI UFSC 2015-2019, p.7).

Neste documento foram analisadas as propostas e intenções sobre o tema da internacionalização no âmbito da Universidade. No conjunto de objetivos apresentados no PDI, a internacionalização aparece em dois momentos: o primeiro relacionado à política de acolhimento, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes de graduação e pós-graduação (Objetivo 5), cuja meta é “Colaborar para a integração acadêmica de estudantes estrangeiros matriculados na instituição, favorecendo a internacionalização com qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSC”.

Já o Objetivo 13 apresenta de maneira específica as metas quanto à ampliação da internacionalização das atividades da UFSC: Incrementar ações e projetos de cooperação internacional; Fomentar a cooperação institucional, interinstitucional, nacional e internacional em redes de pesquisa, principalmente as de alta complexidade; Fomentar a participação de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos em eventos científicos internacionais para apresentação de trabalhos; Ampliar a publicação em revistas indexadas em bases de referência internacional; Incentivar o intercâmbio internacional do corpo discente e programas de dupla titulação e de cotutela.

Na sequência, o documento apresenta como meta da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sob competência da Coordenadoria de Bolsas (CBO), a “ampliação da inserção nacional e da internacionalização da pós-graduação da UFSC”, afirmando em seguida que a interação entre a Propg e os programas de pós-graduação facilitam ações que objetivam a melhoria da inserção nacional nos projetos de Doutorado Interinstitucional (Dinter) e de Mestrado Interinstitucional (Minter), e da inserção internacional nos diversos programas de internacionalização, tais como Erasmus Mundus, Bolsas de Doutorado Sanduíche, Professor Visitante Estrangeiro, pós-doutorados no exterior, recebimento de doutores para realizar pós-doutorado na UFSC, além do estímulo ao estabelecimento de convênios que permitam a dupla titulação doutoral e a cotutela.

Ainda ao analisar o PDI, no capítulo 4, ao tratar sobre Inovações e Interações Institucionais, há um subtópico que apresenta as Interações Institucionais Nacionais e

educação superior no sistema federal de ensino, dispõe de uma nova adequação dos procedimentos de elaboração e análise do PDI (BRASIL, 2006; 2018). O PDI é um instrumento que está em consonância com o novo paradigma de gestão pública: exigência de qualidade, transparência, autonomia e desempenho. Isto para controle do governo e, sobretudo, pela sociedade.

Internacionais, o qual avalia que “A UFSC tem um bom histórico no quesito internacionalização, e desfruta de uma posição confortável em qualquer ranking nacional sobre o tema, sempre entre os dez primeiros lugares.” O subtópico segue mencionando o estado atual (naquele momento de redação do PDI), no qual “em torno de 2% dos estudantes da UFSC são internacionais, de intercâmbio temporário (graduação sanduíche) ou alunos convênios (PEC-G, PEC-PG, PAEC-GCUB), e 10% dos estudantes regulares da UFSC têm realizado intercâmbio no exterior”.

Por fim, o documento apresenta a meta traçada para a internacionalização:

A UFSC deve ter como meta, ao final do atual quinquênio, um mínimo de 5% da população estudantil da graduação como internacionais e pelo menos 5% de seus alunos da graduação em intercâmbio, o que projeta 25% dos alunos terem experiência internacional. Na pós-graduação, pelo menos 50% dos doutorandos devem realizar sanduíche ou cotutela. Dentre os docentes, devem-se estimular as colaborações científicas internacionais, bem como oferecer também aos técnicos a oportunidade de aperfeiçoamento no exterior (PDI UFSC 2015-2019, p. 106).

Adicionalmente, o documento apresenta uma narrativa sobre a internacionalização que a UFSC quer, a partir de convênios com outras instituições e apoio nacional de fomento às ações. Dessa forma, a temática Internacionalização foi apresentada no PDI da UFSC para o quadriênio 2015-2019. O Relatório de Acompanhamento do PDI 2015-2019 foi um documento publicado em 2020 a fim de “trazer uma compreensão, a partir de dados, acerca de como a Universidade atuou para concretizar seus objetivos e metas estabelecidos no PDI 2015-2019” (p. 1).

Acerca da internacionalização, o presente documento faz menção no subtópico relacionado ao desempenho da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. De acordo com o relatado, “nos anos de 2018 e 2019, a PROPG passou por uma readequação significativa em função das novas diretrizes de internacionalização da UFSC. Vários procedimentos vêm sendo revistos e readequados” (Relatório de Acompanhamento do PDI, p. 52). No entanto, não há detalhes sobre tais procedimentos e readequações ou quais os resultados dessas medidas nas ações específicas voltadas à internacionalização, uma vez que tal detalhamento relaciona-se de maneira geral à estrutura organizacional e administrativa da unidade, não sendo possível identificar o caso específico em questão. O tópico encerra com a avaliação sobre o impulso proporcionado pela aprovação do projeto Capes-PrInt, envolvendo missões de professores estrangeiros e implantação de algumas disciplinas em EaD Internacional.

O PDI da UFSC (2020-2024) foi o documento norteador das ações de Internacionalização da UFSC e que apresenta o objetivo de consolidar o processo de

internacionalização da UFSC nos quatro anos subsequentes (a partir de 2020). O documento apresenta as políticas e diretrizes de internacionalização para expressar os parâmetros nos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão para o alcance da visão. No PDI da UFSC (2020-2024) define-se a internacionalização como um de seus valores como área transversal, que se relaciona entre as sete áreas de sua atuação acadêmica: daí que se espera o esforço de todos para alcançar a internacionalização da IES em seu conjunto. Neste PDI a internacionalização é trabalhada de duas formas: a internacionalização em casa e no exterior. Também há ressalva para internacionalização dos STAEs, além da formação continuada dos docentes em redes internacionais (UFSC, 2022a).

Dessa forma, o Plano de Internacionalização da UFSC é mais uma ferramenta de apoio às ações de internacionalização, com políticas, diretrizes, normas e metas a serem seguidas visando a alcançar seus objetivos no espaço de tempo desejado. As definições das competências estão elencadas no documento, onde são apontadas as ações e respectivos setores de responsabilidade. Nesse sentido, percebe-se que houve uma definição na distribuição de responsabilidade de acordo com as atividades.

3.2.2 *Capes-PrInt*

O entrevistado da Proppg informa que a política de internacionalização começou com o Capes-PrInt em 2017, desenvolvendo-se no final de 2018 e indo à prática em 2019. Como o edital exigia que fosse administrado na Pró-reitoria de Pós-graduação e com um setor específico, então surgiu a internacionalização Proppg. Não havia setor específico ou pessoas específicas para pós, já existiam os DSEs (editais de balcões) gerais da Capes. A coordenadoria de internacionalização surgiu no contexto de cumprir o edital do Capes-PrInt. A demanda de trabalho aumentou consideravelmente, havia editais isolados, mas não que fosse administrado pela pró-reitoria.

São 27 subprojetos que compõem o grande edital Capes-PrInt, segundo o entrevistado da Proppg. O plano de avaliação institucional também foi desenvolvido nesse momento do Capes-PrInt e havia uma política específica da UFSC, a qual somente os programas avaliados com notas 5, 6 e 7 eram contemplados, isso causou uma tensão nos programas. Em suma, o entrevistado conclui que não dá para se assumir que há uma política de internacionalização da UFSC, porque acabou nascendo mais por uma exigência do edital do que por uma política planejada e estruturada. Após um ano de execução do projeto veio a pandemia, como

consequência há uma procura maior a partir de 2023, pelo tempo que ficou sem haver mobilidade, por exemplo. Há o grupo gestor do Capes-PrInt, mas é exigência do edital, sendo formado por professores pesquisadores com produtividade no CNPq.

Na explicação do entrevistado da Propp, o Capes-PrInt possui um quantitativo de bolsas, a UFSC distribui em áreas temáticas em cinco níveis diferentes. O rateio é conforme essa classificação inicial, há programas que possuem diferentes quantidades de bolsas. Cada subprojeto pode englobar vários programas de pós-graduação porque quem participa do Capes-PrInt não participa dos outros editais, como o PDSE da Capes. Isso complica, porque há programas que preferem participar de outros editais e por isso não querem estar no Capes-PrInt. A Propp precisa garantir que todos estarão cientes dos editais disponíveis, porém não é uma tarefa fácil essa divulgação, inclusive devido ao fato do Capes-PrInt possuir uma data final - outubro de 2024 - a qual foi prorrogada, devido a pandemia.

3.2.3 *Outras políticas governamentais para internacionalização*

As bolsas Capes são administradas conforme cada IES. No caso da UFSC, elas ficam em cada Programa de Pós-graduação, que depois enviam os resultados para a Propp. O entrevistado Propp menciona: “acaba que havia muitas diferenças em cada processo seletivo, sendo assim, resolvemos centralizar na Propp até mesmo por questões legais. Em 2021 não houve, 2022 e 2023 foram centralizados. No final [a] Propp envia os nomes pra Capes e ela administra as bolsas”.

O entrevistado da Propp relata que os outros editais, como o doutorado sanduíche da Capes, são descentralizados por cada programa. O lado bom é ter mais autonomia, porém a UFSC não centraliza as informações. Na teoria o sistema da UFSC traz os dados dos alunos, sendo que a secretaria de cada programa de pós deveria registrar que o estudante está fazendo o intercâmbio, por exemplo. Assim, a Propp conseguiria ter os dados específicos das bolsas.

O entrevistado Propp continua sua fala sobre os registros de dados, ele diz que os programas de excelência 6 e 7 tem total autonomia para fazê-lo. Contudo, a comunicação ainda tem que ser aprimorada para obter esses dados mais reais. Bolsas como as da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc)⁵⁴ não são rastreadas,

⁵⁴ A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, com 26 anos completados em 9 de janeiro de 2023, tem como objetivo trazer a inovação para a forma como a fundação se apresenta, valorizando o conhecimento e as pessoas (FAPESC, 2024).

porque cada uma possui seu sistema. A forma que teria de obter esses dados seria através do sistema da UFSC, mas que depende de as secretarias alimentarem, informando se há bolsa ou não. O problema é que cada secretaria possui muita rotatividade.

Sobre a assertividade de dados das bolsas no sistema UFSC, o entrevistado da Propg salienta que isso deveria ser incentivado porque essas informações contam para a avaliação do programa. Há problemas como rotatividade de pessoal e vários sistemas para alimentar, como exemplo: há três sistemas para alimentar dados e os Programas acabam focando na plataforma Sucupira. Dessa forma, os dados sobre internacionalização para a administração da UFSC ficam falhos.

O entrevistado da Propg informou que a Capes sinalizou que vai dar continuidade às ações de internacionalização, mas não se sabe como será na prática. Políticas como o CsF tiveram suas críticas, cada um com sua realidade local. Há muitos projetos de custeio também onde não há a contabilidade. Houve a sinalização que vai haver editais para programas de excelência e em consolidação. Saiu antes da mudança de governo, então não se sabe se vai ser revogado ou continuado. Na opinião do entrevistado, algumas questões operacionais deveriam ser reavaliadas, mediante a avaliação final.

Na visão do entrevistado da Propg, o Papri⁵⁵ só menciona a ponta, no caso a pós-graduação, e não a pesquisa e extensão, esse seria um novo programa de internacionalização da pós.

O entrevistado da Prograd informa que há uma expectativa de haver alguma outra política do governo federal, como o CsF, mas não foi sinalizado. São programas de impacto de governos anteriores, que podem ser reeditados. Contudo, a UFSC não possui nenhuma informação. A UFSC acompanha as ações da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e dos colegiados internos do país, no incentivo a mobilidade interna no país. Contudo para o exterior, não há um acompanhamento.

O Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e o *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM) são convênios que perduraram um pouco mais que o CsF. Houve pesquisa recente que a UFSC foi a segunda IES que mais recebe estudantes PEC-G. Assim, as universidades vão sobrevivendo sem um subsídio direcionado para a internacionalização vindo do governo federal, mas às vezes com programas de mais longevidade e com menos recursos, mas que conseguem ser mantidos.

⁵⁵ Mais informações no item 2.3.2

3.2.4 Políticas e práticas para corpo docente e administrativo

O entrevistado da Propg informou ainda sobre as duas modalidades de bolsa Capes para professor e técnico. O corpo docente possui uma modalidade exclusiva, como a de professor visitante no exterior, com duração de 3 a 6 meses. Por outro lado, o técnico possui a bolsa capacitação de 1 a 3 meses. Contudo, ela não é exclusiva, sendo que o técnico pode pegar uma licença de curta duração, que permite o afastamento, diferentemente da licença capacitação (antiga licença prêmio). O técnico deve estar vinculado à internacionalização da pós-graduação e ele deve buscar a carta de aceite da IES estrangeira. Exemplo: em 2023 houve um técnico que foi da UFSC para Austrália e uma TAE que veio de Buenos Aires. Na fala do entrevistado Prograd: “Isso irá enriquecer o trabalho deles lá, assim como os daqui podem ir e ver como funciona a gestão lá”.

O entrevistado da Propg informa que o que delimita a possibilidade de recebimento da bolsa é a proficiência em línguas, embora no caso do professor visitante a Capes não exija proficiência. Conclui-se que a proficiência em línguas abre portas para editais como esse de capacitação do técnico. Além disso, embora as ações de internacionalização sejam ofertadas para todos os segmentos envolvidos na universidade, os técnicos, no entanto, utilizam em menor quantidade, comparados com o corpo docente, devido muitas vezes à falta de visão de sua aplicabilidade na própria rotina de trabalho, na visão dos entrevistados da Sinter e Propg.

Para os servidores da Prograd, as dificuldades são algo que vem mais da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Prodgesp). Além disso, existe uma ordem de prioridade, uma escala: em primeiro lugar, docente e, depois, TAE (técnicos de assuntos educacionais). Também conta o fato de ser uma procura individual: a Prograd não possui uma política específica, vai muito do interesse do servidor e do que a Prodgesp regula sobre o tema. Exemplo: concessão ou não da licença capacitação de três meses, para que o servidor possa sair do país para pesquisa.

Também pela Prograd há a possibilidade de contratar professor substituto para os que saem para licença de pós-doutoramento, de seis meses até um ano, isso é uma forma de incentivo. Assim os departamentos ficam mais confortáveis de não haver a falta nas funções de um professor. O professor também pode sair do país com ônus (diárias e passagens), para estabelecer convênios e parcerias nas pesquisas conjuntas, redes de possibilidades.

As oportunidades podem viabilizar projetos de larga escala, de grande impacto, dupla relevância e o pesquisador liderar isso, segundo o entrevistado da Propesq. No segundo momento, ele diz: “Estamos no fim de um ciclo de escassez absoluta de recursos. Dessa forma,

os recursos institucionais que deveriam ser destinados a fundos de pesquisa, hoje estão sendo direcionados para pagar bolsas de iniciação científica”. A UFSC coopera com os pesquisadores pagando 300 bolsas e o CNPQ paga 1600 bolsas, sendo que dessas 300, a maioria são internacionais. Sobre recursos ele menciona:

Recursos maiores para financiar a internacionalização, por enquanto, nós não temos e talvez a gente não tenha, porque é muito caro. Contudo, nós temos operado [com] os projetos de pesquisa, os quais trazem mais recursos para a cooperação internacional, em continuidade. (ENTREVISTADO PROPESQ, 2023)

Sobre riscos na capacitação de docentes e técnicos, o entrevistado da Propesq enfatiza que há risco sim, o primeiro é institucional de ir alargando fortemente, sendo que nossa capacidade de dar atendimento a parte de suporte dos projetos ser limitada. Dessa forma, os riscos seriam administrar o ritmo de geração de oportunidades e em paralelo ter capacidade de dar suporte.

O segundo risco tem a ver com o *gap* de conhecimento e os desafios que mexem com a interação entre equipes internacionais de pesquisa. A ideia de cooperar é ótima, mas não é certo que as equipes internacionais se entenderão. A princípio há as diferenças epistemológicas, e a cultura dos pesquisadores do Brasil e de fora são diferentes. Portanto, não é automático que os pesquisadores se compreendam mutuamente. Quanto maior o projeto de pesquisa, mais diferença de culturas aparecem. Por exemplo: há um projeto com 37 países envolvidos de todos os continentes. Para começar, há a dificuldade em falar, todos falam em inglês e cada um com seu sotaque. No nível epistemológico há tradições de pensamentos diferentes. Por exemplo, há um bloco de pesquisadores formados numa tradição funcionalista e outro na hermenêutica, há risco de eles entrarem em conflito no processo, por formas de pensamentos diferentes.

O terceiro risco é daquele projeto que eles enviam as ferramentas, e não enviam o projeto. O projeto está todo na conversa, não foi recebido nenhum *script* da pesquisa:

Eu posso ir a campo, tenho a ferramenta, sei o que eles querem, contudo, eles não enviaram o script do projeto. Na nossa visão isso é um absurdo lógico, para padronizar as equipes internacionais de pesquisa é necessário um movimento lógico e básico. O projeto precisa de um título e indicações escritas para todos saberem o que é desejado, e são dois principais pesquisadores do mundo de Israel. É uma situação constrangedora, porque a sensação é de sermos amadores, em termos que solicitar essa informação básica, e já possuí pesquisa de campo feita em outros países. Dessa forma, o comitê de ética só vai se posicionar quando tiver a informação correta. (ENTREVISTADO PROPESQ, 2023).

3.3 UFSC: Síntese

A finalidade desta última seção é construir a síntese da internacionalização na UFSC, resultados das proposições apresentadas. Inicialmente, apresenta-se o quadro 9, no qual se ilustra, resumidamente, o que foi trabalhado no processo de internacionalização da UFSC. Na sequência, há a apresentação dos resultados de maior destaque.

Quadro 9 – Internacionalização UFSC

ITENS EM DESTAQUE	AÇÕES INTERNACIONALIZAÇÃO
Histórico	- Escritório de RI há mais de 30 anos, hoje a Sinter (secretaria) possui voz nos dois níveis dos colegiados de gestão; - Começo com edital Capes-PrInt na Propg.
Desenvolvimento	Demanda: professores e alunos; frutos das pesquisas ou acordos de dupla diplomação; estudantes que querem fazer intercâmbio; vários setores e administração central; Oferta: toda a UFSC, contudo técnicos utilizam menos; Avaliação: obrigatória por ser política pública; <i>rankings</i>, algumas outras métricas; - Centralizada na Sinter e descentralizada nos departamentos, centros, unidades; - Conhecimento mais simples e nível internacional.
Obstáculos	- Restrição à minoria dos efetivos da UFSC (alunos, professores e técnicos); Desafio: busca pelo efetivo trabalho em conjunto pelos setores da universidade; - Deve haver uma avaliação e comprovação do retorno pelo fato de envolver orçamento público.
Riscos	Financeiros, da universidade e dos estudantes; <i>Brain-drain</i> (questão política); - Disputa cultural que se opõe ao conhecimento científico; Mitigar riscos: comunidade científica internacional, exemplo: acesso aberto x fechado; bom acolhimento dos estudantes estrangeiros.
Benefícios	- Participação <i>rankings</i>; - Acordos trazem verba devido à legislação brasileira; - Não há métrica, difícil mensurar benefícios; - Respeito às nacionalidades, trocas, diferentes perspectivas, aumentar e qualificar o ensino e a pesquisa, além da troca de conhecimentos e saberes; resulta no impacto em várias camadas; - Sem internacionalização, o universo científico fica limitado e não há qualidade em pesquisa.
ITENS EM DESTAQUE	POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO
Políticas UFSC	- Universalizar o acesso da maior quantidade de ações para todos os setores da UFSC; - Resultado, condição ou forma de implementar a política de pesquisa e inovação na UFSC, alinhados com seu PDI; - Sequência: geração de oportunidades -> oportunidades de recursos -> manter recursos -> produção de igualdade; - Parcerias com Fapesc para efetivar acordos bilaterais; - Chamadas públicas de projetos, articulação e conexão; Propeq: Diferenciar políticas para pós-graduação, da pesquisa e inovação; Prograd: cooperação Sinter, vínculo com estudante e currículo para acordos de dupla diplomação, além da tradução do histórico escolar para inglês.
Capes-PrInt	Propg: 27 subprojetos, aumento da demanda de trabalho; - Plano avaliação institucional;

	• Professores pesquisadores com produtividade CNPQ. • Programas com diferentes quantidades de bolsas.
Outras políticas	• Editais Capes, editais Fapesc; • CsF: marco internacionalização, críticas, finalizado; • Falta assertividade de dados das bolsas e intercâmbios, por problemas como rotatividade e vários sistemas para alimentar (como Plataforma Sucupira); • Futura continuidade de editais e ações pela Capes; • PEC-G, PEC-PG e AUGM, eles perduraram mais que o CsF; recepção de refugiados.
Políticas corpo docente e administrativo	• Bolsa Capes professor visitante no exterior – 3 a 6 meses e sem proficiência em línguas; • Bolsa Capacitação para técnico – 1 a 3 meses e exige proficiência em línguas; • Professor substituto – 6 meses até 1 ano, para sair de licença de pós-doutorado; • Professor sai com ônus (diárias e passagens) – estabelecer convênios e parcerias nas pesquisas conjuntas, redes de possibilidades internacionais; • Bolsas: 300 pela UFSC (maioria internacional) e 1600 pelo CNPq, após ciclo de escassez absoluta; • Obstáculos: proficiência em línguas, para técnicos falta de aplicabilidade na área. • Riscos: dificuldade de os pesquisadores darem suporte e entendimento mútuo com pesquisadores internacionais.

Fonte: Carvalho (2024).

Nesta síntese para apresentação dos resultados obtidos na UFSC, se faz necessário retomar aqui os Modelos de Internacionalização da Educação Superior, a partir das Estratégias Organizacionais e Programáticas de Knight (2004), e o *Comprehensive Internationalization* de Hudzki (2011) e ACE (2022). De acordo com a prática empírica, baseada nos roteiros de entrevistas e nas respostas obtidas, verificou-se a necessidade de suprimir alguns itens, os quais foram feitos à medida que os dados foram apresentados, assim como alguns itens foram destacados. Este resultou nos itens do quadro 10 anteriormente apresentado, o qual foi aplicado como categoria de análise, para apresentação dos resultados das entrevistas da UFSC.

Na sequência, ao visualizar o quadro 10 e comparar com a teoria apresentada nos itens anteriores da seção 2, é possível apresentar a verificação, após a triangulação de dados obtidos na pesquisa empírica. Assim, a UFSC possui os requisitos mínimos e flexíveis para que ocorra sua internacionalização, de acordo com os itens dos modelos referenciais.

O que se pode observar é que nas ações do processo de internacionalização da UFSC, ela possui o escritório de relações internacionais há mais de 30 anos e que hoje as ações são centralizadas na sua secretaria, a Sinter, que possui voz nos colegiados de gestão e conta com aproximadamente 15 servidores focados nas suas atividades. Sua gestão é descentralizada e democrática, por isso seu gestor reconhece que é um desafio o efetivo trabalho em conjunto com os diversos setores da universidade para criar as condições e controlar as ações de internacionalização, como por exemplo o edital de fomento Capes-PrInt, que possui sua gestão na Propg.

O entrevistado (ENTREVISTADO SINTER, 2023) reconhece e identifica a demanda de professores e alunos, e que a oferta é para todos. A gestão da UFSC, portanto, reconhece os obstáculos do processo, como busca aumentar o quantitativo de pessoas que pode se beneficiar de suas ações. Foi citado que deve haver uma avaliação maior do retorno das ações, pois envolve orçamento e recursos públicos. Assim como os riscos da internacionalização são financeiros para universidade e estudantes, por outro lado, a questão do *brain-drain* (fuga de cérebros) é vista como uma questão política, devido ao governo não oferecer políticas de incentivo para o pesquisador voltar para o país de origem, no caso, o Brasil.

As universidades em geral são afetadas pela falta de recursos financeiros, o que impede a maioria das ações de acontecerem. Os gestores entrevistados na UFSC também se preocupam com esse risco, contudo, é possível ver que muitas ações ocorrem continuamente. Uma vez que o grande impulso vem de editais de fomento do governo federal, a falta destes afeta as universidades federais brasileiras como um todo. Ao observar isso, uma medida protetiva seria buscar editais para a internacionalização que ocorram de modo local e regional.

Além disso, os entrevistados consideram que os benefícios são de difícil mensuração, contudo, a internacionalização permite participar e ter visibilidade através dos *rankings*, afora os acordos que trazem verba no cumprimento da legislação brasileira. Os entrevistados da UFSC são unânimes em afirmar que a internacionalização proporciona troca de conhecimento, o que melhora a qualidade da pesquisa e ensino, além de toda a troca internacional que é efetuada.

O que se pode observar na parte de políticas é que há uma gama de oferta de serviços, programas, projetos, entre outros, sendo ofertados na UFSC. São oferecidas várias opções, inclusive projetos e programas sobre as questões atuais de nível global e nacional, assim como há mobilidade *incoming*, *outgoing* e virtual. Há diversos programas com vários países, há estágios e pesquisas em conjunto internacionalmente, além dos acordos de cooperação. No entanto, os entrevistados enfatizam que é preciso trabalhar melhor seu quantitativo de ofertas, pois todos precisam saber e se interessar pelas possibilidades, só assim ela irá se empenhar para ter mais requisitos para participar. Apesar disso, consideram que há um esforço consciente e um trabalho para aumentar o quantitativo de acordos, dessa forma irá aumentar sua colaboração em pesquisas e fomento, também vindo do amparo da legislação brasileira.

Um ponto relevante da política institucional, é que os gestores da UFSC sabem o porquê a instituição deve se internacionalizar e o que a internacionalização significa para ela. Em relação à missão, sabem o que deseja obter ao se tornar internacional, assim como se

identifica no seu PDI. Isso significa que se tornar internacional não é só uma questão de inserção global, mas também atender os seus propósitos firmados no PDI perante a sociedade. Suas pró-reitorias possuem ações de internacionalização e trabalham para terem mais parcerias, cooperações e editais de fomento, o que é imprescindível para a internacionalização acontecer.

Houve um destaque para o edital Capes-PrInt, que é centralizado na Propp e com grupo gestor, por exigência do edital, sendo formado por professores pesquisadores com produtividade no CNPq. Em suma, há 27 subprojetos dentro deste edital e o que se conclui que não dá para se assumir que havia uma intencionalidade de que a política de internacionalização da UFSC fosse também nesta direção, mas isso acabou ocorrendo mais por uma exigência do edital do que por uma política planejada e estruturada.

Em relação ao acesso aos dados de internacionalização na UFSC pode-se apontar dificuldades no acesso às informações, devida a problemas de alimentação dos sistemas e difusão das ações em setores, unidades, programas e faculdades. Assim os editais Capes ficam na Propp, as bolsas Fapesc não são rastreadas, e há algumas outras ações que não são alimentadas no sistema UFSC. Contudo, a UFSC possui e fortalece a cooperação Sul-Sul, além da AUGM, PEC-G e PEC-PG.

O que se pode depreender é que há uma política de internacionalização na UFSC, que parte dela se realiza na Sinter. Outra parte se configura na Propp, específica para atender o Capes-PrInt e outros editais Capes, como antes houve o edital CsF na Prograd. A política de internacionalização é centralizada na Sinter, entretanto, as ações de internacionalização são descentralizadas nos departamentos, o que ainda coloca como desafio a necessidade de uma coordenação e articulação dessas ações, facilitando dessa forma o alinhamento destas políticas.

Também há algumas falas para se pontuar aqui: “vimos de oito anos sem investimentos em pesquisa, então podemos ganhar ao compartilhar os casos que temos”; “estamos no fim de um ciclo de escassez absoluta de recursos”; “... os recursos institucionais que deveriam ser destinados a fundos de pesquisa, hoje estão sendo direcionados para pagar bolsas de iniciação científica”. O que se pode inferir é que desde 2015 não houve muito investimento na educação e pesquisas, principalmente internacionais.

Em relação às práticas e políticas do corpo docente e *staff*, pode-se inferir que é algo a melhorar, principalmente pelo fato de haver mais políticas e incentivos para professores do que para os técnicos administrativos. Esse fato se deve à falta de visibilidade de como aplicar tal conhecimento na área de trabalho, para os técnicos. Outra questão é o obstáculo em relação à proficiência em línguas, que facilita a obtenção de bolsas e participação em editais, mas

dificulta se não se cumprir este requisito. Esses dois pontos, tanto a viabilidade de recursos e a proficiência no inglês, dificulta a possibilidade de internacionalização para os trabalhadores da UFSC.

Ademais, conforme informado, há a questão da falta de clareza e utilidade da mobilidade para o *staff*. Isso corrobora a questão das diretrizes de contratação, pois ambas as universidades não exigem a proficiência, ou mesmo experiência internacional. Indubitavelmente, as universidades devem enfatizar em sua política a importância de docentes e *staff* construir competências interculturais e incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e serviços.

Em consonância com o objetivo 4 (ODS4), das Nações Unidas, no item 4.c,

Até 2030, [as IES devem] substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (UN, 2024).

O relato dos servidores da UFSC conflui com as ofertas nas universidades nessa ação de internacionalização. A mobilidade proporciona a cooperação internacional e trocas entre professores de países em contexto divergentes, o que provoca o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências, dos que experienciam essas oportunidades. Por conseguinte, auxiliam em atingir esse ODS.

A internacionalização, como política pública para a educação superior, se insere como uma estratégia importante para incentivo e compartilhamento da ciência no mundo globalizado. A internacionalização na UFSC, instituição estudada, é vista como um processo contínuo, entretanto, para que esse processo tenha sucesso progressivo, é preciso que todas as partes envolvidas estejam em sintonia. Para cumprir com o objetivo da pesquisa - avaliar suas ações de internacionalização no período de 2019-2022 - segundo os dados obtidos, e a partir das informações disponíveis nos documentos pesquisados, foi possível estabelecer uma relação entre as ações com suas políticas de internacionalização.

Na verdade, os dados obtidos nos PDIs apenas relatam de maneira genérica sobre a estrutura organizacional, compromissos nas ações de internacionalização e setores ou órgãos responsáveis, porém, sem apresentar informações detalhadas das ações, destacando de modo quantitativo os projetos ou número de envolvidos contemplados na temática da internacionalização. Todavia, a partir dos relatórios de gestão da Sinter e entrevistas foi possível realizar a comparação entre alguns aspectos mencionados nos documentos. Conforme

destacado no respectivo tópico, verificou-se a diminuição de indivíduos da UFSC (discentes, docentes e STAEs) contemplados em oportunidades internacionais. O aumento verificado foi em relação a estudantes da graduação e pós-graduação estrangeiros que desenvolveram atividades na UFSC (*incoming*).

A partir dessas informações, ao fazer um comparativo com a meta de internacionalização apresentada no PDI 2015-2019, verifica-se que houve pouquíssimo avanço nesse sentido, uma vez que os números não se aproximam dos 25% de estudantes de graduação ou 50% dos doutorados com experiência internacional mencionados na meta. Entretanto, pode-se confirmar pelas entrevistas que há incentivo para técnicos participarem de ações de internacionalização. A UFSC conseguiu, pelo Programa ESCALA de Estudantes de Graduação da Associação de Universidades Grupo Montevideu (convênio AUGM), um técnico vindo da Argentina; e enviou outro para Austrália, pela Bolsa Capacitação. São pequenas ações que os técnicos aptos a participar e que podem participar de oportunidades ofertadas.

A partir de 2018, possivelmente após a implantação do Capes-PrInt, percebeu-se que houve o acréscimo de informações sobre internacionalização, porém sem os detalhes quantitativos de discentes/docentes envolvidos, ou projetos em vigência. As informações relatadas no relatório Sinter (2022) trazem os dados mais claros em relação a tudo que envolve internacionalização, desde informações de mobilidade por cada convênio ou intercâmbio virtual; programas; diplomas de egressos; acordos de dupla diplomação ou cooperação internacional, entre outros. Infere-se que houve aumento na transparência de informações das ações de internacionalização, assim como sincronia na gestão de atividades e informações. O que se comprova pela informação que o relatório Sinter 2022 está vinculado ao Planejamento Estratégico da Secretaria, estruturado a partir do PDI 2020-2024, do Plano de Gestão de Riscos, dos eixos fundamentais e das prioridades da gestão iniciada em junho de 2022.

A partir da consideração dessas informações, com base na metodologia utilizada e documentos disponíveis, considera-se que o objetivo proposto foi atendido, pois as conclusões se deram a partir das informações contidas nos documentos institucionais, e principalmente, pelos dados obtidos nas entrevistas. Nessa perspectiva, a internacionalização da UFSC possui suas políticas institucionais que, juntamente com as políticas nacionais governamentais, procuram suprir a lacuna de ações necessárias e verificar de maneira mais efetiva o andamento e implementação da internacionalização na instituição.

4 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

A presente seção abrange três subseções principais, com base na coleta de dados primários e na primeira fase do levantamento de dados, a qual serve de ambientação do objeto de tese, para a posterior apresentação e síntese da análise de resultados na segunda subseção. As coletas primárias foram entrevistas semiestruturadas baseada no roteiro acerca dos modelos de internacionalização universitária, anteriormente citados. Os entrevistados da UFMS foram um representante de cada um dos seguintes setores: do escritório de relações internacionais (Serin - Aginova) e da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp).

Os dados dessa seção também se fundamentam na coleta realizada por meio da consulta à sites eletrônicos, estatutos e regimentos da UFMS. Além da observação não participante, a qual facilitou acesso a dados nas duas universidades.

4.1 UFMS: Ações do seu processo de internacionalização

Com esta seção espera-se atingir o segundo objetivo específico desta tese, respectivamente: “Identificar as ações do processo de internacionalização das universidades federais estudadas no Brasil, UFSC e UFMS, no período de 2019 até 2022”. Ela é composta de três subitens, focados somente na UFMS.

4.1.1 *Histórico universitário*

A UFMS é uma Instituição Federal que é mantida com recursos públicos. Ela teve sua criação em 1962, com a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, que seria uma experiência embrionária da educação superior no Sul do antigo Estado de Mato Grosso. Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG): reformulando-se a estrutura anterior, instituiu-se departamentos e criou-se o curso de Medicina (UFMS, 2023b).

O Governo de Estado de Mato Grosso, em 1967, instalou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de educação superior. Integrando os Institutos de Campo Grande,

Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados, sendo incorporados à UEMT. Da mesma forma o então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674 de 05 de julho de 1979, assinada pelo então presidente João Batista Figueiredo (UFMS, 2023b).

A UFMS possui nove unidades no interior do estado: em Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas e a sua unidade central em Campo Grande, na capital. São 37.237 mil alunos pelo complexo UFMS (distribuídos em 22 cidades), onde oferece 138 cursos de graduação presenciais e 11 de Educação à Distância (EaD). Na pós-graduação *stricto sensu*, a UFMS possui 40 programas e 68 cursos, sendo 36 mestrados acadêmicos, 11 mestrados profissionais e 21 doutorados. A pós-graduação *lato sensu* possui 32 cursos, dos quais 25 são de residência médica; e 17 de especialização, relacionados à distintas áreas de especialização universitária e multiprofissional (UFMS; 2022, 2023b, 2024).

A coleta de dados da UFMS ocorreu na Secretaria de Relações Internacionais (Serin) da Agência de Internacionalização (Aginova) e na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propp).

Desde janeiro de 2017, a UFMS criou a Aginova (Agência de Internacionalização e de Inovação, denominada em 2021), onde se estabeleceu a Divisão de Relações Internacionais (AGINOVA, 2023). Compete a essa divisão, dentro da agência, atuação em diversas frentes, como prospectar convênios e parcerias, assessorar funções de gestão executivas de relação internacional, apoiar professores, estudantes e técnicos-administrativos nas atividades de aprimoramento profissional fora do Brasil, acompanhar e monitorar as políticas de internacionalização de forma integrada com unidades técnicas e, principalmente, buscar promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural e artístico entre a UFMS e outros órgãos internacionais (AGINOVA, 2023a).

4.1.2 O desenvolvimento da internacionalização

A UFMS possui uma política institucional de internacionalização, segundo o entrevistado da Aginova desde os anos 2000, sendo que a última versão é de 2021 (Resolução n. 112, do COUN. Ela prova a política institucional de internacionalização e traz oito eixos estratégicos que vão direcionar as ações de internacionalização na UFMS, desde a gestão da política de internacionalização e acompanhamento dos indicadores, que é feito por meio do Comitê de Gestão de Internacionalização, Inclusão e Ações Afirmativas (CGIIA). Há vários comitês, e eles abrangem diversas iniciativas da UFMS. A título de exemplo, há o Comitê de Governança Fiscal e o Comitê de Gestão de Riscos, Dados e Controle.

O entrevistado Aginova explica que, dentro da internacionalização, as estratégias, as ações definidas são acompanhadas e monitoradas por meio do CGIIA. Este, inclusive é um dos eixos estratégicos previsto dentro da política de internacionalização. Além disso, os outros eixos estratégicos estão relacionados a questões de: a) parcerias internacionais e política de capacitação e qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo, com olhar para a internacionalização, a partir da política linguística; b) as áreas temáticas prioritárias que estão relacionadas à política de internacionalização: ecologia, produção de alimentos, cidades inteligentes, agronegócios e bioeconomia, que são temáticas estratégicas para o desenvolvimento tanto da UFMS, quanto do Estado de Mato Grosso do Sul.

A existência da Aginova, conforme o entrevistado da agência, reflete a prioridade com que a UFMS lida com a internacionalização. Sendo uma unidade da administração central que está no mesmo nível das pró-reitorias⁵⁶, e junto com elas compõe o núcleo de 11 unidades da administração central de gestão da universidade, tendo assento no Conselho Diretor do Conselho Universitário, sendo então conselheiro. Isso significa que a internacionalização é diretamente representada nos órgãos superiores.

Muitas universidades têm um setor de relações internacionais, na visão do entrevistado Aginova, mas nem todas têm essa característica. Às vezes é uma secretaria, às vezes uma assessoria, a maioria das vezes ligadas direto à reitoria, e a UFMS possui essa característica de estar dentro de uma agência, como uma unidade da administração central. Agência que possui como responsabilidade a internacionalização e a inovação. Também é uma característica específica da UFMS, ou seja, um diferencial.

⁵⁶ Em 2024, a UFMS (2024) possui há 7 pró-reitorias, e 4 agências.

Exatamente por ser uma unidade de administração central, a interlocução com a administração central, no caso a Reitoria, é direta e constante, segundo o entrevistado Aginova. A Reitoria participa ativamente da gestão em todas as unidades, na definição dos planejamentos estratégicos dessa unidade. Todo ano é assinado um contrato de gestão, que equivale a um compromisso com toda a UFMS e com a gestão da universidade, no qual são elencadas ações que serão desenvolvidas ao longo do ano. Sobre a questão de ser centralizada ou descentralizada, não existe uma centralização total em relação à reitoria, pois o Reitor e seus assessores descentralizam as decisões, embora participem ativamente do diálogo para a construção dos planos estratégicos de cada unidade.

O tripé tradicional das universidades traz as pró-reitorias envolvidas no processo de internacionalização, na fala do entrevistado da Aginova. Também na UFMS todo o processo de mobilidade passa pelo acompanhamento da gestão da pró-reitoria de graduação (Prograd), além de alguns programas de ingresso específicos para o público internacional, como o PEC-G. Por outro lado, a pesquisa é com a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp).

Além disso, as demandas partem de lugares variados: dos pesquisadores que querem colaboração internacional nas suas pesquisas e nas suas atividades científicas. Outrossim, há a demanda de internacionalização dos próprios estudantes de graduação que querem fazer um intercâmbio, uma mobilidade, passar um período de curta duração ou maior duração, fazer uma dupla diplomação. Exemplo: há cinco estudantes, primeiros estudantes nossos, que foram para Camerino, na Itália, para fazer a dupla diplomação. Eles passaram um ano e meio lá, acabaram de chegar agora em setembro de 2023, e esse um ano e meio vai permitir que eles saiam com diploma tanto da UFMS, quanto da Universidade de Camerino. Assim como os estudantes italianos envolvidos recebem os dois diplomas. A versão do diploma estará em inglês, mas pode ser pedida a tradução. É que o diploma é emitido na língua original, mas se está em processo de fazer uma sistematização para sair também a versão em inglês dos diplomas. O diploma em inglês é expedido sob demanda: na Aginova há uma unidade de apoio que é para a interpretação e tradução. É um serviço implantado recentemente no órgão.

A avaliação, para o entrevistado Aginova, se dá pelo principal ranking que é o *Times Higher Education*, o QS, o *ranking* de Shanghai, são alguns *rankings* que a UFMS se relaciona no nível internacional. As universidades acabam adotando como referência, assim, a UFMS acaba participando também. Há uma diretoria de avaliação institucional (DIAVI), que é responsável por fazer esse processo de participação da UFMS nos *rankings*.

4.1.3 Obstáculos históricos e atuais; riscos e benefícios da internacionalização

Uma grande barreira para a internacionalização de universidades brasileiras é a questão financeira. Quando se olha a internacionalização do ponto de vista da mobilidade da graduação e pós-graduação, da cooperação no nível da pesquisa, ainda há alguma barreira, devido a muitas vezes os destinos procurados estarem no hemisfério Norte, Estados Unidos e a Europa, há uma desvantagem da questão do câmbio. Dessa forma, a questão financeira acaba representando uma barreira significativa, só que isso não é impeditivo. Se olharmos, especialmente, a cooperação Sul-Sul, a ideia é que as dificuldades financeiras sejam minimizadas. Mesmo assim, ainda continua sendo um papel importante a ser considerado a parte financeira, na visão do entrevistado da Aginova.

Em relação a risco, de acordo com mesmo entrevistado, não há risco financeiro em se investir demais na internacionalização, por ela ser um investimento, por um lado. Os dados vão aparecer, eles vão ocorrer, bem como os resultados importantes no nível do ensino e, principalmente, pesquisa e extensão.

A mobilidade, por outro lado, acaba produzindo um resultado que está mais fortemente relacionado ao estudante, do que propriamente à instituição. É característica da mobilidade, porque é a pessoa que vivencia, o que não é só no nível técnico. Ela acaba tendo uma vivência numa outra cultura, num país diferente, então isso acaba ficando muito na pessoa, sendo um diferencial para quem participa da mobilidade, o que também traz benefícios institucionais. Todo estudante, toda pessoa que faz mobilidade acaba sendo um embaixador da instituição, representando a UFMS. E isso abre portas para que a UFMS tenha novas mobilidades, como a colaboração no nível da pesquisa. A título de exemplo, muitas vezes um aluno de graduação é acompanhado por um professor da UFMS e, às vezes, vai estabelecer um contato e vai começar uma colaboração no nível da pesquisa. Então, institucionalmente também há resultados. E são esses resultados que se espera.

Ele também comenta que o número ideal seria muito mais mobilidades acontecendo. Mas, infelizmente a questão financeira é fundamental, e devido a essa dificuldade, a mobilidade acaba sendo um grande desafio para as universidades brasileiras. Dessa forma, o Brasil, como um país de dimensões intercontinentais, muitas vezes a mobilidade seria passar um período em outras IES brasileiras, por exemplo, de um estado para o outro. Também há dificuldades de atrair estudantes internacionais para as universidades brasileiras, principalmente aquelas

localizadas nos pontos mais interioranos do país. O olhar do estudante europeu ou do estudante americano recai primeiro na região mais próxima do litoral e dos grandes centros.

A UFMS tem se posicionado cada vez mais internacionalmente por meio das missões. Como por exemplo a missão para Seattle, na Universidade de Washington, a UFMS possui um acordo com eles. As ações que têm sido organizadas até o momento, estão relacionadas com o Direito. A UFMS recebeu uma delegação deles recentemente, e vamos tentar desdobrar para outras áreas. Ao mostrar a UFMS como uma universidade que está localizada nesse estado, o qual tem vários biomas, como o Pantanal, traz esse posicionamento que se tem tentado fazer de um modo mais efetivo internacionalmente. Para isso, essas missões estão sendo fundamentais: principalmente para que eles tenham esse olhar distinto sobre nossa região.

Já o entrevistado da Propp relata que os riscos da internacionalização podem estar relacionados a não continuidade de editais, ou muitas mudanças de regras na troca de um projeto para outro, como dentro do edital Capes-PrInt, por exemplo. O edital Capes-PrInt na UFMS é composto de 4 temas e 5 projetos, em cada projeto há a possibilidade de vagas nas seguintes modalidades: doutorado sanduíche, o qual faz parte do doutorado no exterior e com período mínimo 6 meses até 1 ano; Professor Visitante Sênior ou Júnior (menos de 10 anos de experiência), o qual vai do Brasil para o exterior e com período de 3 até 12 meses; Capacitação em cursos de curta duração (*summer/winter schools*) e com período de meio mês até 3 meses, com bolsas no País; Professor Visitante no País (a universidade recebe o professor estrangeiro por um período de 6 até 12 meses); Jovem Talento com Experiência no Exterior, com período de 6 até 36 meses; Pós-Doutorado com Experiência no Exterior, para período de 6 até 36 meses.

Os projetos do Capes-PrInt possuem vários riscos técnicos de não acontecer conforme o planejado, conforme o entrevistado Propp. O fato se deve a várias intercorrências: por exemplo, se quem foi aprovado desistir da vaga, se o pesquisador desistir antes da chamada, até consegue repor a vaga; mas se for durante a seleção, abre uma janela e não consegue repor a vaga. Consequentemente, se perde a verba, devido a não utilização do recurso de um ano para o ano seguinte.

Do mesmo modo, o entrevistado Propp acrescenta o exemplo de que pode haver a troca do coordenador de um projeto contido no Capes-PrInt. Desse modo, o novo coordenador pode querer mudar o planejamento e não se adequar com o anterior ou até mesmo desistir de seguir com o projeto antes programado. Em um projeto há possibilidade de haver vagas para professor visitante no país, sendo que o professor estrangeiro que vem para o Brasil, conforme o planejamento do projeto, pode lecionar em inglês, dar palestras (15 a 30 dias), entre outras

atividades. Desse modo, dentre a mudança no calendário do projeto e até sua real chegada, muitas intercorrências podem acontecer, isso interfere no que foi planejado anteriormente e as ações podem não ocorrer de fato.

Mais riscos no edital Capes-PrInt, segundo o entrevistado Propp, são devido a regras como: pode haver uma troca de modalidades de vagas do projeto, desde que não resulte na falta de recurso, de outro modo é impossível. Por motivo de haver a diferença no período de indicação de bolsas e o período de início da bolsa, há um prazo de 90 dias e isso se torna bem engessado. Uma melhoria seria os prazos não serem taxativos, ou seja, haver uma liberdade maior, para não correr o risco de o não cumprimento e não aproveitamento das verbas. Pois, quando não há indicação em tempo, abre-se uma janela e depois uma nova indicação, o que pode dificultar ou mesmo não ocorrer a ação proposta.

Isso ocorre devido ao pesquisador não conseguir se programar em tempo hábil, por conta de sua vida pessoal ou profissional, e ele não conseguir participar do edital e chamada. O entrevistado adiciona que durante o Capes-PrInt planejado em 2018, e com a ocorrência da Pandemia em 2020, alguns pesquisadores desistiram ou ficaram com receio, o que mudou o planejamento: mesmo com prorrogação, diversos pesquisadores não puderam ir e o projeto inicial do professor ficou prejudicado.

4.2 UFMS: Políticas do seu processo de internacionalização

Com esta seção espera-se atingir o terceiro objetivo específico desta tese, respectivamente: “Analisar as políticas adotadas nos processos de internacionalização das universidades estudadas, por meio dos modelos de *Comprehensive Internationalization* (HUDZIK, 2011; AERDEN, 2014; ACE, 2022) e de estratégias organizacionais e programáticas (KNIGHT, 2004)”. Ela é composta de quatro itens, focados somente na UFMS.

4.2.1 Políticas de internacionalização na UFMS

Se a política orçamentária é ditada pelo MEC, independente disso, busca-se fazer a internacionalização, porque é prioridade institucional, segundo o entrevistado Aginova. Para se ter uma ideia das dificuldades, a UFMS tem um orçamento para 2023 no mesmo nível de 2019. Os custos aumentando sistematicamente ao longo do tempo, os custos operacionais aumentam, como a energia, o valor de contratos, de manutenção.

Além disso, a UFMS aumentou muito o número de alunos nos últimos anos, na contramão de todas as outras universidades, todos perdem estudantes, a UFMS está ganhando estudantes. Por meio dessas ações de ingresso, de trabalhar as vagas ociosas e olhar para ver o que está acontecendo, é uma gestão bem reativa, bem séria nesse sentido. Mesmo assim, com orçamento ainda de 5 anos atrás, então é muito difícil. Quando se fala de internacionalização, vai aparecer uma coisa muito longe, porque não consegue, às vezes fazer o básico, que é pagar a luz e a água.

As políticas de internacionalização da UFMS envolvem várias ações, conforme o entrevistado Aginova. Na parte da cooperação internacional, ela envolve a celebração de instrumentos de parceria com as universidades internacionais e outras instituições internacionais. O que foi potencializado bastante nos últimos anos, no sentido de qualificá-la:

[...] antes tinha muitos instrumentos que era celebrado, mas não se desdobrava em resultados em ações específicas. Procurou efetivar mais, para resultar em ações específicas, permitir uma mobilidade, uma colaboração dentro da pesquisa, permitir a realização de workshops em conjunto” (ENTREVISTADO AGINOVA, 2023).

Essas parcerias foram qualificadas ao longo dos últimos anos e, com isso, há um *portfólio* de parcerias internacionais.

Em seguida, a principal ação é promover aos pesquisadores e interessados essas parcerias, enfatiza o entrevistado Aginova. No nível da mobilidade, há participação de instrumentos de parcerias com programas de mobilidades e redes parceiras bilaterais. Há um edital de fluxo contínuo para mobilidade, ele é aberto o ano todo e conforme surgem as oportunidades nas áreas, elas são atualizadas no site Aginova.

Atualmente, há o programa que se chama Bramex, Brasil-México, UFMS faz parte de um grupo de universidades brasileiras, que é o Projeto Um, é um grupo de cooperação internacional de universidades brasileiras. Nesse momento, há várias vagas ofertadas para duas universidades no México, e recebe estudantes mexicanos aqui também de graduação. Há outros programas de mobilidade específicos com universidades, há um acordo com a Universidade do Porto, que é o que mais resulta em mobilidades.

Há uma oferta de um professor francês, ele é recebido pela UFMS com uma bolsa. Ele veio em 2023, gostou e teve a possibilidade de renovar, então foi renovado para 2024. Ele desenvolve um curso de capacitação em francês, para a UFMS em geral, e no nível básico. Ademais, ele desenvolve um clube de conversação na prática em literatura francesa.

O entrevistado Aginova continua sua exemplificação mencionando que há um edital para selecionar *startups* em Mato Grosso do sul, para passarem o período de incubação e aceleração (processos da inovação) no exterior. Eles passariam um ano no parque tecnológico de Aveiro, em Portugal, em novembro de 2023. Foram selecionadas quatro *startups* do Mato Grosso Sul, em áreas prioritárias do estado. Um representante dessa *startup* vai receber uma bolsa para desenvolver *startups* para além do mercado nacional. É um programa inovador, a Aginova tem tentado aliar a inovação com a internacionalização, porque essa colaboração e essa amplitude dos mercados inovadores são essenciais para o desenvolvimento econômico, ambiental e social do Estado do MS. Eles foram selecionados e estão passando por um processo de capacitação para a internacionalização.

Foram definidas algumas áreas prioritárias, mas são bem amplas, como economia, tecnologia, entre outras. Isso permitiu uma amplitude em áreas que são estratégicas no desenvolvimento do estado, mas ainda tem quatro delas que estão em vias de chegar lá. A característica da Aginova, além de trabalhar diretamente com a Internacionalização e Inovação, é a unidade responsável por uma parceria institucional em todo os níveis. Então, há muitas parcerias. Essa ação, por exemplo, é resultado de uma parceria nossa com o governo do Estado (MS) e com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (Fundect)⁵⁷, que está financiando esse programa, com a *startup* Sesi Clientes, que é ligada à Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS), que vai desenhar o programa. Ele está desenvolvendo tudo com UFMS, e com o Parque Tecnológico de Aveiro. É um conjunto de instituições que vão viabilizar essa ação. Há oportunidades de desenvolver esses programas, por ser agência e ter esse diferencial de estrutura organizacional.

Além disso, como já citado para a UFSC, a administração pública contemporânea utiliza, como ferramenta para seu planejamento estratégico o PDI, com duração de cinco anos, que é um documento obrigatório para todas as IES. Busca-se estabelecer uma linguagem comum e única na definição da missão, visão e cultura, assim como suas estratégias para atingir metas e objetivos de desenvolvimento à longo prazo. Por meio da avaliação de desempenho e da transparência na gestão, há o avanço na capacidade de administração de demandas diversas

⁵⁷ A Fundect é vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC), e foi criada pela Lei n. 1.860, de 03 de julho de 1998. É pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Sua finalidade é conceder apoio financeiro e incentivar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação relevantes para o desenvolvimento econômico, cultural e social de Mato Grosso do Sul, executados por pesquisadores vinculados a Instituições de ensino e/ou pesquisa, públicas ou privadas localizadas no Estado (FUNDECT, 2024).

e complexas, resultando no atendimento aos objetivos estratégicos da instituição, para o exercício da cidadania (UFMS, 2019).

O realinhamento das ações e metas estratégicas juntos com o PDI possibilita, ainda, a definição de mecanismos de priorização no atendimento dos planos, considerando que as demandas são ilimitadas e os recursos são escassos. Tal racionalidade de recursos (material, de pessoal e financeiro, entre outros), possibilitou o planejamento estratégico dos programas a serem executados, assim como, as metas de desenvolvimento da UFMS para as gestões demarcadas pelos PDI's 2015-2019 e 2020-2024 (UFMS; 2019, 2024b).

Desta forma, os PDI's 2015-2019 e 2020-2024 foram elaborados de acordo com as demandas comuns da instituição, o que identificou as fragilidades e potencialidades da UFMS. Assim, as diretrizes contidas nestes planos se ajustam com o desempenho das ações institucionais. Segue a fala do Pró-Reitor Propp da UFMS (UFMS, 2019, p.1):

Para a internacionalização, a UFMS trabalha com oito eixos estratégicos norteadores, entre eles, consolidar o Comitê de Internacionalização, promover internacionalização nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* e nos Grupos de Pesquisa e nos cursos de graduação, consolidar política linguística institucional, parcerias internacionais, fortalecer política de acolhimento e recepção de estrangeiros, consolidar política de capacitação e qualificação docente e técnico-administrativo com vistas à internacionalização e consolidar a política de empreendedorismo e inovação da UFMS voltada à internacionalização.

Com intuito de delimitar e focar no tema de internacionalização na UFMS, ela possui em suas áreas estratégicas definidas a integração e fortalecimento da pesquisa, extensão e inovação em âmbito internacional. A internacionalização é estratégia fundamental para a construção de uma governança pública universitária voltada para o conceito de excelência e de resultados. O Plano de Internacionalização (PINT) da UFMS, normatizado pela Resolução n. 80, COUN, de 30 de agosto de 2018, já citado, modificado em 2021, estabelece procedimentos, normas, estratégias, estrutura e governança para o Plano Institucional de Internacionalização na UFMS (UFMS; 2019, 2024b).

A UFMS possui o papel de abarcar essa política pública, porém de acordo com os dados apresentados no PDI que descrevem as metas a serem atingidas pela instituição no quesito apresentado, outrossim, adotam as seguintes diretrizes (2020-2024): consolidar o Comitê de Gestão de Inclusão, Internacionalização e Ações Afirmativas (CGIIAF); promover internacionalização nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* e nos Grupos de Pesquisa e nos cursos de graduação, por meio de editais específicos; consolidar a política linguística institucional; consolidar parcerias internacionais; fortalecer a política de acolhimento e

recepção de estrangeiros; consolidar a política de capacitação e qualificação de professores e técnico-administrativos com vistas à internacionalização; e consolidar a política de empreendedorismo e inovação da UFMS voltada à internacionalização (UFMS, 2024b).

4.2.2 *Capes-PrInt*

O Capes-PrInt foi uma proposta de 2017, e segundo o entrevistado Aginova naquele momento alguns projetos foram contemplados dentro das áreas que estão previstas na política de internacionalização. Contudo, as áreas abrangem outras frentes e não são só essas dentro do projeto do Capes-PrInt. Esse foi um projeto específico relacionado às áreas prioritárias e as estratégicas, mas as áreas estratégicas são maiores do que os projetos do Capes-PrInt. Apesar que o Capes-PrInt possui uma característica dos projetos, às vezes, multiáreas, acaba que abrange uma boa parte das áreas prioritárias. Por exemplo: a área de etnias não está no Capes-PrInt, mas faz parte das áreas prioritárias da internacionalização.

Continua o entrevistado da Aginova a dizer que a agência acompanha todo o processo de internacionalização da universidade. Contudo, a relação do Capes-PrInt é com a Propp, pelas atividades serem, principalmente, na pesquisa. Há muita colaboração entre pesquisadores, característica do projeto que visa fortalecer a colaboração no nível da pesquisa.

O entrevistado enfatiza que o importante ao falar de internacionalização é que diferentes abordagens podem ser adotadas. Por exemplo: alguns *rankings* que têm o eixo internacionalização, na verificação do modo como é calculado, alguns deles colocam o número de publicações em conjunto com instituições internacionais, outros nem vão mencionar isso, mas a maioria dispõe. Dessa forma, essa parceria no nível da pesquisa, acaba tendo bastante eficácia na promoção dessas publicações e resultados científicos em conjunto, acabam sendo fortemente contemplados com os projetos do Capes-PrInt, no nível da internacionalização e da pesquisa.

De acordo com o entrevistado Propp, o Programa Institucional de Internacionalização da CAPES foi iniciado com o Edital nº 41/2017, para seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização das IES ou de Institutos de Pesquisa (IP) que tenham Programas de Pós-Graduação (PPGs) recomendados pela Capes no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização. Este programa ficou denominado como Capes-PrInt.

Ele cita que os objetivos do programa são: fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas

áreas do conhecimento por elas priorizadas; estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação; ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas; promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*, com cooperação internacional; fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional; integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização.

O entrevistado Propp faz ressalva para os itens financiáveis do projeto: auxílio para Missões de Trabalho no Exterior; recursos para Manutenção de Projetos; bolsas no Exterior e no país. As bolsas no exterior são: Doutorado Sanduíche; Professor Visitante Júnior (antigo pós-doutorado, com vínculo empregatício); Professor Visitante Sênior (antigo estágio sênior no exterior); Capacitação em cursos de curta duração ou *summer/winter schools* (não utilizado na UFMS). Por outro lado, as bolsas no País são: Jovem Talento (não utilizado na UFMS); Professor Visitante; Pós-Doutorado. A UFMS obteve aprovação e financiamento para 4 Temas e 5 Projetos de Cooperação Internacional (PCI). Os temas foram: Cidades Inteligentes; Ecologia, Biomas e Sistemas Sustentáveis; Saúde Humana e Saúde Animal e Novos Materiais.

O entrevistado Propp conclui que a internacionalização contribuiu muito para a mudança de conceito ou permanência na excelência dos PPG's, o impacto foi positivo. Ele reitera mais informações, que além das bolsas fora disponibilizado um recurso para cada coordenador e Pró-Reitor para elaboração de parcerias e acordos. Essa disponibilização foi de um cartão de auxílio pesquisador (AUXPE) com valores pré acordados no início do projeto, com finalidade de realizar novas parcerias e acordos, contribuindo para a política de internacionalização. Contudo, a Portaria CAPES 132/2016, que estabeleceu o auxílio diário para viagens no país e no exterior aos beneficiários dos Programas da Capes e seus convidados, apresenta valores desatualizados, devido a Pandemia e a alta do dólar, o que reduziu a quantidade de viagens ou interesse para tal finalidade. O cartão permite a ida do coordenador ou Pró-Reitor, bem como os docentes da UFMS, que fazem parte do projeto. Ademais, ele permite também que um docente estrangeiro possa vir ao Brasil, desde que faça parte do Projeto do PrInt.

Os riscos existentes no Capes-PrInt e que foram vivenciados, alude o entrevistado Propp, foram sobre lidar com os efeitos da Pandemia, bem como a dificuldade de mobilidade de alunos em doutoramento. O planejamento realizado inicialmente ao projeto ficou

desestabilizado, pois houve dificuldades em trazer docentes ou enviar alunos/docentes para fora do País, os custos de passagem e moradia ficaram mais caras e não houve mudança/atualização na legislação de conversão da bolsa.

Outra dificuldade observada, principalmente nas bolsas de doutorado sanduíche, foi quanto aos alunos em dificuldades quanto à proficiência, limitando-se a quantidade de alunos que conseguem realizar o TOEFL ou proficiência com exigência semelhante. Houve uma atualização na metade de 2023 que permitiu a utilização do DUOLINGO como proficiência, facilitando a realização da prova. O problema é que na maioria das demais proficiências o aluno tinha que pesquisar um local físico para realizar a prova, o que poderia ser em outra cidade, e tinha que arcar com os custos para realizar essa viagem. Após a pandemia algumas escolas passaram a ofertar também a proficiência online.

4.2.3 *Outras políticas governamentais para internacionalização*

Em relação a chamadas para alunos da graduação e pós-graduação por editais, o entrevistado Aginova menciona as opções como mobilidade, intercâmbio, pesquisas, publicações, participação em eventos internacionais, entre outras que configuram estratégias para apoiar o público com a participação internacional através de editais. A participação em programas externos, como o Fulbright, é disponibilizada, pois a UFMS dá visibilidade aos mesmos, conforme a aderência.

Há um programa de nível federal, por exemplo, o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (ARCU-SUL)⁵⁸, que é um programa de acreditação e conhecimento de cursos no Mercosul. É um programa que ficou parado durante muito tempo, ele foi retomado agora por esse novo governo, sendo que em 2013, 2014, até

⁵⁸ O sistema Arcu-sul possui o objetivo de dar garantia pública, na região do Mercosul e dos estados associados, dos níveis de qualidade acadêmicos e científicos dos cursos. Os países participantes são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A acreditação segue critérios regionais elaborados por comissões consultivas, sob a coordenação da Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana). Esse mecanismo respeita as legislações nacionais, e a adesão por parte das instituições de educação superior é voluntária. O Inep é responsável pela sua operacionalização no Brasil e é executor do sistema de avaliação nacional das IES e de cursos de graduação. As ações do instituto produzem indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulação, exercido pelo MEC, quanto garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade. O sistema busca a melhoria permanente da formação das pessoas, com padrões de qualidade requeridos para a promoção do desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Visa também a consolidação de uma sociedade do conhecimento e da formação de profissionais no campo científico regional, voltados à constituição de um mundo de igualdade e de paz, no qual prevaleça a responsabilidade, a defesa dos direitos humanos, o meio ambiente e a cooperação solidária (ARCU-SUL, 2024).

2022, não ocorreu nada em termos de novas creditações. No ano de 2023, ele foi retomado e agora está em processo de tentativa de acreditação de cinco cursos, engenharia elétrica, engenharia de computação, enfermagem, veterinária e ergonomia. A partir do momento que eles são acreditados, eles passam a fazer parte dessa rede.

Na sequência, o entrevistado Aginova enfatiza que há uma série de ações que são desenvolvidas entre os cursos pertencentes a essa rede, como o programa Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca)⁵⁹. Ele é um programa de mobilidade para os cursos acreditados no ARCU-SUL. Isso vai permitir a mobilidade tanto dos discentes, docentes e técnicos-administrativos, para os cursos que fazem parte dessa rede. É importante porque vem recursos para abrir as formas de mobilidade para esses cursos que fazem parte da rede.

É a primeira vez que a UFMS está participando do ARCU-SUL, segundo o entrevistado Aginova, já que ela não teve cursos acreditados em 2022. Em 2023, quando saiu essa chamada, houve a inclusão desses cursos, teve avaliação *in loco* e híbrida. Teve avaliações nacionais e internacionais, após esse processo de avaliação, espera-se conseguir a acreditação desses cursos, sendo que a chamada foi só para essas áreas. O entrevistado continua sua fala:

A UFMS recebeu no evento da Zicosur⁶⁰, a Jaqueline Schultz, que é a coordenadora de assuntos internacionais da educação superior do MEC, SESU, que cuida das universidades. Ela é responsável pela internacionalização, ela palestrou e está com a questão do ARCU-SUL para 2024 e com importantes ações para as universidades.

Em suma, há programas externos aos quais a UFMS vem aderindo conforme os mesmos foram se tornando disponíveis, principalmente no âmbito das parcerias Sul-Sul.

Em 2023, o entrevistado Aginova menciona que houve o encontro da Rede Zicosur. Zicosur, como já citado, é a zona de integração do Centro-Oeste e da América do Sul, em diversos níveis. A Zicosur universitária é a rede de universidades dessa zona. Há o trabalho com universidades parceiras e com os nossos vizinhos, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Peru, além do Brasil. Esse é um exemplo da cooperação sul-sul. Foi a primeira vez que a UFMS

⁵⁹ A Capes e a Secretaria de Educação Superior do Mec são responsáveis pela administração do programa Marca no Brasil. Ele foi desenvolvido e implementado pelo Setor Educacional do Mercosul atendendo a duas prioridades do planejamento estratégico do setor: a melhoria da qualidade acadêmica, por meio de sistemas de avaliação e acreditação, e a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países. Estudantes destes cursos de graduação podem se candidatar a um intercâmbio de um semestre letivo em uma instituição de outro país (MARCA, 2024).

⁶⁰ Zicosur Universitário é um Grupo de Universidades Públicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru. Ele atua em programas conjuntos para fortalecer a integração regional acadêmica e, por fim, consolidar o intercâmbio nas áreas de ensino, pesquisa e extensão (ZICOSUR, 2024).

realizou o evento da Zicosur, é uma rede que a UFMS quer ajudar a fortalecer e potencializar. A UFMS acaba sendo uma importante referência para as demais universidades, por estar em uma posição completamente estratégica, dessa forma há a responsabilidade de ajudar essa rede a crescer cada vez mais.

No governo federal, o entrevistado Aginova menciona que a novidade trazida pela Jaqueline Shultz, da Sesu/Mec é que, em 2024, vai ter uma ação orçamentária específica para a internacionalização. Ou seja, vai haver um recurso específico que só pode ser usado para ações de internacionalização. Isso nunca ocorreu antes, o que não quer dizer que vai resolver todas as demandas, pode ser que venha pouca verba e não seja possível fazer muito. Mas já é um indicativo que a internacionalização está com enfoque estratégico.

Outras ações que têm recurso específico, como o programa de Idiomas sem Fronteiras (IsF), consegue desenvolver algumas ações específicas para línguas. A UFMS não fazia parte da rede do IsF nos últimos anos, mas em 2023 houve adesão. A rede também estava um pouco confusa nos últimos anos.

A UFMS, na visão do entrevistado da Aginova, têm sido bem ativa nos últimos anos, especialmente nas parcerias institucionais e com os entes privados, com outros órgãos públicos, com ministérios e projetos em conjunto. A UFMS conseguiu trazer mais recursos com cada projeto que desenvolve, conseguiu arrecadar e ter mais recursos para direcionar às ações prioritárias, sendo que a internacionalização é uma delas. Há um programa institucional e um projeto de desenvolvimento institucional, por meio do qual há uma destinação financeira para apoiar essas ações de internacionalização, que prevê lançar edital de bolsas para mobilidade em 2023 e 2024. Tudo isso não seria possível se não houvesse essas parcerias para desenvolver esses projetos e arrecadar mais recursos e direcionar para as áreas prioritárias. A UFMS investe na internacionalização, apesar das dificuldades de não ter essa previsão por meio do orçamento federal.

Em síntese, o entrevistado Aginova enfatiza a atitude proativa da UFMS no campo da internacionalização. Ele informa que a instituição também faz parte do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB). Por meio do GCUB, veio o programa para MEXT⁶¹. A UFMS faz parte de outras redes, como a Associação Brasileira de Educação

⁶¹ “O Governo do Japão, por meio do Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia (MEXT), oferece seis diferentes modalidades de bolsas de estudo para estrangeiros em universidades japonesas. No Brasil, os processos seletivos para as bolsas MEXT vêm sendo realizados pelas representações diplomáticas japonesas (Embaixada, Consulados e Escritórios Consulares) desde 1956. O Consulado Geral do Japão em São Paulo realiza

Internacional (Faubai). Há o programa Faubai Pax, que a UFMS participa e tenta atrair estudantes de pós-graduação, o qual há oferta de bolsas.

Além desses, ele mencionou diversas relações externas, vinculadas a programas externos. Há a cátedra Sérgio Vieira de Mello, da ONU, para refugiados, ela é coordenada pela Faculdade de Direito; e a universidade tenta trazer outras cátedras. Dessa forma, a UFMS sempre busca explorar novas possibilidades de parceria, dada a importância da internacionalização.

4.2.4 Políticas e práticas para o corpo docente e administrativo

O entrevistado Aginova alude: “as ações que são desenvolvidas, elas sempre têm o olhar para a comunidade universitária, não vou chamar de comunidade acadêmica, porque se desenvolve além dos acadêmicos, também aos docentes e técnicos de uma maneira geral”. Sempre que se desenvolve alguma ação, a UFMS possui esse olhar para incentivá-los, estimulá-los a ter um olhar internacional. Como exemplo: se é um pesquisador, a internacionalização para ele vai ser ampliar as possibilidades da sua pesquisa por meio da colaboração com pesquisadores internacionais. E aí, nesse sentido, essas diversas ações o estimulam, como ao fazer uma capacitação para aprendizagem de uma língua estrangeira; ou fazer um programa de mobilidade que envolva a pós-graduação.

O entrevistado Aginova continua a citar outros exemplos, o que está relacionado diretamente na gestão da Aginova, como o apoio para a publicação dos pesquisadores. Há um edital que sai todos os anos, o pesquisador pode solicitar o apoio financeiro para fazer a publicação e o apoio financeiro para serviços de revisão e tradução. Tudo isso são ações de incentivo aos pesquisadores para que eles tenham esse olhar ampliado para o nível internacional. São diversas ações, sendo a internacionalização uma ação prioritária na UFMS, tanto na pesquisa, na graduação, e inclusive para o pessoal docente e técnico, de uma maneira geral.

Os técnicos também são incentivados a participar dos programas de capacitação linguística, para que a UFMS possa ter um ambiente internacional consolidado, para receber bem pessoas provenientes de outros países ou para que quando vá para outros países, também possa se relacionar bem com a questão da língua. Essas capacitações, por exemplo, estão

o processo seletivo dos candidatos residentes nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e nas cidades do Triângulo Mineiro” (JAPÃO, 2024).

previstas no Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP), e a gestão é realizada pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep).

Há o *English Medium Instruction* (EMI), plataforma de cursos EAD, ele não é restrito para professores, os técnicos também podem participar. Esses são cursos de capacitação em inglês, para que possam ser ofertadas disciplinas de graduação ou pós-graduação na língua inglesa. É ofertada há alguns anos e houve expansão para o espanhol. Assim, há políticas de desenvolvimento tanto de docentes, como de técnicos.

O entrevistado Aginova continua sua fala sobre as licenças, outro aspecto que abrange docentes e técnicos. Há uma política que incentiva a qualificação dos técnicos-administrativos. Nos próprios editais da UFMS, dentro dos programas de pós-graduação, se desenvolve o Programa Qualifica, com vagas voltados para os servidores da UFMS. Uma vez que esteja na pós-graduação, há o incentivo das licenças, logicamente, para a internacionalização da maneira tradicional. Então, se o técnico, o docente tem a intenção de fazer o mestrado, doutorado, pós-doutorado no exterior, há a política do incentivo.

Além da Aginova, da Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (Agetic), da Agência de Educação Digital e a Distância (Ageadi), que participam nas iniciativas já citadas, há a Agência de Comunicação Social e Científica (Agecom), que também é uma unidade da administração central, que exerce um papel fundamental nessa parte da divulgação interna e externa. Sempre que há alguma ação (edital, chamada pública, assinatura de convênio etc.), ela é veiculada na comunicação institucional da UFMS, vira notícia no site, e é divulgada nas mídias digitais, sendo bastante exposta tanto dentro, como fora da instituição. O mesmo ocorre quando se recebe alguém, ou se promove algum evento, para que possa haver visibilidade. O entrevistado Aginova complementa que no próprio site da agência há informações, embora não seja essa finalidade, as notícias aparecem ali só para informar, para depois consultar também.

Em relação a diretrizes de contratação, comenta o entrevistado Aginova, que para técnico, não há exigência de experiências internacionais, a não ser que seja para uma função, necessidade e assunto específico, mas não há esta previsão dentro da carreira de técnico-administrativo. Ele complementa: “às vezes se contrata o assistente de administração numa informação mais geral, e depois ele vai se especializar dentro da função e área onde ele vai exercer. Então, não tem essas exigências de experiências internacionais”.

Para os docentes também não é uma exigência direta, mas como o concurso, há a etapa de análise de títulos e, algumas vezes, a defesa de memorial. Neste momento, a experiência

internacional pode contar, pode ser fundamental. Então, assim, não é explícito, mas como o processo é mais amplo do que o concurso para técnico, a experiência internacional pode fazer a diferença. Como exemplo:

Essa semana está tendo concurso, para docente, eu estou numa banca da engenharia elétrica e tem defesa de memorial. Assim, na defesa de memorial, a oportunidade traz ali uma experiência internacional, isso já é um diferencial para ele, em relação aos concorrentes”. Quando não tem defesa de memorial é simplesmente uma prova didática, aí a gente não pode perguntar nada. Aí, nesse caso, a defesa de memorial é esse momento de troca ali. Nesse momento, a gente pode explorar essas experiências internacionais. (ENTREVISTA AGINOVA, 2023)

Continua a falar o entrevistado Aginova: “às vezes você está contratando um docente que vai entrar para uma área que é essencial que ele atue na pós-graduação. Então nessa parte do memorial você pode explorar mais, saber se ele desenvolveu a vida da pesquisa, saber se ele tem essas colaborações internacionais que impactam diretamente na pesquisa”. Diante disso, muitas vezes quando se quer qualificar o processo de seleção, o que tem sido um expediente cada vez mais recorrente, se coloca opcionalmente, a defesa do memorial, porque tem a oportunidade de fazer esse *link* com as prioridades da UFMS.

4.3 UFMS: Síntese

A finalidade desta última seção é construir a síntese da internacionalização na UFMS, base para as análises. Inicialmente, apresenta-se o quadro no qual ilustra resumidamente o que foi trabalhado no processo de internacionalização da UFMS. Na sequência há a apresentação dos resultados de maior destaque.

Quadro 10 – Internacionalização UFMS

ITENS EM DESTAQUE	AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO
Histórico	• Resolução 112 COUN (2021); • Comitê Gestão de Internacionalização, Inclusão e Ações Afirmativas (CGIIA); • A Aginova (agência), com mesmo nível que as pró-reitorias, com assento no Conselho Diretor Universitário;
Desenvolvimento	• Demanda: pesquisadores e alunos; querem colaboração internacional nas suas pesquisas, intercâmbios, mobilidades de curta e de longa duração, dupla diplomação; • Oferta: para toda a UFMS, contudo técnicos utilizam menos; • Avaliação: <i>rankings</i> e a Diretoria de Avaliação Institucional (Diavi) é responsável pela avaliação da participação da UFMS; • Nem centralizada nem descentralizada, reitoria participa da gestão e Aginova participa do planejamento estratégico; • Mobilidade na Prograd e pesquisa na Propp; • Conhecimento mais simples e nível internacional;

Obstáculos	• Parte financeira, cooperação com hemisfério Norte prejudicada pelo câmbio; • Barreira de recursos, mas não é impeditivo, exemplo cooperação Sul-Sul;
Riscos	• Falta de continuidade nos editais de fomento; • Riscos técnicos de não ocorrer como planejado e perder a verba; • Mudança de regras de um edital para outro; • Falta flexibilidade das regras dos editais; • Pandemia impossibilitou muitos editais de acontecerem;
Benefícios	• Investimento por gerar resultados para ensino, pesquisa e extensão; • Missões para atrair olhares e interesses dos estudantes estrangeiros, na região que a UFMS se localiza; • Mobilidade acaba por trazer benefícios institucionais porque o estudante se torna embaixador da universidade que representa.
ITENS EM DESTAQUE	POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO
Políticas UFMS	• Política orçamentária é pelo MEC, mesma desde 2019; • Internacionalização é prioridade e está alinhado com seu PDI; • Qualificou a cooperação internacional para resultados em ações específicas; • Principal ação é promover parcerias; • Parcerias: estado MS, Fundect, Sesi Clientes -> <i>Startups</i> com área inovação em Portugal; • Chamadas públicas de projetos, articulações e conexões;
Capes-PrInt	• Propp: 4 temas e 5 projetos, único programa de internacionalização com administração fora da Aginova; • Áreas prioritárias e estratégicas; • Eficácia na produtividade científica e publicações em conjunto, participação <i>rankings</i>; • Mudança de conceito ou permanência na excelência dos PPG's; • Dificuldades: efeitos pós Pandemia no aumento dos preços de passagens, receio em viajar, necessidade de proficiência em língua estrangeira;
Outras políticas	• ARCU-SUL: acreditação dos cursos de graduação do Mercosul; • Zicosur: rede integração das universidades Centro-Oeste e América do Sul; • IsF: adesão em 2023; • Recursos orçamentários específico para internacionalização; • Parcerias institucionais com: pessoas privadas, outros órgãos públicos, ministérios e projetos em conjunto;
Políticas corpo docente e administrativo	• Ações estimuladas para olhar internacional; • Cursos de língua estrangeira, como EMI; • Políticas de incentivo e licenças para mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior; • Divulgação das ofertas para dentro e fora da UFMS; • Não há exigências de experiências internacionais para técnicos, contudo, para professor pode ser um diferencial, na seleção, na parte de memorial.

Uma síntese para apresentação dos resultados obtidos na UFMS. Se faz necessário retomar aqui os Modelos de Internacionalização da Educação Superior, obtido sobre a união das semelhanças e dos diferenciais, de cada um dos modelos de internacionalização da educação superior: Estratégias Organizacionais e Programáticas de Knight (2004), e o *Comprehensive Internationalization* de Hudzki (2011) e ACE (2022). De acordo com a prática empírica, baseada nos roteiros de entrevistas e nas respostas obtidas, verificou-se a necessidade de suprimir alguns itens, os quais foram feitos à medida que os dados foram apresentados, assim

como alguns itens foram destacados. Este resultou nos itens do quadro 10, o qual foi aplicado como categoria de análise, para apresentação dos resultados das entrevistas da UFMS.

Na sequência, é possível trazer a verificação dos dados obtidos nas entrevistas UFMS com toda a teoria apresentada, se possui os requisitos mínimos e flexíveis para ocorrer sua internacionalização, de acordo com os itens dos modelos referenciais.

O que se pode observar é que as ações do processo de internacionalização da UFMS, são centradas na sua agência Aginova⁶², a qual possui sua Secretaria de Relações Internacionais (Serin). A agência existe desde 2017, ela possui mesmo nível das pró-reitorias e possui assento no Conselho Diretor Universitário, o que facilita a tomada de decisões e não se considera nem centralizada, tampouco, descentralizada. A gestão do edital de fomento Capes-PrInt é na Propp, exigência do próprio edital e o mesmo ocorre na UFSC. Outrossim, as mobilidades são centradas na Prograd. A UFMS possui métricas de avaliações pela Diretoria de Avaliação Institucional (Diavi), e tanto a UFMS, como a UFSC, acompanham os *rankings*.

A UFMS, por meio de seus gestores para a questão da internacionalização, reconhece e identifica a demanda de pesquisadores e alunos que buscam por experiência e colaboração internacional em suas pesquisas e conhecimento. Assim como ela oferta ações de internacionalização para toda a instituição, faz ressalva para os técnicos- administrativos, que utilizam menos as oportunidades. Além disso, menciona-se como um grande obstáculo do processo a parte financeira, principalmente pela moeda brasileira ser desvalorizada perante os países do hemisfério norte. Contudo, isso oferece soluções para incentivar a cooperação Sul-Sul. Ademais, há os riscos da internacionalização em relação aos editais e suas variantes, além de fenômenos que afetaram o mundo, como a Pandemia de covid. Ademais, os editais trazem riscos técnicos de não ocorrer, devido às suas regras engessadas; falta de continuidade dos prazos e mudanças de regras, principalmente quando se estendem para mais de uma gestão governamental, entre outros e, principalmente, frente a situações imprevisíveis, como a Pandemia.

Em relação aos benefícios, a gestão da UFMS considera os gastos com a internacionalização um investimento, por trazer resultados positivos para ensino, pesquisa e extensão. Outrossim, as ações de internacionalização atraem olhares e investimentos estrangeiros, devido a região na qual ela se localiza. Correlato a isso, viu-se como a UFSC atraindo

⁶² AGINOVA está constituída de 3 Secretarias e de 3 Unidades de Apoio: Secretaria de Articulação Institucional (SEARI); Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEEMP); Secretaria de Relações Internacionais (SERIN); Pantanal Incubadora Mista de Empresas (UAP-PIME); Núcleo de Inovação Tecnológica (UAP-NIT); e Interpretação e Tradução (UAP-INTRA) (AGINOVA, 2023).

fomentos externos, pertinente ao reconhecimento do estudo em determinada área (*know-how*). Outro ponto coletado foi que a UFMS motiva a mobilidade porque sabe que os estudantes e pesquisadores serão futuros embaixadores da universidade que representam, o que pode trazer benefícios no longo prazo.

O que se pode observar na parte de políticas, a UFMS também apresenta uma gama de oferta de serviços, programas, projetos, entre outros. Ela também oferece várias opções, inclusive projetos e programas sobre as questões atuais de nível global e nacional, assim como *startups* na área de inovação, em parceria com a Europa. Há também diversos programas com vários países, há estágios e pesquisas em conjunto internacionalmente, além dos acordos de cooperação internacional para resultados em ações específicas.

Os gestores da UFMS vêm buscando trabalhar melhor seu quantitativo de ofertas para a instituição saber e se interessar pelas possibilidades, além de poder se preparar para ter os requisitos necessários para participar. Além disso, estão conscientes e enfatizam que sua principal ação é trabalhar para aumentar o quantitativo de parcerias, dessa forma aumentando as chamadas públicas de projetos, articulações e conexões.

Um ponto relevante da política institucional, é que os gestores da UFMS sabem sua razão, o porquê a universidade deve se internacionalizar e o que a internacionalização significa para ela. Em relação à missão, sabem o que desejam obter ao se tornarem internacionais, assim como está priorizado e identificado no PDI em curso. Suas pró-reitorias possuem ações de internacionalização e trabalham para terem mais parcerias, cooperações e editais de fomento.

O destaque para o edital Capes-PrInt, que é centralizado na Propp e com o grupo gestor, por exigência do edital, é único programa de internacionalização com administração fora da Aginova. Em suma, há 4 temas e 5 projetos de áreas prioritárias e estratégicas, dentro deste edital.

Disto se conclui que, antes de 2018, quando surgiram as primeiras diretrizes para a internacionalização, não havia propriamente uma política de internacionalização da UFMS como iniciativa da própria instituição, porque a Aginova originou-se na data que coincide com o início do edital. Cabe aqui o destaque também para o quantitativo de projetos do Capes-PrInt da UFSC ser superior, abrangendo 57 subprojetos. Entretanto, os PPG's mantiveram ou aumentaram seu conceito devido a este edital. Esse dado é relevante e comprova a importância do fomento para internacionalização, principalmente vindo do governo federal. Fomento como este que trouxe produtividade científica, publicações em conjunto internacionalmente, além da participação nas métricas dos *rankings*. As dificuldades foram enfrentadas em relação a

Pandemia, aumento de valores de custeio do deslocamento internacional, sem contar a questão da proficiência em línguas.

Além disso, a UFMS possui e fortalece a cooperação Sul-Sul, além da ARCU-SUL, PEC-G, PEC-PG, Zicosur, IsF e demais parcerias institucionais. Há que se pontuar sobre o programa Arcu-Sul, uma fala do gestor da Aginova, sobre a retomada do programa de 2023, após ter sido paralisado a partir de 2013. Pelo período selecionado nesta tese, pode-se concluir que não houve investimentos também nesse sistema do Mercosul.

Aliás, em todas as entrevistas foi reafirmada que há uma expectativa de recursos orçamentários específicos para internacionalização. Ademais, foi acrescentado que a política orçamentária para tal advém do MEC, sendo a mesma desde 2019, mesmo com o aumento das despesas para tal (ENTREVISTADO AGINOVA, 2023).

Se considerar que após a pandemia os preços de todas as mercadorias subiram, é possível depreender-se que a oferta diminuiu. Uma fala então se torna significativa para se pontuar aqui: “Estamos investindo na internacionalização com parcerias, apesar das dificuldades de não ter essa previsão por meio do orçamento federal” (ENTREVISTADO AGINOVA, 2023). O que se pode inferir, mais uma vez, é que desde 2019 não houve aumento do investimento na educação e pesquisas, principalmente internacionais. Contudo, há outra fala que traz expectativa no fomento para internacionalização em 2024: mais que isso, num fomento específico para este tipo de ação, demonstrando assim o caráter estratégico desta atividade para o Estado (ENTREVISTADO AGINOVA, 2023). Esse ponto trata das políticas orçamentárias e educacionais nacionais, as quais as universidades não controlam.

Em relação às práticas e políticas do corpo docente e administrativo, pode-se inferir que é algo que está neste enfoque, principalmente pelo fato que as ações estimuladas são realizadas tendo em vista o olhar internacional. Esse fato se deve às políticas de incentivo e licenças necessárias para cursar mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior. Acrescente-se a isso a oferta de cursos de línguas estrangeiras para todos os interessados, além da sua ampla divulgação. Importante mencionar que as diretrizes de contratação, de ambas as universidades, não exigem a proficiência, ou mesmo experiência internacional. Indubitavelmente, os servidores das universidades aqui estudadas ingressam por meio de concurso público e essas competências não são exigidas. Todavia, na UFMS, foi obtida a informação que, ao selecionar docentes, há a parte do memorial e nela pode ser debatida a questão do requisito experiência internacional (ENTREVISTADO AGINOVA, 2023).

Com intuito de delimitar e focar o tema de internacionalização na UFMS, o seu PDI 2015-2019 possuía, nas áreas estratégicas definidas a integração e fortalecimento da pesquisa, extensão e inovação em âmbito internacional, porém seguem delineados em metas específicas, sendo a matriz estratégica para o desenvolvimento institucional do eixo de inserção interinstitucional. O PDI 2015-2019 estabelecia as seguintes metas a serem alcançadas dentro da ação estratégica Pesquisa, Extensão, Inovação e Integração Nacional e Internacional (UFMS, 2019): elevar o número de publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1, A2, B1 e B2; elevar o número de projetos de pesquisa apoiados com fomento externo; elevar a quantidade de ações extensionistas com fomento externo; elevar a qualidade dos grupos esportivos e artísticos da UFMS por meio de intercâmbios; e aumentar os acordos de cooperação, convênios, parcerias, cooperações, transferência ou licenciamento de tecnologia no âmbito nacional e internacional.

Consoante dados do Plano Institucional de Internacionalização (PII) da UFMS, apesar do perfil emergente de internacionalização da universidade, pode-se notar um número substancial e crescente de colaborações científicas internacionais. Os registros a partir de 2012 (Aginova, 2024) mostram as contribuições distribuídas de acordo com as regiões, contabilizadas a partir das publicações, onde o primeiro autor pertence a alguma instituição da região mostrada, e pelo menos um autor pertence ao quadro de pesquisadores da UFMS. Isto demonstra ainda mais a necessidade de promover colaborações internacionais.

Os setores da universidade devem estar alinhados para ampliar, agilizar e fortalecer mais parcerias e acordos que gerem valor, estabelecendo políticas, estratégias sociais e ambientais de caráter regional e internacional, confirmando que no PDI são estabelecidas metas, perspectivas de ações estratégicas para o aumento de publicações em periódicos renomados, projetos de pesquisas e ações extensionistas com fomento externo.

O que se pode verificar neste estudo é que a UFMS está promovendo a construção de um ambiente proativo de internacionalização no seu cotidiano, perseguiu suas metas desde o PDI anterior e incluiu o recente (2020-2024), visando o provimento de infraestrutura física e administrativa, o estabelecimento de estudo de idiomas, planejamento e execução de ações consoantes com o PII e o PDI, além de ações para garantir a devida divulgação do foco neste processo.

A partir da consideração dessas informações, com base na metodologia utilizada e documentos disponíveis, considera-se que o objetivo proposto foi atendido, pois as conclusões se deram a partir das informações contidas nos documentos institucionais, e principalmente,

pelos dados obtidos nas entrevistas. Nessa perspectiva, a internacionalização da UFMS possui suas políticas institucionais que, juntamente com as políticas nacionais governamentais, podem suprir a lacuna de ações necessárias e materializar de maneira mais efetiva o andamento e implementação da internacionalização na instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais a internacionalização da educação superior é vista como um processo de desenvolvimento da integração internacional, intercultural e global, sobre os objetivos do tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão, e serviços que as universidades oferecem. As universidades possuem oportunidade de transportar dimensões, aspectos e atividades internacionais para as suas áreas e tarefas centrais, e para ter uma influência internacional. Por meio da integração na construção do conhecimento internacional, da sua participação no intercâmbio global de conhecimento e a promoção do diálogo intercultural, assim torna-se atrativa e reconhecida no meio universitário.

Os principais autores referenciados nesta tese trazem que a internacionalização não é só mobilidade, assim como, órgãos de referência mundial como Unesco, que atua nas políticas sociais, especialmente na educação, trazem um conjunto de ações para a internacionalização ocorrer.

Nesse sentido, a internacionalização de cada universidade possui seu respectivo modelo e políticas de gerenciamento, com ações prioritárias e estratégicas adotadas para a internacionalização, de acordo com cada contexto local, regional e nacional localizado, com intuito de aumentar a visibilidade e competitividade do conhecimento produzido internamente. Inevitavelmente, há a expansão para o cenário internacional e através da pesquisa e suas trocas, instituições de educação superior do mundo todo, cada vez mais se voltam para a internacionalização. A pesquisa levou-nos a inferir que as universidades pesquisadas querem e se internacionalizam, para melhorar a sua oferta de ensino e conhecimento.

A questão de pesquisa trazida nesta tese, foi verificar *como são as políticas educacionais do processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras estudadas*. Com base na metodologia utilizada e na literatura disponibilizada, a pesquisa atingiu o objetivo geral proposto, apoiado por revisão da literatura e os dados encontrados na investigação direta e triangular das duas instituições.

Nesta perspectiva, preservados os limites definidos pelo recorte da pesquisa no tempo e espaço, percebe-se algumas contribuições em relação à comparação de políticas e práticas, relacionadas às duas universidades estudadas. O propósito desta pesquisa, contudo, não era ser taxativa, em relação aos requisitos mínimos para uma universidade se tornar internacional. Entretanto, esta tese se limitou em mostrar que, mesmo duas universidades de contextos diferentes, ao serem analisadas em suas singularidades, possibilitaram aqui trazer interrogações importantes sobre o tema, a partir de suas ações de internacionalização.

Em conclusão da revisão de literatura, Teichler (2023) enfatiza que o elevado nível de internacionalidade da educação superior só poderia ser mensurado, com sucesso, por uma vasta gama de critérios, tais como; cooperação internacional na pesquisa, impulsão curricular internacional dos programas de estudo (por exemplo, internacionalização em casa), atividades para reforçar a compreensão internacional, entre outros.

Em geral, foi o que esta tese buscou trazer, vários dados que mostrem, na medida de suas possibilidades, como esses critérios internacionais ocorrem na UFSC e na UFMS. De tal modo que a metodologia do estudo de caso utilizada nesta tese, na abordagem final, verificou-se que foi adequada para o estudo a partir das experiências da UFSC e da UFMS. Assim, o estudo de caso específico aqui estudado, com as duas universidades federais, pode ser referência para outras IES nacionais em fase de conhecimento de seu processo de internacionalização.

O termo “internacionalização abrangente” é usado para descrever esforços para integrar estrategicamente características internacionais, interculturais e globais nos valores, processos e resultados do ensino superior (Hudzik, 2015). Nesta tese é usado o termo em inglês *comprehensive internationalization*, para não arriscar em perder o real significado ao se traduzir. Destarte, esta tese implica em tratar analogamente sobre a ação internacional.

Na seção um foi feita a introdução, começando com a apresentação do objeto e estado do conhecimento (em duas etapas: plataformas nacionais e internacionais), seguido da problematização, com objetivo geral e específicos. Na sequência, finaliza-se com a metodologia

A segunda seção resgatou, no primeiro item, o referencial teórico do surgimento do termo e do processo de internacionalização da educação superior. No segundo item traz a inserção da internacionalização no mundo, com os seus sete significados chaves, os quais serviram de base para os modelos adotados nesta tese, e que depois também se consolidaram no Brasil.

O terceiro item, desta segunda seção trouxe conceitos das políticas públicas educacionais para internacionalização no mundo e no Brasil, culminando para atingir o primeiro

objetivo específico. Em relação, ao primeiro objetivo do presente estudo, foi possível concluir que, no Brasil, não há uma política clara de internacionalização pelo governo federal. Um edital de grande impulso para internacionalização foi o CsF para a graduação e ele finalizou em 2014. Na sequência articulou-se, via Capes, o edital Capes-PrInt para a pós-graduação, vigente até 2024. Pode-se depreender de tudo isso que editais impulsionam, mas não efetivam uma política em si.

Já a segunda seção trouxe os principais referenciais teóricos para embasar e somar com a construção dos processos de internacionalização da UFSC e da UFMS, que auxiliam na próxima etapa desta tese.

As seções três e quatro focalizam os dados obtidos com as entrevistas semiestruturadas feitas em cada universidade estudada, sendo que as entrevistas seguem a aprovação no Comitê de Ética. Seguido da estrutura de análise, pela junção dos modelos teóricos e estratégicos da internacionalização da educação superior, finaliza com o tratamento e análise de dados por conteúdo, culminando no segundo objetivo específico.

Nas seções três e quatro foram apresentadas características da contextualização dos resultados, assim como os dados dos estudos de casos de cada universidade, que foram divididos em três itens: ações de internacionalização; políticas do processo de internacionalização, terminando com a síntese. Nas ações há os subitens referentes aos seus históricos, desenvolvimentos, obstáculos, riscos e benefícios. Já o segundo item, os processos de internacionalização, possuem os subitens: políticas de internacionalização, Capes-PrInt, outras políticas governamentais para internacionalização, finalizando com políticas e práticas para o corpo docente e administrativo. Dessa forma, o segundo objetivo específico, definido como identificar as ações do processo de internacionalização das universidades estudadas no período de 2019 e 2022, foi atingido e serviu de sustentação para seguir na investigação do próximo e último objetivo específico, que era analisar as políticas adotadas nos processos de internacionalização de ambas as universidades, de acordo com os modelos adotados.

Quanto ao objetivo geral dessa tese, que é analisar as políticas educacionais do processo de internacionalização das universidades estudadas – UFSC e UFMS – foi concluída pela utilização dos modelos estratégicos. Conclui-se que as universidades possuem as políticas institucionais e nacionais, algumas são mais evidentes, outras menos ativas, há pontos de melhorias e as discussões propostas para esta tese mostram isso.

No entanto, embora os fatos reais demonstrem que as ações estratégicas de internacionalização ocorrem, com base na observação como aluna e pesquisadora, o estudo

comprovou que existe espaço para melhorar, destacando-se que as universidades estão atentas e buscam trabalhar nas melhorias.

Uma das mais importantes contribuições acadêmicas deste estudo é a demonstração de que, mesmo universidades de contextos nacionais diferentes, sendo representadas aqui pela UFSC e UFMS, possuem ações e políticas de internacionalização que se assemelham, embora sejam simultaneamente singulares - tanto na sua estrutura, quanto na sua oferta. Em virtude deste fato, a investigação proporcionou elaborar algumas críticas ao conjunto de políticas e ações de internacionalização ofertadas pelos órgãos centrais do Estado, no campo educacional, como seria o caso do Capes-PrInt.

A internacionalização é vista como um processo contínuo. Entretanto, para que esse processo tenha sucesso progressivo, é preciso que todas as partes envolvidas estejam em sintonia e, segundo os dados obtidos com a pesquisa, a internacionalização é foco e interesse dos principais componentes do processo.

No debate existente acerca do significado de “internacionalização de IES”, o termo é definido, muitas vezes, como um conjunto de atividades, tais como mobilidade *incoming* e *outgoing*, oferta de idiomas, entre outros. Mas é interessante notar que, alguns entrevistados entendem a internacionalização como um processo e algo dinâmico, que ainda não atingiu o seu fim. Outrossim, a literatura entende a internacionalização como resposta das IES ao contexto internacional determinado pela globalização.

O processo de internacionalização envolve as políticas institucionalizadas que são entendidas como missão e razão das IES se tornarem internacionais, incluindo suas lideranças e gestões relacionadas em trazer essa dimensão internacional para o conjunto de seus integrantes. Apesar da inexistência de uma política formal e única que integre todas as ações, nota-se que há tanto na UFSC como na UFMS uma forte conscientização voltada para se tornar internacional, e continuar a ofertar acordos, atividades interculturais, colaborações, estudos de idiomas e estudos temáticos, mobilidades, parcerias, pesquisas, programas, e demais ações. Destarte, ambas desejam manter suas ofertas e melhorar outras, e concordam que o objetivo em se internacionalizar é obter excelência acadêmica.

Espera-se, com este estudo, fornecer indicadores para a internacionalização possa continuar ocorrendo e se alargando, para que cada universidade pode definir políticas de internacionalização que sejam mais adequadas e convenientes, de acordo com sua estrutura, estágio e recursos em geral. Em síntese, respeitados os contextos geográficos, econômicos,

políticos, entre outros fatores, há ações e possibilidades necessárias para o processo de internacionalização, que esta tese explorou e sintetizou, no que julgou ser contributiva.

A revisão bibliográfica mostrou que não condições para uma comparação por contraste, ressalva que se faz para essa proposição metodológica complexa. A justificativa é devida mediante os contextos diversos, o qual abrange dois espaços que permeiam universidades situadas em regiões diferentes. Nesse sentido, a proposição se limitou a informar algumas informações comparadas, mas sem ser comparação propriamente dita. Portanto, optou-se pelo método do estudo de caso, contudo, considerando cada instituição em particular – em outros termos, é a análise de duas universidades federais, sendo que a limitação se deu por pormenorizar cada dado estudado.

Ademais, outra limitação se refere à pesquisa de campo, a qual poderia ter tido mais fontes de dados – mais entrevistas com representantes similares aos entrevistados da UFSC, nos cargos de representantes das pró-reitorias, por exemplo. Foi efetuada tentativas na UFMS, contudo, a dificuldade encontrada foi em conseguir agendar a entrevista presencial com um representante da Prograd. Ademais, o motivo alegado para não haver novas tentativas, foi que a principal fonte de informação sobre internacionalização já havia sido entrevistada – o gestor da Aginova.

As recomendações para pesquisas futuras envolvem a possibilidade de comparar o processo de internacionalização com um quantitativo maior de universidades brasileiras e universidades estrangeiras. Essas IES podem ter parâmetros parecidos, assim como em instituições privadas. Ou até mesmo, o estudo das instituições com as quais cada IES possuem convênios: o desejado seria estabelecer um parâmetro e amplificar o quantitativo. Outra sugestão para futuros trabalhos, que abordem o tema de internacionalização, vindo do olhar dos pesquisadores, docentes e discentes, participantes de programas. Assim como, do ponto de vista da mobilidade, trabalhos que abordem qual área universitária a mobilidade ocorre em maior quantidade em cada IES pesquisada, especificando dados da mobilidade *in* e *out*. Como tem sido a participação de docentes e discentes de cursos de licenciatura ou com pesquisas relacionadas à educação, especificamente?

Este estudo não esgota as possibilidades de identificação de melhorias e adequação necessárias para sua metodologia, seus modelos estratégicos, suas pesquisas de campos, seu quantitativo de coletas, suas análises de conteúdos, seus padrões de referências, suas revisões literárias, entre outros. Diante do esforço em se fazer pesquisa, não há limites para melhorias e para agregar conhecimento.

O trabalho fez suscitar várias dúvidas, tais exemplos: como a gestão universitária pode colaborar para que a maior parte do público possa participar das ações de internacionalização? Como a gestão pode fazer parte da maioria dos editais disponibilizados no Brasil e no mundo? Qual a compreensão/posicionamento das IES diante das demandas de diversas partes pela internacionalização? Qual a finalidade da internacionalização para a sociedade e para as políticas educacionais?

Ao realizar a pesquisa na UFMS, ela me fez ter um panorama do meu país, tanto pesquisa e quanto ações que estão sendo feitas. Reconhecimento de onde chegamos, sim ainda temos muito o que aprender com os países desenvolvidos, contudo vejo e confio que estamos no caminho. E que mais e mais pesquisas sejam apoiadas e feitas, esse é o meu desejo para todos que acreditam na ciência e neste país.

REFERÊNCIAS

- AERDEN, A. (2014). A guide to assessing the quality of internationalization. The Hague: ECA. American Council on Education. (2013). CIGE model for *comprehensive internationalization*. Disponível: <http://www.acenet.edu/news-room/Pages/CIGE-Model-for-Comprehensive-Internationalization.aspx>> Acesso em: 28 Mai 2022.
- ACE. Acenet.edu. 2022. **Comprehensive Internationalization Framework**. [online] Disponível: <<https://www.acenet.edu/Research-Insights/Pages/Internationalization/CIGE-Model-for-Comprehensive-Internationalization.aspx>> Acesso em: 28 Mai 2022.
- AGINOVA, Agência de Internacionalização e Inovação. **Histórico**. 2023. Disponível em: <[Histórico da AGINOVA - AGINOVA \(ufms.br\)](http://ufms.br/Histórico-da-AGINOVA)> Acesso: 25 mar. 2023.
- AGINOVA, Agência de Internacionalização e Inovação. **Sobre Secretaria de Relações Internacionais**. 2023a. Disponível em: <[Sobre a Secretaria de Relações Internacionais - AGINOVA \(ufms.br\)](http://ufms.br/Sobre-a-Secretaria-de-Relações-Internacionais-AGINOVA)> Acesso: 25 mar. 2023.
- ANDIFES, A.; UNIVER, S. associação nacional dos dirigentes das instituições federais de ensino superior. **A ANDIFES**, 2018.
- ARCU-SUL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/arcu-sul> Acesso 04 Ago 2024.
- ALTBACH, P. G. Globalization, and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education and Management**, Boston, Estados Unidos, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004.
- ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education: Motivations and realities. **Journal of studies in international education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007.
- ARUM, S; VAN DE WATER, J. (1992). The need for a definition of international education in U.S. universities. In C. Klasek (Ed.), **Bridges to the futures: Strategies for internationalizing higher education**, p. 191-203, 1992.
- AVEIRO, T. M. M. O Papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) Na Cooperação Brasileira Para O Desenvolvimento Internacional (COBRADI). **Conjuntura Austral**, v. 6, n. 27-28, p. 76-92, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/49938>. Acesso em: 13 nov.2017.
- BABBIE, E. R. **The practice of social research**. Cengage learning, 2020.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo (1977). **Lisboa (Portugal): Edições**, v. 70, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conae 2014 – Conferência Nacional de Educação. Documento final. Brasília: Fórum Nacional de Educação, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BEDENLIER, S.; KONDAKCI, Y.; ZAWACKI-RICHTER, O. Two decades of research into the internationalization of higher education: Major themes in the Journal of Studies in International Education (1997-2016). **Journal of Studies in International Education**, v. 22, n. 2, p. 108–135, 2018.

BEELEN, J; JONES, E. Redefining internationalization at home. In: CURAI, L; MATEI, R; PRICOPIE; J. SALMI; SCOTT P. (Ed.). **The European higher education area: between critical reflections and future policies**. Dordrecht: Springer, 2015, p. 59-72., p. 67-80.

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, n. 21, 2012.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa disponibiliza R\$ 300 milhões para apoio a projetos de internacionalização**. 2017a. Disponível em: <<https://capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8630-programa-disponibiliza-r-300-milhoes-para-apoio-a-projetos-de-internacionalizacao>>. Acesso em 19 nov. 2017.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Reunião aborda estratégias de excelência para universidades**. 2017b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8636-reuniao-aborda-estrategias-de-excelencia-para-universidades>>. Acesso em 28 nov. 2017.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Base de dados Web of Science**. 2018. Disponível: https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=81. Acessado em: 10 fev. 2022.

CAPES, Portaria N.127. Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização das Instituições de Ensino e Pesquisa Brasileiras – **PAPRI**, 2022, Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4012/portaria-capes-n-127> Acesso 3 ago 2022.

CAPES. **Capes Seleciona consultores para Apoiar Internacionalização**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-seleciona-consultores-para-apoiar-internacionalizacao>. Acesso 04 ago 2024.

CAPES. **Nos próximos 5 anos, a capes investirá R\$ 47 Milhões em Pesquisas em rede no centro-oeste.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/nos-proximos-5-anos-a-capes-investira-r-47-milhoes-em-pesquisas-em-rede-no-centro-oeste> Acesso 10 Ago 2024a.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000, p 497-519.

CARIO, S. A. F.; BITTENCOURT, P. F. O conceito de sistema nacional de inovação: das raízes históricas à análise global contemporânea. **A Economia Política da Recessão**, São Bernardo do Campo: SP, 2016.

CARVALHO, S. B. R. de; ARAÚJO, G. C. de. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, p. 113-131, 2020.

CARVALHO, S. B. R. de; BRITO, S. H. A. Reflexões sobre os estudos acerca da internacionalização da educação superior. **ANPAE**. 2021.

CARVALHO, S. B. R. D., STALLIVIERI, L. (2022): Internationalization of Higher Education: a comparative case study between two Brazilian higher education institutions. **Internationalisation of Higher Education** (Germany), A2.3-27. (handbook-internationalisation.com) [https://doi: 10.36197/INT.3-2022.04](https://doi.org/10.36197/INT.3-2022.04)

CHANG, H. J. Capitalismo tem problemas, mas é o melhor sistema. In: **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora UNESP, 2004, p-11-28.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Institucional.** 2017. Disponível em: < http://cnpq.br/apresentacao_institucional>. Acesso em 24 nov. 2017.

COTTON, D. R. *et al.* Global citizenship and cross-cultural competency: Student and expert understandings of internationalization terminology. **Journal of Studies in International Education**, v. 23, n. 3, p. 346-364, 2019.

CRESWELL, J. W.; POTTH, C. N. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches.** 4ed. Sage publications, 2018.

DE WIT, H. **Rationales for internationalization of higher education.** Millenium [S.l.] [s.n], 1998. Disponível em: <<http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/805/1/Rationales%20for%20Internationalisation.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2017.

DE WIT, H. *et al.* An introduction to higher education internationalisation. **Milan: Vita e Pensiero**, 2013.

DE WIT, H., HUNTER, F. HOWARD, L. AND EGRON-POLAK, E. (eds.) (2015). **Internationalisation of higher education**. Brussels: European Parliament.

DIAS, B. F. B.; GOMES, J. S. Internacionalização da educação superior do campo de administração, contabilidade e turismo à luz da teoria da uppsala. **Humanidades & Inovação**, 2021, vol. 8, no 54, p. 137-152.

DUARTE, R. G.; *et al.* O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de instituições de ensino superior. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 343-370, 2012.

ENTREVISTA gestor Aginova: UFMS. Entrevistador: Sabrina Borges Ramos de Carvalho. Campo Grande, 2023. Áudio digital (ca. 1h06 min).

ENTREVISTA gestor Prograd: UFSC. Entrevistador: Sabrina Borges Ramos de Carvalho. Florianópolis, 2023. Áudio digital (ca. 40 min).

ENTREVISTA gestor Propesq: UFSC. Entrevistador: Sabrina Borges Ramos de Carvalho. Florianópolis, 2023. Áudio digital (ca. 36 min).

ENTREVISTA gestor Propg: UFSC. Entrevistador: Sabrina Borges Ramos de Carvalho. Florianópolis, 2023. Áudio digital (ca. 1h28 min).

ENTREVISTA gestor Sinter: UFSC. Entrevistador: Sabrina Borges Ramos de Carvalho. Florianópolis, 2023. Áudio digital (ca. 1h05 min).

ENTREVISTA representante Propp: UFMS. Entrevistador: Sabrina Borges Ramos de Carvalho. Campo Grande, 2023. Áudio digital (ca. 40 min).

FAPESC. **Sobre a FAPESC (2024)**. Disponível em: <https://fapesc.sc.gov.br/sobre-a-fapesc/> Acesso 24 Jul 2024.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008.

FRANCO, M. E. D. P. MOROSINI, M. C. **Gestão Democrática e Autonomia Universitária: Educação Superior no Brasil e o Mercosul**. Série Documental – Textos para Discussão, Brasília, INEP, v. 20, p. 29-54, 2005.

FLYVBJERG, B. Five misunderstandings about case-study research. **Sociologisk tidsskrift**, v. 12, n. 2, p. 117-142, 2004.

FUNDECT. **Início, FUNDECT**. Disponível em: <https://www.fundect.ms.gov.br/institucional/sobre/> Acesso 03 Ago 2024.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. 3. Ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2010.

GODOY, A. S. *et al.* Estudo de caso qualitativo. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 115-146, 2006.

GOOGLE, Books Ngram Viewer. **Internationalization in Higher Education**. 2023. Disponível em: [Google Ngram Viewer](https://books.google.com/ngram/viewer?date=2023). Acesso em: 08 ago. 2023.

GOUVEIA, A. J. Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. 86, n. 213/214, p.143-146, 2005.

HUDZIK, J. K. **Comprehensive internationalization: from concept to action**. Washington D.C.: NAFSA. 2011.

HUDZIK, JK. Integrating institutional policies and leadership for 21st century internationalization. **International higher education**, n. 83, p. 5-7, 2015.

InPETU Hub. 2024. **Apresentação**. Disponível em: <https://inpetuhub.sites.ufsc.br/apresentacao/> Acesso: 21 Abr 2024).

JAPÃO. Consulado Geral do Japão em São Paulo. **Bolsas de Estudos MEXT**. São Paulo: 2024. Disponível em: https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/bolsa1.html. Acesso em: 20 abr. 2024.

JONES, E *et al.* Global Social Responsibility and the Internationalisation of Higher Education for Society. **Journal of Studies in International Education**, v. 25, n. 4, p. 330-347, 2021.

KASSEL, University. The International Centre for Higher Education Research-Kassel. *INCHER-Kassel*, 2020. Disponível em: <https://www.uni-kassel.de/einrichtungen/en/incher/about-incher.html> Acesso em: 03 fev. 2020.

KEHM, B. M.; TEICHLER, U. Research on Internationalisation in Higher Education. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, 3-4, p. 260–273, 2007. doi:10.1177/1028315307303534.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. **Journal of studies in international education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

KNIGHT, J. The international race for accreditation. **International Higher Education**, v. 2005, n. 40, 2005.

KNIGHT, J. **Higher education in turmoil: The changing world of internationalization**. Brill, 2008.

KNOBEL, M.; LIMA, M. C.; LEAL, F.; PROLO, I. Desenvolvimentos da Internacionalização da Educação Superior no Brasil: da Mobilidade Acadêmica Internacional à Institucionalização do Processo na Universidade. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 22, p. 672-693, 2020.

KOSMÜTZKY, A; KRÜCKEN, G. Sameness and difference: Analyzing institutional and organizational specificities of universities through mission statements. **International Studies of Management & Organization**, v. 45, n. 2, p. 137-149, 2015.

KRAWCZYK, N. R. As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 2, n. 4, 2008.

KRÜCKEN, G. Curriculum vitae. **Incher-Kassel**, 2020. Disponível em: <https://www.uni-kassel.de/einrichtungen/en/incher/team/prof-dr-georg-kruecken/cv.html> Acesso em: 03 fev. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. In: **Metodologia científica**. 1986. p. 231-231.

LEAL, F. G. **As bases epistemológicas dos discursos dominantes de internacionalização da educação superior no Brasil**. 2020. 339f. 2020. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Administração) –Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Brasil.

LEAL, F. G.; STALLIVIERI, L.; MORAES, M. C. B. Indicadores de Internacionalização nos Rankings Universitários. **EnANPAD 2017**, São Paulo/SP, v. 4, n. 1, 01 a 04 out. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016.

LIMA, M. C. MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O Sistema De Educação Superior Mundial: Entre A Internacionalização Ativa e Passiva. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MALDANER, L. F. **O desafio da inovação: Brasil x Coréia do Sul**. FEEVALE, 2006.

MARCA - Ministério da Educação. **Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/marca> Acesso: 04 Ago 2024.

MARINONI, G.; DE WIT, H. Is strategic internationalization a reality? **International Higher Education**, v. 98, n. Summer 2019, 2019.

MARINONI, G. (Ed.). **Internationalization of higher education: An evolving landscape, locally and globally: IAU 5th Global Survey**. DUZ Verlags-und Medienhaus GmbH (Berlin), 2019.

MATTIELLO, R.; TOLEDO, N. B. Internacionalização: a interface com a extensão universitária. **Revista Compartilhar**, v. 5, n. 1, p. 18-23, 2020.

MINTZBERG, H. **The rise and fall of strategic planning**. Pearson Education, 2000. Disponível: [The Rise and Fall of Strategic Planning - Henry Mintzberg - Google Livros](#) Acesso em: 30 jan. 2022.

MIRANDA, J. A. A. D., & STALLIVIERI, L. (2017). Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), 22(3), 589-613. <http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/1498982>

MIRANDA, J. A. A.; BISCHOFF, V. Educação internacional como soft power: O ensaio da política externa de Dilma Rousseff. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 899-915, 2018.

MORLEY *et al.* Internationalisation and migrant academics: The hidden narratives of mobility. **Higher Education**, v. 76, n. 3, p. 537–554, 2018. doi:10.1007/s10734-017-0224-z.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior Conceitos e práticas. **Educar em revista**, n. 28, p. 107-124, 2006.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan. /abr. 2015.

MOROSINI, M. C.; DO NASCIMENTO, L. M. Internacionalização da educação superior no brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educação em Revista**, v. 33, n. 0, p. 557, 2017. doi:10.1590/0102-4698155071.

MOROSINI, M.; DO NASCIMENTO, L. M.; DE NEZ, E. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 55, p. 69-81, 2021.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J. Trabalhos Científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 30, jul.-dez./2004.

PAIVA, F. M. Internacionalização da pós-graduação brasileira: estado, política social, política educacional. **Anais do XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste - Reunião científica regional da Anped**. Goiânia, p. 1-13, 2014.

PASCUCI, L. *et al.* Managerialism na gestão universitária: implicações do planejamento estratégico segundo a percepção de gestores de uma universidade pública. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 9, n. 1, p. 37-59, 2016.

PEC-G (graduação) (2024). **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g> Acesso: 22 Abr 2024.

PEC-PG (pós-graduação) (2024). **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-pg-pos-graduacao>. Acesso: 21 Abr 2024.

PEREIRA, P.; HEINZLE, M. R. S. Internacionalização: a quarta missão da Universidade. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 3, p. 719-722, 2017.

PEREIRA, P. O papel professor no processo de internacionalização nos programas de pós-graduação da universidade regional de blumenau – furb. dissertação (mestrado) -

programa de pós-graduação em educação, centro de ciências da educação, artes e letras, universidade regional de Blumenau, Blumenau 2019 97 f. Biblioteca Depositária: FURB.

PESSONI, R. A. B. Internacionalização do ensino superior. **International Studies on Law and Education**. CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto., p. 93-110, 28 jan-abr 2018. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/isle28/93-110Rose.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

PETERS, B. *et al.* Internationalisation, innovation and productivity in services: Evidence from Germany, Ireland and the United Kingdom. **Review of World Economics**, v. 154, n. 3, p. 585-615, 2018.

PROCTOR, D. The changing landscape of international education research. **International Higher Education**, v. 84, p. 19–21, 2016.

PROCTOR, D. HUMBLEY, L. Next Generation Research on Internationalization—The Innovation Imperative. **Innovative and Inclusive Internationalization**, p. 3, 2018.

PUIATI, L. L. SANDRI, V. Políticas de formação de professores em periódicos acadêmico-científicos da área da educação. **Editais CAPES/ INEP/ SECAD n.001/ 2008**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/LidianePuiati-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acessado no dia 13 nov. 2017.

RAMALHO, B. **40 anos da pós-graduação em Educação no Brasil: produção do conhecimento, poderes e práticas**. versão impressa ISSN 1413-2478 versão on-line ISSN 1809-449X. Rev. Bras. Educ. v.11 n.31 Rio de Janeiro jan./abr. 2006

RODRIGUES, L. C.; TONTINI, G. A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA: Geração e transferência de tecnologia como fator agregador. **Revista de Negócios**, v. 2, n. 4, 2007.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha (Coleção “Folha Explica”), 2010. ISBN 978-85-7914-153-9.

ROESCH, S. M. A. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração. 3ª. **Atlas**, 2005.

RIVAS, V. E. **Yo no soy boliviano soy carioco-Entre línguas e preconceitos na fronteira Brasil-Bolívia**. 2011. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal.

RUMBLEY, L. E.; ALTBACH, P. G.; REISBERG, Liz. Internationalization within the higher education context. **The SAGE handbook of international higher education**, v. 3, p. 26, 2012. Disponível: [The SAGE Handbook of International Higher Education - Google Livros](#) Acesso em: 01 Fev. 2022

RUDZKI, R. EJ. The application of a strategic management model to the internationalization of higher education institutions. **Higher Education**, v. 29, n. 4, p. 421-441, 1995.

- RUF. Ranking de Universidades. **RUF 2019: Ranking Universitário Folha**. 2019. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- SANTOS, A. R. N. A INTERNACIONALIZAÇÃO ROMPENDO FRONTEIRAS NO ENSINO SUPERIOR. **Revista SOMMA**, v. 2, n. 1, p. 22-32, 2016.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, v. 174, 2006.
- SCHOR, T. Reflexões sobre a imbricação entre ciência, tecnologia e sociedade. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 337-367, 2007.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez. 1ª Edição. 2013.
- SGUISSARDI, V. Rumo à universidade mundial – E a universidade será feita à sua imagem e semelhança. **Série Documental – Textos para Discussão**, Brasília, INEP, v. 10, n. 20, p. 7-28, 2005.
- STALLIVIERI, L. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002. Disponível em: http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/processo_internacionalizacao.pdf. Acesso em: 02 nov. 2017.
- STALLIVIERI, L. International virtual education needs greater support. **University World News**, 2020. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/viewFile/7391/6588>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- STALLIVIERI, L., VIANNA, C. T. (2020). Responsible internationalization: new paradigms for cooperation between higher education institutions. **REGIT**, Fatec-Itaquaquecetuba, SP, v. 14, n. 2, p. 9-30, jul/dez 2020.
- STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K. (Edit.); LINCOLN, Y. S. (Edit.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE, 2000.
- STAKE, R. E. Qualitative research and case study. **Silpakorn Educational Research Journal**, v. 3, n. 1-2, p. 7-13, 2011.
- SINTER. 2022. **SINTER**. [online] Disponível: <https://sinter.ufsc.br/>. Acesso em 27 Fev 2022.
- SINTER. 2022a. **SINTER missão, visão e valores**. [online] Disponível: <https://sinter.ufsc.br/missao-visao-e-valores/>. Acesso 27 Fev 2022.
- SINTER. 2022b. **SINTER ranqueada**. [online] Disponível: <https://sinter.ufsc.br/2021/07/13/english-ufsc-e-ranqueada-entre-as-melhores-universidades-no-latin-america-university-rankings-2021/#more-23076>>. Acesso 15 Maio 2022.

SINTER. 2022c. **SINTER QS Ranking**. [online] Disponível: <[https://SINTER \(ufsc.br\)](https://sinter.ufsc.br)> . Acesso 15 Maio 2022.

SINTER. (2024). **Secretaria de Relações Internacionais: Office of International Relations, UFSC**. Disponível em: <https://sinter.ufsc.br/english-relatorio-de-atividades/> Acesso em: 29 Abr 2024.

SOUZA, C. S. S.; ABBA, M. J.; STRECK, D. R. Internationalization as a process of change: An interview with Jane Knight. **ETD Educação Temática Digital**, v. 22, n. 3, p. 529-537, 2020.

STOCKER, F.; ABIB, G. Gerenciamento de Riscos em Born globals: o caso das Cervejarias Artesanais Brasileiras. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 16, p. 334-349, 2019.

TEICHLER, U. The impact of temporary study abroad. **Social interaction, identity, and language learning during residence abroad**, p. 15-32, 2015.

TEICHLER, U. Bologna and student mobility: a fuzzy relationship. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 32, n. 4, p. 429-449, 2019.

TEICHLER, U. Internationalisation of Higher Education. **International Encyclopedia of Education**, Elsevier. 2023.

TEIXEIRA, L. I. L. **A internacionalização em instituições federais de ensino superior do estado do ceará na perspectiva institucional**. 2018 193f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Do Ceará, Programa De Pós-Graduação Em Gestão Da Educação Superior, Fortaleza, 2017. Biblioteca Depositária: UFC.

TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na Pesquisa Científica importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, Editora Unijuí, ano 1, n. 2, p. 177-201, jul/dez 2003.

THIENGO, L. C. **Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais**. 2018 449 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Biblioteca Depositária: BU/UFSC – Central.

UFMS, Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul. **Notícias**. 2018. Disponível em: <<https://www.ufms.br/universidade-efetiva-internacionalizacao-em-diversas-frentes/>> Acesso: 30 mar. 2018

UFMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**, 2019. Disponível em: <<http://novopdi.ufms.br/manager/titan.php?target=openFileefileId=582>> Acesso: 16 ago 2024.

UFMS. **Plataforma UFMS EM números é lançada com dados e perfil da comunidade universitária**. 2022. Available at: <https://www.ufms.br/plataforma-ufms-em-numeros-e->

lancada-com-dados-e-perfil-da-comunidade-universitaria/ Acesso: 25 mar 2023.

UFMS. **UFMS está entre as 21 instituições de Ensino Superior brasileiras classificadas no Ranking de Shangai - UFMS.** [online] Disponível: <https://www.ufms.br/ufms-esta-entre-as-mil-melhores-instituicoes-de-ensino-superior-do-mundo-classificadas-no-ranking-de-shangai/>. Acesso em: 8 set. 2022a.

UFMS. **UFMS está entre as 21 instituições de Ensino Superior brasileiras classificadas no Ranking de Shangai - UFMS.** [online]. Disponível em: <https://www.ufms.br/ufms-esta-entre-as-mil-melhores-instituicoes-de-ensino-superior-do-mundo-classificadas-no-ranking-de-shangai/>. Acesso em: 8 set 2022b.

UFMS. **Notícias.** Comitê de Gestão de inclusão, Internacionalização e Ações Afirmativas UFMS, 2023. Disponível em: <https://www.ufms.br/comite-de-inclusao-internacionalizacao-e-acoes-afirmativas/> Acesso: 24 mar. 2023.

UFMS. **Notícias.** Lidera Ranking de Impacto na web entre universidades do MS e centro-oeste, UFMS, 2023a. Disponível em: <https://www.ufms.br/ufms-lidera-ranking-de-impacto-na-web-entre-universidades-do-ms-e-centro-oeste/> Acesso: 24 mar. 2023.

UFMS. **Histórico.** 2023b. Disponível em: <https://www.ufms.br/historico/> Acesso: 25 mar. 2023.

UFMS. **Universidade se destaca em ranking Internacional por Promoção da Igualdade de Gênero (no date) UFMS.** Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade-se-destaca-em-ranking-internacional-por-promocao-da-igualdade-de-genero/> Acesso: 15 Jul 2024.

UFMS. **UFMS em Números - Estatísticas.** Disponível em: <https://numeros.ufms.br/> Acesso: 19 Jul 2024.

UFMS. **PDI/PPI 2020-2024 UFMS - Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado ao Projeto Pedagógico Institucional da UFMS.** Disponível em: <https://pdi-ppi.ufms.br/> Acesso 16 ago 2024b.

UFSC. **A UFSC.** Disponível: <http://estrutura.ufsc.br/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2020-2024).** 2022a. Disponível em: <https://novaprpg.paginas.ufsc.br/files/2019/02/PROPOSTA-DE-PLANO-INSTITUCIONAL-DE-INTERNACIONALIZAC%CC%A7A%CC%83O-Final-Aprovada.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

UFSC. **Observatório UFSC.** Disponível em: <https://obs.ufsc.br/observatorio/portal/> Acesso: 19 Jul 2024.

UN WSS (United Nations Web Services Section). (2017). **Sustainable Development Goals.** Disponível: de <http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/> Acesso em: 15 abr 2024.

UNESCO. **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción.** Paris: UNESCO, 1998.

UNESCO. Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil. **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília, 2010.

UNESCO. **Relato de ciência da Unesco Rumo a 2030: Visão Geral e cenário Brasileiro**. Paris: Unesco Publishing, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002354/235407por.pdf>. Acesso: 08 abr. 2022.

UNESCO. **World Higher Education Global Data Report: Working document**. 2022.

VÖGTLE, E. M. 20 years of Bologna-a story of success, a story of failure: policy convergence and (non-) implementation in the realm of the Bologna Process. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 32, n. 4, p. 406-428, 2019

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=eid=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=yin+estudo+de+casoeots=-k6ipoDZwBesig=oCaWf7-iCjN1Rp_3A_wLUbmA0iI#v=onepage&q=yin%20estudo%20de%20casoeof=false Acesso: 14 abr. 2018.

WIHLBORG, M. *et al.* Facilitating learning through an international virtual collaborative practice: A case study. **Nurse education today**, v. 61, p. 3-8, 2018.

ZICOSUR. **Zicosur Universitário**. Disponível: <https://zicosuruniversitario.com/> Acesso: 04 Ago 2024.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTE DO SETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PRÓ-REITORIAS – UFSC E UFMS

Nome: _____

Posição: _____

1. Política institucional:

- 1.1) Há uma política formal de internacionalização na universidade?
- 1.2) Em caso positivo, quais são as principais diretrizes dessa política?
- 1.3) A política de internacionalização representa uma prioridade para a universidade? Por quê?
- 1.4) Quais *rankings* reconhecem as ações de internacionalização da universidade?
- 1.5) Quais setores e pessoas estão envolvidas no processo de internacionalização, além do RI?
- 1.6) Há riscos financeiros, políticos e educacionais da universidade se internacionalizar?

2. Liderança administrativa:

- 2.1) De onde parte a demanda de internacionalização?
- 2.2) Há um comitê que lidera a internacionalização?
- 2.3) Como se conecta e se comunica a alta administração com a direção do RI?
- 2.4) A gestão é considerada mais centralizada ou descentralizada?
- 2.5) Existe um processo de acompanhamento e de avaliação das ações do RI?
- 2.6) Quais são as principais ações de internacionalização promovidas pelo RI?
- 2.7) Existe um processo de acompanhamento e de avaliação das ações de internacionalização da universidade?
- 2.8) Como o RI monitora as ações de internacionalização da universidade?
- 2.9) Qual dessas ações tem sido mais bem-sucedida?
- 2.10) Quais outras ações serão implementadas no futuro?

3. Programas acadêmicos e currículo:

- 3.1) Há oferta de bolsas de estudos para estudos no exterior?
- 3.2) Há oferta de bolsas para receber e acolher estudantes internacionais?
- 3.3) Há oferta de bolsas para cursos de idiomas estrangeiros?
- 3.4) Há oferta programas de estudo e trabalho no exterior?
- 3.5) Há programas que oferecem duplo diploma?
- 3.6) Há oferta de estudos temáticos para estudantes internacionais (Por exemplo.: questões globais e nacionais de racismo histórico e contemporâneo, colonialismo e injustiça sistêmica)?
- 3.7) Há programas e atividades curriculares que abordam questões globais, reforçam elementos internacionais e interculturais do currículo, apoio na integração de alunos, professores e staff?

4. Práticas e políticas do corpo docente e administração:

- 4.1) Há políticas de estímulo para docentes e técnicos para se envolverem com a comunidade global internacional?
- 4.2) Há políticas de reconhecimento por meio de publicidade e prêmios para participação de docentes e técnicos em programas que promovem internacionalização?
- 4.3) Há concessão de licença para estudo no exterior de docentes e técnicos?
- 4.4) Nas diretrizes de contratação são exigidas experiências internacionais para o corpo docente e técnico?

- 4.5) Há políticas administrativas e financeiras para docentes e técnicos de: mobilidade, intercâmbio, conferências internacionais, colaboração virtual internacional, pesquisas internacionais, programas externos (Fulbright)?
 - 4.6) Quais os riscos e benefícios do estímulo às práticas e políticas de internacionalização para docentes e técnicos?
5. Mobilidade e serviços:
- 5.1) Há mobilidade virtual para toda comunidade acadêmica?
 - 5.2) Há atenção à sustentabilidade ambiental e aos impactos sociais, econômicos e culturais da mobilidade?
 - 5.3) A universidade possui acordos com instituições do ensino superior estrangeiras? Quais são os propósitos/objetivos desses acordos (intercâmbio de estudantes/professores/staff, reforma curricular, execução de seminários e conferências, pesquisa conjunta internacional, produção de artigos). Há algum mais bem sucedido?
 - 5.4) É possível verificar o retorno para a universidade, do conhecimento obtido pela mobilidade?
 - 5.5) Quais os riscos e benefícios da mobilidade de docentes/técnicos/estudantes para a universidade?
6. Colaboração e parcerias
- 6.1) Há colaborações locais, comunitárias e governamentais em projetos de trabalho intercultural?
 - 6.2) Há parcerias internacionais e redes de parceria com população imigrante, refugiados, comunidades étnicas e raciais, organizações cívicas e empresas globalmente conectadas?
 - 6.3) Há planos de comunicação para manutenção dos contatos internacionais?
 - 6.4) Há riscos para a universidade das parcerias locais, comunitárias e governamentais?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: ESTUDO DE CASO NA UFMS E UFSC (2019-2022)”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Sabrina Borges Ramos de Carvalho e Silvia Helena Andrade de Brito. Este estudo tem como objetivo geral identificar e analisar as políticas das práticas de internacionalização na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Os objetivos específicos são: (1) Compreender as políticas educacionais de internacionalização, a partir de uma análise crítica e reflexiva do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural engendrado a partir das influências socioeconômicas do sistema capitalista, presente na esfera da educação superior pública brasileira; (2) Identificar as ações do processo de internacionalização das Universidades Federais estudadas no Brasil, UFSC e UFMS, no período de 2019 até 2022; (3) Analisar as políticas adotadas nos processos de internacionalização das universidades estudadas, por meio dos modelos de *comprehensive internationalization* e de estratégias organizacionais e programáticas.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, na qual serão feitas entrevistas semiestruturadas, realizadas *in loco*, para que os escolhidos possam emitir opiniões e sugestões sobre o desenvolvimento do processo de internacionalização – tema do estudo. A escolha dos entrevistados se dará pelo fato de estarem ligados diretamente ao tema e possuírem conhecimento sobre a assunto.

A aplicação do instrumento de coleta de dados (roteiro de entrevista) será no local e data agendados por indicação dos entrevistados, de maio até outubro 2023. A entrevista será gravada e armazenada por cinco anos e você poderá revê-los quando quiser. O presente estudo não proporcionará qualquer tipo de despesa financeira para o entrevistado, nem ressarcimento material devido à sua participação como entrevistado. Isto é, não lhe trará nenhum custo, nem qualquer vantagem financeira. Entretanto, em caso de despesas não previstas como transporte ou alimentação, decorrentes de sua participação neste estudo, será garantido o **ressarcimento** delas. Portanto sua participação consistirá em responder ao instrumento de pesquisa (entrevista), com tempo máximo de duração de 1 (uma) hora e meia.

Os riscos da participação neste estudo são decorrentes da possibilidade de constrangimento ou desconforto ao responder às questões da pesquisa ou à quebra de sigilo e confidencialidade dos dados coletados. Você será esclarecido em relação as suas dúvidas quanto às questões a serem abordadas previamente, tendo a liberdade de não participar do estudo e responder às mesmas. Além disso, em caso de danos psicológicos decorrentes da participação no estudo, será oferecida uma assistência psicológica, através de encaminhamentos a profissionais especializados. Portanto, mediante às medidas de prevenção adotadas, os riscos de sua participação neste estudo são considerados mínimos.

No entanto, caso haja danos decorrentes de riscos imprevistos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade pelos mesmos, com garantia de indenização, incluindo também danos decorrentes de constrangimento ou quebra de sigilo e confidencialidade. Já o benefício mais importante é o aumento da conscientização e envolvimento mais profundo com questões globais por parte da sociedade acadêmica.

Você será esclarecido(a) sobre esta pesquisa tanto quanto desejar e estará livre para recusar-se de participar dela; podendo desistir de seu consentimento ou interrompê-lo a qualquer momento. Sua identidade será mantida em sigilo e substituída por um código; as informações que indiquem sua participação não serão divulgadas sem sua permissão, garantindo, assim, seu anonimato, sua confidencialidade e sua liberdade ao participar desta

pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição e serão divulgados em meio científico.

Em caso de dúvidas sobre os aspectos éticos desta pesquisa ligue para a própria pesquisadora **Sabrina Borges Ramos de Carvalho** (sabrina.carvalho@ufms.br / (67) XXXX-XXXX) e **Silva Helena Andrade de Brito** (silvia.brito@ufms.br / (67) XXXX-XXX) ou poderá ser consultado o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFMS no telefone (67) 3345-7187.

Ademais, explicamos que o CEP da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) foi criado pela Instrução de Serviço 005, 18 de fevereiro de 1997, e reconhecido pela Reitoria através da Portaria 781, de 3 de dezembro de 1988, estando credenciado para exercer suas finalidades junto a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador.

Eu,....., após ter sido suficiente e devidamente esclarecido(a) pela pesquisadora, sobre a realização desta pesquisa e gravação dos dados, como está escrito neste termo, declaro que consinto em participar da pesquisa em questão por livre vontade não tendo sofrido nenhuma forma de pressão ou influência indevida.

Local, _____, _____ de _____ de 20 ____ .

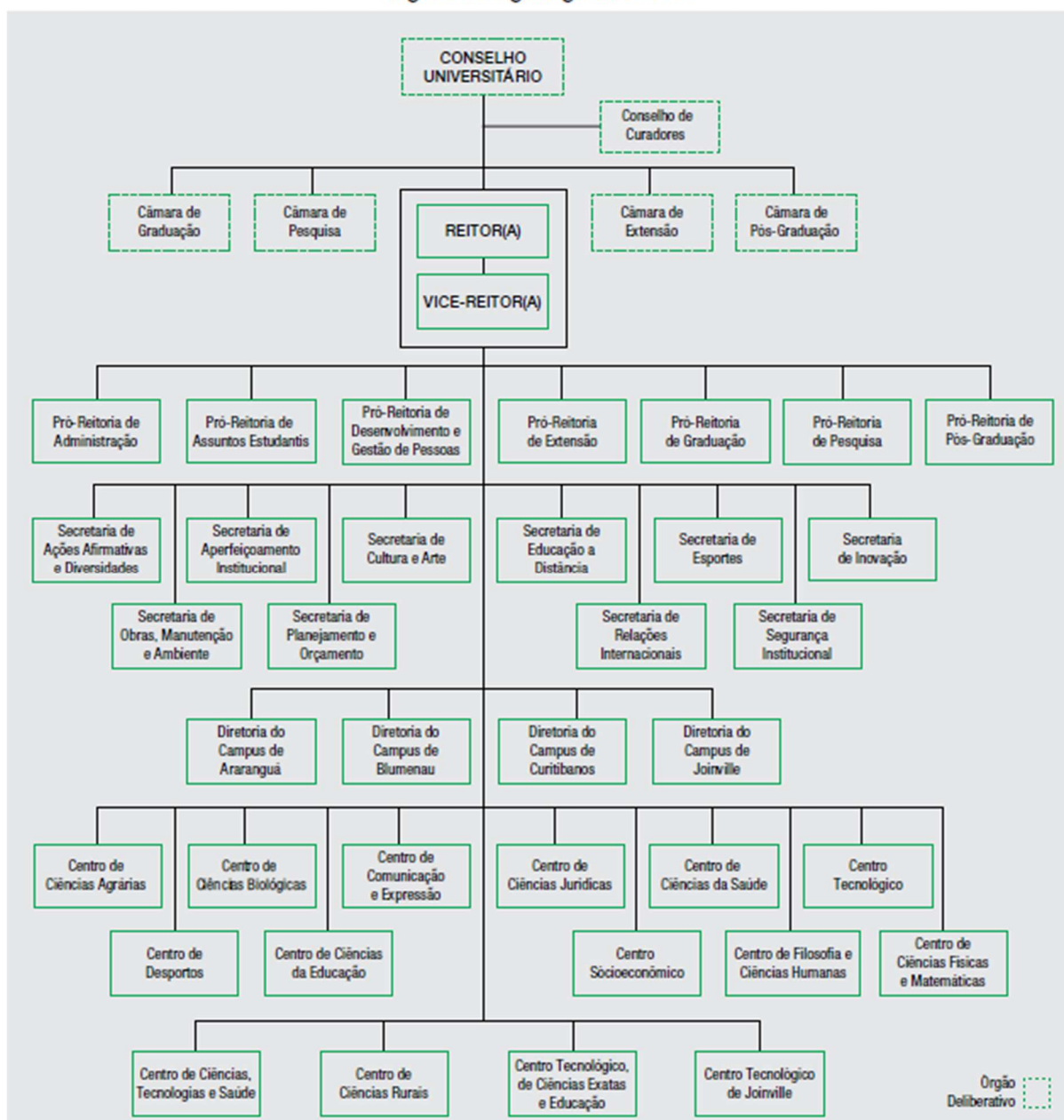
Participante

Pesquisadora

Nota: este termo de consentimento livre e esclarecido foi elaborado em **duas vias**, ficando uma com o participante da pesquisa e a outra com o pesquisador responsável. Todas as páginas deste termo deverão ser **rubricadas e a última assinada** pelos participantes e pesquisador responsável. Os resultados deste estudo e o presente termo serão armazenados pela pesquisadora responsável por um **período de 5 anos**, conforme previsto na Resolução 510/2016.

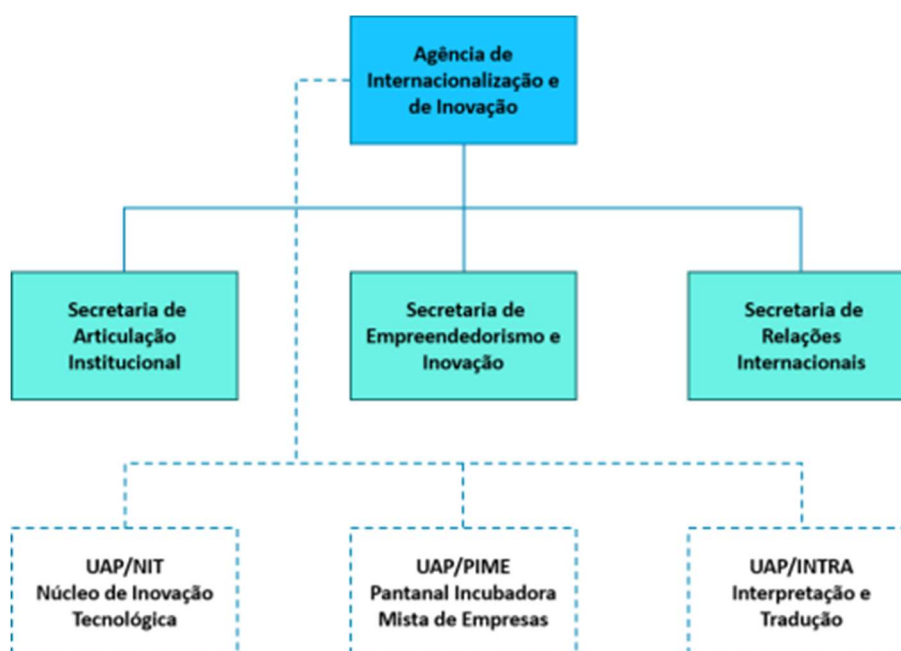
APÊNDICE C – ESTRUTURA ATUAL DAS UNIVERSIDADES INVESTIGADAS

Figura 1: Organograma UFSC



Fonte: DPGI/SEPLAN (2019).

Organograma Aginova UFMS



APÊNDICE D – A ESTADIA NA UNIVERSIDADE DE KASSEL (ALEMANHA) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENTENDIMENTO ACERCA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO

Complementarmente, acrescentaria que eu, simultaneamente, comecei duas trajetórias na condição de estudante de doutorado, no ano de 2019: ingressei no Programa do PPGEdU/UFMS/FAED-Campo Grande, fruto de uma Parceria de Cooperação entre Instituições, o já citado Programa e o Centro Universitário de Mineiros (Unifimes), sendo esta tese fruto desta trajetória. Após o início da Pandemia da Covid-19, esta trajetória universitária mudou, as orientações se adaptaram para o sistema *online* e o calendário acadêmico se estendeu.

Simultaneamente, em 2020.1, iniciei uma segunda trajetória de estudos, no PPG em Administração da UFSC. No mesmo contexto de início da Pandemia da Covid-19, houve mudanças na orientação do curso, com disciplinas a distância. Os professores foram atenciosos e flexíveis, o aprendizado todo rendeu uma rica trajetória. Aos poucos tudo foi se adaptando e eu participei do edital de bolsa do doutorado sanduíche da Capes (PDSE). Contudo, para conseguir a carta convite de um professor no exterior não foi tarefa fácil, pelo fato das universidades estarem parcialmente fechadas, devido a Pandemia.

Os professores Drs. Teichler e Krücken, da Universidade de Kassel, cidade situada no centro da Alemanha, aceitaram meu pedido, com a ressalva para que as fronteiras do país ainda estavam fechadas. Assim que abriram, eu consegui agilizar o necessário para embarcar nesse sonho profissional e pessoal. Antes de chegar na Alemanha, em outubro de 2022, eu parei em Paris para entrevistar o responsável por internacionalização da educação superior pela Unesco e gerente da IAU, Giorgio Marinoni.

Ao chegar em Kassel, na Alemanha, já era novembro e eu morei em um apartamento dentro da universidade e do lado do Centro Internacional de Estudos da Educação Superior - Incher. As atividades, apresentações e receptividade foram gradativas e maravilhosas. A UniKassel possui uma estrutura fantástica para os estudantes, tanto nacionais quanto internacionais.

A recepção e vivência na universidade de Kassel foram imprescindíveis para a pesquisa de campo ocorrer. O professor Dr. Georg Krücken e Dr. Dr. Ulrich Teichler, não só oportunizaram o efetivo ingresso na UniKassel, como facilitaram a pesquisa de campo, por meio de contatos e todo o aparato necessário. Ademais, foi disponibilizado no Incher, estrutura tecnológica e física para a pesquisa. O contato com pesquisadores internacionais do Instituto

proporcionou trocas acadêmicas interessantes, além de participação em seminários, colóquios, *brown-bags*, *workshops*, entre outros.

Faço aqui uma ressalva para mencionar com triste pesar, que após uma semana da minha defesa (01/10/2024), o professor Dr. Georg Krücken faleceu. Imensa é minha gratidão por tê-lo conhecido, por ter feito parte do seu time de pesquisadores e por termos compartilhado conhecimento, ideias, estudos, alegria, diversão... enfim oportunidade eternizada. Gratidão e que Deus te abençoe nesse retorno.

O pessoal do escritório internacional da UniKassel me ajudou muito com toda a burocracia de instalação e permanência, assim como fui agraciada pelo programa de apadrinhamento (*buddy program*) com uma amiga e nós nos consideramos irmãs. Ela é refugiada da Síria e por isso aprendi muito com suas histórias, além de ter presenciado o acolhimento dos ucranianos pela Alemanha. Dessa forma, eu decidi entrevistar o Prof. Teichler sobre refugiados e apresentei o resultado em um congresso na Alemanha. Os demais trabalhos foram realizados e apresentados em conferências durante minha estadia na Europa.

O aprendizado e trocas internacionais tem valor incomensurável, sou muito grata por tudo que vivenciei, aprendi e pela oportunidade de ter realizado esta pesquisa com todos os atores envolvidos. Isso me motiva a entregar este trabalho, poder de alguma forma fortalecer e dar visibilidade ao que a internacionalização proporciona a todos os participantes atingidos pela universidade e além.

Como estudante brasileira, eu percebo que as ações necessárias para acolhida de estrangeiros são similares às que se realizam com um estudante internacional na UniKassel. Mesmo com menos recursos financeiros, a UFSC e UFMS conseguem atender as ações de internacionalização. Como exemplo eu posso citar o estudo de línguas, eu tive oportunidade de fazer diferentes línguas em ambas as universidades.